



Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, realizou-se, pelas dezanove horas e cinco minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Município, uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Setúbal, presidida por Manuel Joaquim Pisco Lopes, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, e secretariada por Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal, e pela Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, Yolande Paule Juliette Cloetens.

I - VERIFICAÇÃO DE PRESENÇAS E QUÓRUM

a) Chamada

A Segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal fez a chamada, verificando-se a presença dos seguintes membros, por bancadas:

Coligação Democrática Unitária – Manuel Joaquim Pisco Lopes, João Afonso Almeida da Silva Luz, Yolande Paule Juliette Cloetens, Jerónimo Manuel Fragoso Lopes, Vanessa Alexandra Vilela da Silva, Eusébio Manuel Candeias, Luís Manuel Barreto Leitão, Ana Rita Curto de Mesquita Drouillet, Simão Monteiro Calixto, Diamantino António Caldeira Estanislau e Joana Margarida Banito Tomé.

Partido Socialista – Paulo Alexandre da Cruz Lopes, Maria João Teigas Santos Palma, Ilídio Fernandes Ferreira, Eunice Maria Cândido Pratas, Manuel Joaquim Gonçalves Fernandes, António Hugo Lindo dos Santos Caracol, Manuel Jorge Silva Esteves e Marco Rúben dos Santos Martins Catarino da Costa.

Partido Social Democrata – Nuno Miguel Oliveira de Carvalho, Rui Miguel da Costa Lamim Vieira e Isabel Maria Conde da Silva Ramalho.

CHEGA – Luís Miguel Leitão Maurício.

Bloco de Esquerda – Vitor Manuel Freitas Rosa.

Pessoas-Animais-Natureza – Mariana Vieira Crespo.

Iniciativa Liberal – Flávio Miguel Matos Lança.

Presidentes de Junta – Nuno Miguel Rodrigues Barradas Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) e Marlene Sofia Baião Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado).

Estiveram presentes, por parte do órgão executivo, o Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e a Sra. Vice-Presidente, Carla Alexandra Potrica Guerreiro e os Srs. Vereadores: Carlos Alberto Mendonça Rabaçal, Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho, Vitor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues, Joel Alexandre Neves Marques, Sónia Isabel Leal Maurício Martins e Paulo Sérgio Rosa Mateus Calado em substituição do Sr. Vereador Fernando Mimoso Negrão, conforme documento registado sob o n.º 1, arquivado em pasta anexa à presente ata.

b) Apresentação de pedidos de substituição e de suspensão de mandato

Da bancada da CDU apresentou pedido de substituição, Afonso Augusto da Silva Luz, conforme documento registado sob o n.º 2, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PS apresentaram pedidos de substituição, Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, Rafaela Isabel Graça Nunes e Elisabete Maria Martins Cavaleiro, conforme documentos registados sob os n.ºs 3 a 5, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do PPD/PSD apresentou pedido de substituição, Maria Paula Soeiro Cândido, António Miguel da Costa Ferreira, Alexandre Miguel Cardoso Teles e Rita Maria Lopes de Sousa e Sereno, conforme documentos registados sob os n.ºs 6 a 9, arquivados em pasta anexa à presente ata.

Da bancada do CH apresentaram pedido de substituição, Nuno Miguel da Costa Gabriel e Carla Sofia Carapeto da Silva Couto de Oliveira e apresentou renúncia de mandato, Vítor José Ferreira Vargas dos Santos Batista, conforme documentos registados sob os n.ºs 10 a 12, arquivados em pasta anexa à presente ata.

c) Substitutos e sua posse

Chamado o cidadão que se segue na lista, João Manuel Martins da Silva, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PS, Mário Gabriel Costa Pires Aranha, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PS, Pedro Miguel Pereira Florêncio, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Francisco Miguel Guerreiro Cabral, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à e respetiva substituição.

Chamada a cidadã que se segue na lista do PPD/PSD, Eduardo Jorge Ferreira Durand Moreira Pinto, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

Chamado o cidadão que se segue na lista do PPD/PSD, Natália Jennifer Watts Soares, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à verificação de legitimidade e identidade e respetiva substituição, conforme documento registado sob o n.º 13, arquivado em pasta anexa à presente ata.

Chamado o cidadão que se segue na lista do CH, José Carlos da Silva Ferreira, verificou-se a sua presença, pelo que se procedeu à respetiva substituição.

d) Faltas

Não houve faltas.

Presidente da Mesa – Esta é a nossa primeira assembleia especial para o debate do estado do município, conforme previsto no regimento, esta sessão só tem intervenção do PÚBLICO e o ponto em discussão. Acontece que não há inscrições do público para a sessão e vamos entrar diretamente na matéria do debate sobre o estado do município.

Algumas notas sobre o modo de funcionamento, a sessão inicia-se com uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara, seguidamente a essa intervenção será feita uma intervenção de cada grupo municipal, vamos fazer as intervenções pela ordem inversa da votação que tiveram, do menor para o maior, em termos de votação, e depois disso faz-se então a generalização do debate com as intervenções dos vários grupos, tendo em conta a gestão por cada um dos grupos municipais e pela Câmara também do tempo atribuído de que é de 5 vezes a grelha B. O tempo que aparece ali vai ficar permanente e cada bancada fará a gestão do seu tempo, como entender.

Antes, ainda, foi-me colocada uma questão de pormenor sobre o funcionamento pelo líder do grupo do Partido Socialista, se as intervenções dos líderes de bancada não deveriam ser feitas daquela maneira, daquela oratória. Isso poderá aproximar dos procedimentos da Assembleia só que o orador está no meio da assembleia e de frente, deixaria ao critério de cada um, se quiserem fazer a intervenção do seu lugar fará, mas se quiser estar de pé e dirigir-se ali à bancada poderão fazer a partir dali a intervenção sem qualquer problema. Estamos esclarecidos sobre o funcionamento?

Vamos dar início ao nosso debate com a intervenção do Sr. Presidente da Câmara.

A - PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Não houve inscrições.

B – PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Ponto Único:

Debate sobre o estado do município, ao abrigo do art.º 22.º - A do Regimento da Assembleia Municipal de Setúbal

Presidente da Câmara – Quero agradecer esta oportunidade de todos ficarmos a conhecer a avaliação que a Assembleia Municipal, em toda a sua diversidade político-partidária e também o próprio executivo municipal que tem a responsabilidade de gerir a Câmara Municipal, fazem deste primeiro ano de mandato. É isso mesmo que vou fazer nesta minha primeira intervenção, procurando deixar claro o quadro em que trabalhamos durante estes quase onze meses de mandato para cumprir os compromissos que assumimos enquanto força a quem os setubalenses e azeitonenses maioritariamente escolheram para governar.

Iniciámos o nosso mandato em outubro de 2021, quando a pandemia ainda afetava as nossas vidas e condicionava a nossa capacidade de trabalho. Pandemia que teve mais um pico logo no mês de janeiro de 2022. Estivemos muito ocupados em praticamente todos estes meses fazer o caminho para resolver muitos problemas acumulados nos serviços da Câmara Municipal ao longo de mais de dois anos de pandemia. Não nos podemos esquecer que os trabalhadores municipais também foram afetados com a doença e que vários serviços municipais tiveram de ser completamente encerrados durante, pelo menos duas semanas e que, ao longo deste tempo, a primeira prioridade da autarquia foi prestar ajuda a quem precisava. Este contexto obrigou o executivo anterior a contratar muitos trabalhadores em regime de contratos a termo para enfrentar situações de emergência, uma das tarefas mais prementes nestes últimos onze meses foi procurar regularizar a situação desses trabalhadores. Abriram-se mais de 50 concursos públicos, repito, mais de 50 concursos públicos e vão continuar a abrir mais concursos para regularizar situações, mas também para contratar novos trabalhadores qualificados, seja em termos profissionais, seja com qualificação técnica superior.

A falta de mão de obra qualificada é hoje um problema grave na Administração Pública, além da escassez de mão de obra em geral, porque o nível de salários na função pública não é minimamente atrativo. É necessário dizê-lo aqui, os serviços da Câmara Municipal de Setúbal têm dificuldades em dar resposta às necessidades por falta, sobretudo, de mão de obra qualificada em vários setores. E já agora é importante



dizê-lo, também, as juntas de freguesia que estão a assumir maiores responsabilidades, sobretudo nas áreas da higiene e limpeza e dos jardins, em resultado das transferências da Câmara Municipal, estão igualmente com muitas dificuldades na contratação de trabalhadores, sobretudo os mais qualificados.

Voltando ao início do mandato, importa dizer que o orçamento para 2022 foi afetado com um corte nas receitas previstas em valor próximo dos 4 milhões de euros por força da redução dos valores do IMI e do IRS referentes a 2021. Como tenho afirmado, várias vezes, o equilíbrio financeiro das contas do Município de Setúbal é uma questão central na gestão municipal.

A situação que encontrámos em 2002 e que vivemos nos anos seguintes, nunca mais se podem repetir. Não nos podemos esquecer que ainda hoje pagamos cerca de 3 milhões de euros por ano por conta do contrato de reequilíbrio financeiro que fomos obrigados a assinar com o Governo em 2003. São tempos de má memória que estou certo que nenhum setubalense ou azeitonense vai querer voltar a viver. Naturalmente que este corte na capacidade de investimento, a par dos efeitos inflacionistas crescentes a que estamos a assistir, com o aumento significativo dos custos de funcionamento dos serviços municipais, com a exigência de revisão dos preços em obras e empreitadas e já com alguns concursos desertos, temos levado a redefinir prioridades e a uma situação de grande incerteza e, por isso, preocupação relativamente ao futuro próximo. Se a situação se continuar a agravar, temos de nos preparar para enfrentar problemas sociais mais graves, a que não podemos ficar alheios.

É preciso dizê-lo, temos vivido já nos últimos meses tempos de grande incerteza e preocupação. A situação inflacionista resultante da guerra da Ucrânia afeta toda a Europa e naturalmente Portugal, como não podia deixar de ser, afeta também as condições da gestão e da atividade da Câmara Municipal de Setúbal. A este propósito da guerra da Ucrânia importa, também, dizer que, como todos sabemos, a Câmara de Setúbal, os seus trabalhadores e o executivo municipal foram fortemente afetados na sua dignidade e no seu bom nome com a polémica levantada a propósito da receção de refugiados ucranianos. A situação foi tão grave que o executivo municipal se viu obrigado a pedir ao Governo a realização de inquéritos e averiguações para clarificar uma situação que pôs, também, em causa o bom nome e a imagem altamente positiva de Setúbal. Isso aconteceu tanto para quem aqui vive, como para quem tradicionalmente e de forma crescente nos visita e até para quem considera Setúbal um bom território para fazer os seus investimentos.

Em todo este processo atentatório do bom nome e reputação de Setúbal, que levou muitos anos a reconquistar, o que é mais triste é que alguns dos que todos os dias sentem a necessidade de afirmar que gostam de Setúbal e que são os únicos que defendem Setúbal quando Setúbal precisava mais deles, não evitaram colocar-se do outro lado da barricada e fazer coro contra Setúbal, a Câmara Municipal e os trabalhadores. Como ficou claro, para melhor se posicionarem, pessoal e partidariamente, numa eventual e até anunciada queda do executivo municipal. Importa dizê-lo, os meses de abril, maio e até junho foram tempos de grande tristeza e constrangimento na Câmara Municipal, mas hoje, é também preciso afirmá-lo, continuamos com confiança a trabalhar e com tranquilidade a aguardar os resultados dos inquéritos que solicitamos.

Foi em todo este quadro de grandes dificuldades que recebemos mais 536 trabalhadores das escolas na Câmara Municipal, na sequência das responsabilidades transferidas para o município por parte do Governo. Transferências que recebemos sobre protesto, porque nos foram transferidas responsabilidades, mas não nos foram transferidos todos os meios necessários para uma boa gestão das escolas. Continuamos a trabalhar no sentido de as nossas crianças e jovens terem melhores condições de ensino do que tiveram no passado, mas continuamos a exigir do Governo os meios, sobretudo, financeiros para termos escolas e serviços de qualidade em Setúbal.

É também necessário dizer que as autarquias farão um serviço melhor na área da educação, mas é claro que esta situação, pela forma como foi feita a descentralização, será sempre penalizadora enquanto o Governo não garantir os meios para um serviço de qualidade na área da educação, já que, num levantamento rigoroso feito pelos serviços municipais, serão necessários 36 milhões de euros de investimento em escolas degradadas agora transferidas.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados municipais, a Câmara Municipal de Setúbal e os seus serviços em conjunto com as freguesias do concelho, apesar das enormes dificuldades que enfrentaram e enfrentam neste início de mandato, continuam a prestar todos os serviços essenciais à população.

Enquanto preparam os projetos e ações necessárias para continuar a promover a qualificação do nosso território, o bem-estar e qualidade de vida das nossas populações e também o bom nome e capacidade de atração de Setúbal. É este o balanço que fazemos do nosso trabalho e da nossa determinação para o futuro, os setubalenses e azeitonenses podem continuar a contar connosco.

Presidente da Mesa – Vamos dar início às primeiras intervenções dos grupos municipais.

Flávio Lança (IL) – É com enorme prazer que estou hoje nesta sessão extraordinária da Assembleia Municipal dedicada ao estado do município, porque como liberal tenho um enorme gosto em debater ideias, pontos de vistas, ideologias em total liberdade, contribuindo assim para encontrar soluções no meio da diversidade.

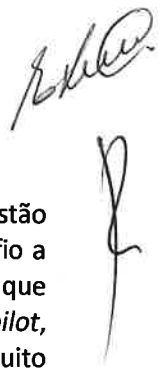
Este foi o principal motivo pelo qual a Iniciativa Liberal propôs esta sessão anual dedicada ao estado da nossa cidade e onde a CDU, apesar do seu veemente voto contra, terá oportunidade de ver os benefícios do debate de ideias, plural, diverso e democrático.

Empenhamo-nos para contribuir para uma cidade melhor para todos, onde não seja necessário ir para fora para conseguir melhores condições de vida, apresentando ideias construtivas e estando abertos ao debate. A Iniciativa Liberal fará a sua avaliação do serviço e conduta prestados pelo executivo camarário, mas não deixará de indicar algumas ideias do que poderá ser feito de forma diferente.

Começamos por avaliar este primeiro ano do executivo, segundo as métricas internacionais e ética do trabalho, assumir responsabilidade pelo trabalho realizado, estar presente e entregar o prometido em tempo útil, manter sempre os compromissos assumidos e nunca passar a culpa a terceiros. Na nossa opinião, parece-nos claramente um chumbo em todos os critérios, mas propomos dissecar em mais detalhe alguns dos aspetos que correram bastante mal, focando a atenção nos temas mais urgentes, os transportes, o estacionamento, a gestão das águas e os apoios sociais, sabendo que ficará muito mais para dizer.

Começando pelos transportes, sejamos claros, os transportes públicos em Setúbal não estão a funcionar e as respostas da Câmara são tímidas, incoerentes e denotam uma grande falta de capacidade na fiscalização e ação. Recordo que o Sr. Presidente no dia um de abril, espero que um de abril tenha sido fruto do acaso, no site do município anuncia que iríamos ter 237 autocarros novos e que o município teria assumido um compromisso de investir 2,8 milhões de euros por ano e disse mais e passo a citá-lo, *“O serviço será também muito maior, de muito maior frequência, com reforço de oferta acima dos 35% relativamente ao existente, sendo que aos percursos atuais, que se mantém ou terão alterações, juntam-se muitos novos.”*. Penso que isto significava uma melhoria. Questiono o Sr. Presidente, se esta é a situação que vivemos hoje? Os relatos que temos recebido não confirmam esta realidade no dia a dia e perante tamanhas dificuldades no cumprimento das promessas, o executivo reage como uma criança mimada atribuindo as culpas ao operador. Apesar de ser verdade que, aparentemente, o operador não está a cumprir com o que foi anunciado, é de fraco consolo para os munícipes que utilizam os transportes públicos de passageiros a resposta de quem foi eleito para gerir o município.

Concretizemos, os transportes de e para a Mitrena não funcionam, recebemos várias denúncias de setubalenses em pânico por não conseguirem deslocar-se para o emprego e que esgotada a possibilidade de continuarem a ir de táxi, pelos custos associados, temem agora perder o seu meio de sustento. A CDU que tanto se vangloria de proteger os trabalhadores, qual é a ação concreta que tem para estes munícipes? Preocupa-nos também Azeitão e a falta de alternativas para os estudantes do 3º ciclo. Como bem sabem Azeitão não tem uma escola secundária e muitos dos alunos deslocam-se diariamente para Setúbal ou Sesimbra e relatam-nos que não existe uma carreira específica entre Azeitão e Setúbal, existem paragens das carreiras que vêm de outros municípios e que param em Azeitão. Esta situação não serve os azeitonenses, pois as carreiras passam muitas vezes lotadas e os horários não foram pensados em harmonia com os horários escolares. Tendo em conta as dificuldades conhecidas no transporte de passageiros no município, não é difícil perceber o pânico que se abate sobre as famílias azeitonenses e também setubalenses com o início do ano letivo, que soluções apresenta o Sr. Presidente para estas famílias?



Conseguiu-se, na verdade, o impressionante facto de que nem os utentes, nem os motoristas estão satisfeitos, parece que, de facto, o operador não tem demonstrado qualidade suficiente para o desafio a que se propôs, mas pergunto, talvez ingenuamente, não verificou a Câmara a qualidade do serviço que este grupo presta nas outras operações que tem? Numa pesquisa muito simples no site *Trustpilot*, conseguimos perceber que 933 passageiros da Alsa Espanha, destes 82%, dizem que o serviço é muito mau. Estamos aqui a falar de 933 passageiros que dizem que o serviço é muito mau, isto deveria ser verificado antes de se pensar em avançar para esta concessão. Não foi a Câmara, parte das decisões tomadas até agora? É uma questão que coloco. Talvez terá embarcado em ilusões do administrador da TML replicando o sucesso do Barreiro, deixo a questão no ar.

Reforçamos que a concessão a privados especializados traz benefícios, desde que se exija responsabilidade de cumprir com o que foi concessionado. A Câmara não poderá dirimir-se de executar aquilo que certamente diligenciou no contrato em caso de incumprimento. Sabemos que quando um voo de um avião não se realiza, as companhias aéreas têm de indemnizar os passageiros que não realizaram o seu voo e neste caso, de que forma o executivo da Câmara Municipal acautelou que os prejuízos de um munícipe que adquiriu o seu passe ou o seu bilhete não usufrui da carreira que estava prevista? Gostaríamos de saber se a Câmara Municipal recebe alguma compensação pelas carreiras não realizadas e como é controlado o nível de serviço?

Passemos agora ao estacionamento, a concessão do estacionamento no município é mais um dos assuntos que afetam os setubalenses, uma loucura por 40 anos cometida pelo anterior executivo. Já aqui o dissemos, não somos contra o estacionamento tarifado, mas este tem que ser integrado numa visão de conjunto, pois não pode ser dissociado de uma boa rede de transportes, opções de *car sharing*, mobilidade suave, bolsas para residentes. Não devemos começar a construir a casa pelo telhado, como foi claramente o caso.

Pedimos o seguinte exercício ao Sr. Presidente, desloque-se de carro e estacione no descampado da Várzea e depois tente chegar ao centro da cidade e peço mais um favor, faça este percurso bem cedo pela manhã para aferir a luminosidade que vai encontrar. Isto é o que a Câmara Municipal tem para oferecer a quem se desloca diariamente, seja em trabalho ou em lazer? Creio que os setubalenses merecem mais.

E aqui tenho que dizer que a construção dos dois parques subterrâneos em plena baixa, ao nível da cota do mar, perante um cenário de aumento do nível das águas e uma lei comunitária que irá impedir a circulação nos centros das cidades a médio prazo, voltamos a pedir a este executivo que repense a sua estratégia. Isto não faz nenhum sentido e alternativas poderão ser acordadas. Já o dissemos e vamos voltar a reforçar, porque não pensam em utilizar os edifícios públicos e requalifica-los e criar estacionamento em altura, para depois quando o estacionamento efetivamente não for necessário se poder voltar a reverter estes edifícios com outras utilidades.

Propomos assim uma visão integrada para a mobilidade, existem vários aspetos que temos de ter em conta, pelo que antecipamos, desde já, algumas questões. Sugerimos a criação de uma rede de transportes escolares, através da abertura de concessão de minibus dedicados a este tipo de transporte, a criação de parques exteriores condignos e vigiados capazes de ser atrativos para quem pretende utilizar os transportes públicos e se deslocar das suas casas, porque não têm outra forma de o fazer. É essencial mais organização e planeamento das obras que se fazem, é inacreditável o número de obras paralelas que existem e que se prolongam indefinidamente, deixando as vias numa manta de retalhos e com vários remendos. A abertura de opções de *car sharing*, talvez promovidos pela TML, ou mesmo abrindo um concurso para exploração dos mesmos e criar bolsas de estacionamento nas áreas mais críticas para residentes.

Passo agora ao tema da gestão das águas, preocupa-nos e deve preocupar a todos os setubalenses a falta de preparação e competência demonstrada pelo executivo ao longo de todo o processo, as nossas preocupações estão claramente identificadas em três áreas distintas, a ideologia, os custos e a manutenção das operações.

Em primeiro lugar, parece-nos que todo o processo de transferência, foi movido mais por uma carga ideológica do que por critérios de racionalidade económica. Tal como uma criança em frente a uma montra de chocolates, este executivo está mais deslumbrado com os resultados, os lucros da empresa do que propriamente com uma sincera crença de que consegue fazer melhor, se não vejamos, o estudo inicial

encomendado a uma consultora do mercado deixa bastante a desejar. Concentra a sua avaliação no comparativo entre a operação atual das Águas do Sado com uma eventual operação levada a cabo pela autarquia. O que poderá ter levado o executivo camarário a não abrir um concurso público em que todos os interessados fizessem as suas propostas e depois as comparasse com a opção de gestão pela autarquia e no fim optasse pela proposta mais vantajosa? No estudo encomendado, parece-nos existir critérios relevantes por avaliar e ter sido feito mais para justificar uma decisão previamente tomada do que propriamente para procurar a melhor solução possível. E para confirmar as nossas suspeitas iniciais sobre a falta de preparação, esqueceu-se já o executivo de ter em conta o sistema informático e as respetivas licenças que teve de levar com urgência à Assembleia Municipal a aprovação destas verbas que não estavam consideradas.

Preocupa-nos, sobretudo, que uma decisão desta magnitude tenha sido tomada quando a respeito da concessão do estacionamento tenha referido na assembleia de 29 de abril de 2022, pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal que, e passo a citar, *“Temos a ideia que a Câmara Municipal não tem condições, nem capacidade técnica instalada e que os custos seriam avultados de ser a própria Câmara Municipal a fazer a gestão do estacionamento tarifado.”* Senhor Presidente, considera que esta Câmara Municipal não tem capacidade para gerir um conjunto de máquinas que recebem moedas, um conjunto de pessoas que fiscaliza o cumprimento das regras e distribui dísticos a residentes, mas tem capacidade para garantir a qualidade da água, assegurar a manutenção das redes de forma a que não existam ruturas que levem ao desperdício da água, que se fature corretamente os consumos e que responda às questões dos munícipes de forma célere e rápida. Vai o Sr. Presidente dizer-me que não se trata de uma questão ideológica?

Aproveitamos ainda para lembrar o Sr. Presidente que, na vigência do atual contrato de concessão com as Águas do Sado, cabe já à autarquia um investimento e desenvolvimento das infraestruturas e, apesar disso, investimentos essenciais não têm sido realizados por manifesta incapacidade e falta de visão estratégica.

Antes de deixar algumas sugestões, não podemos deixar de questionar o executivo se a promessa de descida do preço da água é para se manter? Estaremos atentos e deixamos algumas sugestões nesta área da gestão da água.

O primeiro combate deve ser ao desperdício, pelo que não aceitaremos quaisquer reduções ao consumo sem que esta medida seja devidamente estudada e implementada, falamos aqui de 20% de desperdício que deve ser localizado e reaproveitado de forma sustentável antes da implementação de qualquer outra medida.

Em segundo lugar, é de extrema importância que exista uma preocupação com o aproveitamento das águas pluviais e das águas das ETAR para outros fins que não o consumo humano, como as regas em espaços públicos, existe por este mundo fora exemplos do aproveitamento de águas, como é o caso de Las Vegas. Relembramos ainda o executivo que não se esqueça dos apoios do PRR destinados a soluções de recursos hídricos.

Por fim, falando dos apoios sociais, agora que o PS acordou e entende que a inflação não é um fenómeno transitório, talvez seja um bom momento para pensarmos o que poderá fazer a Câmara Municipal para apoiar os seus munícipes. A Iniciativa Liberal tem preocupações na defesa daqueles que menos têm ou que tiveram algum infortúnio, é por isso que defendemos o papel essencial do Estado, é por isso que criticamos as gorduras do mesmo e se se gasta o que não se deve, não sobra nada para apoiar aqueles que efetivamente precisam até que possam organizar a sua vida em condições dignas. Neste ponto é essencial assegurar que a Câmara esteja preparada para receber as transferências de competências na área social, relembramos que não deverá ser possível um novo adiamento, sendo a aceitação inevitável, terá de estar preparada e é um tema demasiado sensível para que se continue a cometer erros, está em causa o apoio àqueles que mais precisam. A transferência acompanhada das verbas necessárias é uma oportunidade de mostrar a importância do poder local conquistado em Abril.

Ouvimos várias queixas da Câmara em relação ao Governo do PS devido à demora nas respostas para as transferências e até burocracias, talvez agora possa entender melhor porque é que o liberalismo defende um Estado mais pequeno e ágil, talvez agora entendam as dores das PME'S quando necessitam de algo dos serviços camarários.

Outro ponto que gostaríamos de acautelar é a disponibilidade de habitação social, relembramos que pedimos um inventário dos imóveis afetos a tal fim, mas, até este momento, não obtivemos qualquer resposta, é este um elemento essencial para ser feito um escrutínio à ação do executivo na correta utilização dos bens e serviços públicos. Relembro Sr. Presidente, este é o nosso papel enquanto deputados nesta Assembleia Municipal, o que esperamos do executivo é que nos permita realizar o nosso trabalho. Neste âmbito da ação social, deixamos algumas ideias à consideração para que possam ser desenvolvidas, como a abertura das cantinas escolares ao fim de semana para alunos carenciados, certamente que o executivo poderá facilmente implementar esta solução, o que dará um apoio fundamental a curto prazo a quem mais precisa. Em segundo, a gratuitidade do 1º escalão da água, correndo o risco de parecer contraproducente, pois as mais recentes práticas apontam para que se aumente os preços de forma a fomentar a poupança, parece-nos elementar que se estabeleçam medidas que possam ter efeitos nos bens essenciais para a população.

Mariana Crespo (PAN) – Estamos hoje aqui reunidos, naquela que é uma ação inédita para a discussão do estado do Município de Setúbal. Este momento deve servir para que reflitamos sobre as posições até agora adotadas por todos os intervenientes desta Assembleia e deste Executivo perante aquele que tem sido um ano intenso.

É nosso objetivo convidar a um espaço de reflexão que amiúde nos escapa no bulício das reuniões de Assembleia Municipal, e, esperemos, chegar a pontos de convergência dentro daquelas que são as nossas naturais divergências partidárias. Recordando sempre que o objetivo último é o de contribuir para a salvaguarda do município e para o bem-estar de todos os que nele habitam.

Durante este ano, Setúbal esteve nas notícias a nível nacional, e não tem sido pelas melhores razões.

O caos na saúde, não sendo algo da exclusiva responsabilidade do executivo municipal, veio mais uma vez comprovar os constrangimentos existentes no Serviço Nacional de Saúde e no Hospital de São Bernardo. Contudo, o facto de existirem problemas estruturais na área da saúde em Portugal, não significa que os executivos cruzem os braços e não devam fazer tudo ao seu alcance para contribuir para a melhoria da qualidade dos cuidados de saúde. Devemos centrar-nos nas pessoas, dando destaque e primazia às suas necessidades e expectativas e não apenas nos serviços. São necessários novos modelos de oferta e programas que consigam chegar até às comunidades mais excluídas, vulneráveis e desfavorecidas. A forma como o município organiza e disponibiliza os seus serviços à população deve ser progressivamente transformada através do estabelecimento de novas parcerias, que criem culturas e formas de trabalho entre profissionais de saúde e que aumentem a capacidade instalada das instituições e departamentos municipais. Além disso, o sistema de saúde deve ser reorientado para dar prioridade à prevenção da doença e os diversos serviços municipais que trabalham ou influenciam os determinantes sociais da saúde devem ser universais na abrangência, ter qualidade reconhecida pela população e ser acessíveis. O investimento em serviços que desempenhem funções na área da Saúde Pública, dotando-os de recursos que aumentem a sua capacidade e alcance para melhor conhecer, decidir e intervir junto da população, é fundamental. A proteção social, a promoção da saúde e a prevenção da doença são prioridades de saúde com grande impacto populacional. E, sim, o município pode ter um papel bem mais ativo nesta área, pois a saúde é, acima de tudo, um direito humano.

A notícia e o acompanhamento do caso de acolhimento aos refugiados ucranianos devem envergonhar-nos a todos. Tratando-se de um caso em que se podem vir a colocar a descoberto eventuais responsabilidades de várias entidades, entre as quais o executivo municipal, é um caso que continua a ser tratado com displicência pois, embora tenha sido aprovada a criação de uma comissão eventual, a mesma ainda não apresentou qualquer trabalho, e os reais factos continuam por apurar.

Temos acompanhado com grande indignação a situação na Herdade da Comenda, em que os atuais proprietários, achando que o dinheiro tudo compra, têm sistematicamente atuado à revelia de várias entidades.

Do outro lado, temos esse mesmo conjunto alargado de entidades que tanto observam, fiscalizam e acompanham, mas nenhuma consegue fazer cumprir a lei. Algo está seriamente errado com as nossas instituições, quando é uma associação de cidadãos que se assume como a maior e mais bem-sucedida opositora destes proprietários. É posição do PAN que este problema ultrapassa em muito apenas o Parque

de Merendas, como amiúde, é anunciado nos meios de comunicação social. Por cada dia que aquelas vedações continuam irregulares perante a passividade das denominadas autoridades, é mais um dia de impacto para a fauna e flora da nossa Arrábida. É inadmissível que o denominado direito de propriedade privada continua a ter esta superioridade quando falamos de uma área de Parque Natural.

Neste ponto, esperamos e fica aqui o alerta, que a concessão de 50 anos atribuída para a exploração turística da 7ª Bateria do Outão, não se transforme numa nova Comenda. Até porque os acordos e concessões de décadas celebrados pelos executivos de Setúbal têm uma certa fama de correr mal.

Todas estas notícias que vêm a público levanta uma natural desconfiança nos nossos munícipes e levam a um crescente descrédito nos seus representantes que, a bem ou a mal, são encarados como os responsáveis por este impasse. Temos o dever moral de dar o exemplo a quem nos elegeram e isso não se consegue com processos obscuros.

Como membro da Assembleia Municipal, eu própria não posso deixar de sentir que os mecanismos decisórios deste executivo são pantanosos. Seja pela falta de transmissão de informação entre executivo e assembleia, pelas perguntas colocadas e que são fornecidas apenas respostas dúbias ou pelas sucessivas alterações de orçamento, sem uma justificação documental clara. É um problema para o qual convido o executivo a fazer uma reflexão séria, a bem da transparência.

Acompanhamos com grande preocupação a tendência do executivo em autorizar irrefletidamente a criação de investimentos no mercado energético, sem as devidas precauções e estudos de impacto ambiental. Começando com um futuro parque eólico de grandes dimensões a instalar por uma empresa obscura em Poçoilos, e agora a construção da unidade avançada de conversão de lítio na zona industrial de Setúbal.

Em primeiro lugar, a forte proliferação das centrais solares está a acontecer sem estratégia de localização, controlo ou restrições que tenham em conta as características do território. Colocam-se em causa o património natural, os solos mais férteis, os ecossistemas e as vontades das populações que, de um dia para o outro, vêm a paisagem substituída por painéis solares. A aposta parece estar a ser feita no caminho certo, mas sem regras definidas, repetindo-se os erros de desordenamento do passado. Isto porque, até ao momento, a escolha do local para a central cabe apenas aos promotores, mais ou menos credíveis, baseando-se apenas numa lógica de mercado e de proximidade a pontos de injeção na rede. Devemos antes apostar numa produção descentralizada destinada ao autoconsumo, e para isso os municípios devem incentivar a instalação dos painéis solares junto das famílias.

A construção de uma unidade avançada de conversão de lítio merece-nos as mesmas preocupações. Temos primeiro de assegurar o estudo completo dos possíveis impactos ambientais, para assim decidir acerca do mérito das iniciativas. Não podemos continuar a olhar para o nosso território sem estratégia e ficar à mercê de políticas e medidas insuficientemente ponderadas e subjugadas à iniciativa privada. A natureza é de todos.

Ainda numa pretensa lógica ambientalista, o atual executivo tem feito grande publicidade da necessidade de apostar nos transportes públicos e na cidade sem carros. O ideal da medida é de louvar, mas o caos com que foi feita a transição para os novos serviços de autocarro e a criação dos novos lugares de estacionamento tarifado, parece mostrar um certo desnorte do planeamento. Não podemos esquecer as particularidades das pessoas que utilizam e circulam nas diferentes áreas da cidade, das suas necessidades e dos motivos das suas deslocações, sob o risco de transformar a cidade numa manta de retalhos. Não podemos esquecer que Setúbal vai de Azeitão à Gâmbia, e não se limita à Praça de Bocage. Neste ponto, esperamos que o executivo também não esqueça a recomendação aprovada por unanimidade em Assembleia Municipal quanto à comparticipação a 100% dos passes dos transportes para os estudantes do ensino secundário.

Como nem tudo podem ser críticas, temos orgulho de ter votado a favor da remunicipalização dos serviços da água. A água é parte integrante do património do planeta e é condição essencial para a vida de todos pelo que a sua proteção constitui uma obrigação moral para com as gerações presentes e futuras. Sendo, pois, a água parte integrante do nosso património comum, parece-nos lógico que a gestão da mesma seja pública e no mais alto respeito pelos interesses dos cidadãos e do planeta.

Com a mudança que agora se avizinha no Município de Setúbal, é fundamental que o município pugne por medidas de proteção e conservação da água, do uso eficiente da água, da gestão da procura, tendendo para uma situação de permanência das utilizações que caia dentro dos limites da disponibilidade dos recursos existentes. Acompanharemos com o devido escrutínio este processo de transição, pelo qual nos congratulamos.

Vítor Rosa (BE) – Num momento de grandes dificuldades que as famílias portuguesas vivem e perante as quais são necessárias respostas de apoio de todos aqueles que detêm o poder, seja ele central ou local, a realização desta assembleia extraordinária vem no momento oportuno para debater e trocar ideias sobre o que foi este ano de tomada de posse deste executivo, e de fazer o balanço possível da sua gestão do município até ao presente momento.

Não podemos, contudo, dissociar este executivo e seus representantes da mesma gestão de anteriores executivos CDU, e das suas opções económicas e políticas para o concelho.

E é em torno dessas políticas que queremos aqui obter respostas àquilo que, no nosso entender, têm sido erros e falhas na gestão de matérias que interessam a todos os setubalenses e azeitonenses.

Ambiente: Em 3 de outubro de 2021, por iniciativa popular, ocorreu uma manifestação no Parque da Comenda que exigia o retorno do uso público daquele Parque para todos aqueles que ao longo de décadas usufruíram daquele espaço, sendo impedidos pelos atuais proprietários, a Seven Properties.

Nessa iniciativa popular, o Sr. Presidente disse que tudo iria fazer para permitir o uso do Parque das Merendas, não falamos aqui das outras iniciativas de contraordenações feitas junto dos proprietários, falamos que como Presidente desta Câmara pode fazer mais do que meras palavras de solidariedade ou de que a vontade da Câmara é ir até às últimas consequências para que a lei seja cumprida.

Passado um ano, quem realmente procurou fazer algo para contrariar os interesses dos proprietários foi um grupo de cidadãos, através de uma ação popular em tribunal, e uma associação de cidadãos que tem desempenhado um papel de cidadania ao longo de todo este processo de esclarecimento junto da população contra esta prepotência de vedar um espaço de usufruto público utilizando uma artimanha de escavações arqueológicas, também ela com convívio de outras entidades públicas que continuam a permitir esta situação. Exigimos, por isso, mais do que meras palavras, queremos respostas e vontade de resolução efetiva deste roubo de espaço público a todos os cidadãos do concelho e não só, por parte do executivo municipal.

Está hoje na ordem do dia o caos que tem existido nos transportes públicos após o início da nova concessão exercida pela Alsa Todi.

Logo no princípio de implementação da falsa partida para a revolução dos transportes na Área Metropolitana de Lisboa os motoristas fizeram uma paralisação de protesto. Na altura foi um alerta. As empresas e as câmaras municipais pediram paciência, uma semana, uma quinzena para ficar tudo resolvido. Depois pediram paciência até ao fim de junho. Tudo conversa fiada! Estamos em setembro e os problemas continuam.

Na comunicação social o Sr. Presidente informou que dava até à passada sexta-feira, dia 16, para que o concessionário informasse das linhas e funcionamento dos autocarros nos horários que, também, terão que ser atualizados.

Foi preciso chegar a setembro para que o executivo constataste a “anormalidade” destes incumprimentos do concessionário, foi preciso chegar a setembro para que o executivo constataste o caos na vida das pessoas que desde 1 de junho se transformou sempre que era necessário apanhar um autocarro. Na prática fomos tendo um ato de fé da parte do executivo de que a ALSA Todi iria cumprir com as obrigações contratuais, enquanto nas paragens de autocarro o cidadão comum foi passando pelo purgatório de espera de autocarros que não passam, de horários não cumpridos, de falta de informação sobre o que se estava a passar e de soluções para colmatar estas faltas.

Os TST e a Alsa Todi deram garantias que a operação seria cumprida rigorosamente logo a partir das datas anunciadas, mesmo sabendo que não tinham motoristas suficientes para realizar todo o mapa de serviço apresentado.

É urgente retirar consequências políticas e jurídicas junto das empresas rodoviárias, pelos contínuos incumprimentos contratuais.

A coordenação intermunicipal dos transportes é importante, mas concessionar o serviço aos mesmos de sempre, empresas de transporte privadas, não resolve nada.

A verdade é que pouco mudou. Aliás, piorou, e Setúbal e a margem sul continua à mercê de empresas privadas. O direito à mobilidade? Essa ainda está na fila, à espera do autocarro que não vai passar.

Queremos saber quais as respostas que o concessionário deu ao executivo sobre este problema e que medidas vai tomar, se continuar com o incumprimento do serviço junto das populações do concelho.

Saúde: Outra das preocupações dos cidadãos prende-se com a saúde, e os meios, Centro Hospitalar de Setúbal e Centros de Saúde, e, por esse motivo, também trazemos aqui questões ao executivo sobre esta matéria, nomeadamente em que ponto se encontra as decisões sobre o Centro de Saúde de São Sebastião e do Bairro do Liceu, não esquecendo a necessidade de uma unidade de saúde na freguesia de Gâmbia – Pontes e Alto da Guerra.

Não basta, em nossa opinião, dizer que este é um problema do Governo central e de que este pouco ou nada tem feito, bem como certas forças políticas que se deram ao trabalho de colocar faixas e cartazes, numa disputa sem sentido de que “o meu cartaz de apoio ao Centro Hospitalar é maior que o teu”.

Passado um ano de governação deste executivo o que nos importa saber nesta matéria é que diligências tem feito junto do Governo central para a resolução dos problemas de acesso à saúde? Já existe terreno para a construção dos Centros de Saúde atrás referidos? O Centro de Saúde de São Sebastião não pode ficar adiado *ad eternum*, Vale do Cobro cada vez mais tem dificuldades de resposta a toda uma freguesia que é apenas e só a que tem maior número de habitantes do concelho.

Sabemos que o executivo dirá que não é da sua responsabilidade primária a construção de Centros de Saúde, mas já que temos o exemplo de Azeitão, e bom exemplo, que o executivo assuma também maior protagonismo junto do Governo sobre esta matéria e que em simultâneo, passadas todas as manifestações à porta do Centro Hospitalar de Setúbal, que a construção do novo Centro Hospitalar seja uma realidade no final deste mandato.

Para finalizar a minha intervenção trago a este debate mais duas questões.

Mobilidade: O executivo tem falado muito de mobilidade, dedicou inclusive dois números do seu jornal municipal à mobilidade, certo é que os problemas da mobilidade continuam por resolver com algumas agravantes, já aqui falámos da questão dos transportes públicos, mas ela passa também por medidas que continuam a ficar na gaveta e outras, só por força da oposição o executivo a pouco e pouco vai recuando na sua tomada de posição inicial.

Falo do contrato de estacionamento tarifado e da sua concessão por 40 anos, só agora o executivo está a ponderar pequenas alterações a este contrato, com a hipótese de salvaguardar bolsas de estacionamento grátis em determinados pontos do concelho; falo do orgulho muito pequenino do executivo na dezena e meia de quilómetros de ciclovía, sendo que grande parte destes quilómetros de ciclovía são fruto do Projeto Intermunicipal Ciclop 7, não tendo o executivo dado seguimento à oportunidade de criação de mais ciclovía nas futuras obras de melhoria de acessos à zona da Mitrena, com propostas concretas do Bloco e de outras forças políticas aqui representadas nesta assembleia. O mesmo se passa nos apoios à mobilidade de transportes públicos, já debatidos nesta assembleia, da extensão da gratuidade do transporte escolar até ao secundário, que continua sem resposta do executivo, numa altura de arranque do ano escolar e de aflição económica para as famílias, por isso, dizíamos lá atrás, que pouco mudou. O direito à mobilidade? Essa ainda está na fila, à espera do autocarro que não vai passar, das ciclovias que vão ter que esperar, de transportes públicos tendencialmente gratuitos.

Investimentos e obra por fazer: Uma cidade para o futuro não pode depender só do turismo, e essa tem sido a grande aposta deste e dos anteriores executivos CDU. A cidade está mais bonita, está sim senhora, mesmo que o conceito de beleza seja sempre relativo, o que é bonito para uns pode não ser para outros.

Mas o que importa aqui abordar são os gastos de anteriores executivos CDU, nomeadamente do último em investimentos e concessões cuja gestão desses investimentos e a sua concretização continuam por executar e por explicar. Citemos alguns exemplos:

Praça de Touros Carlos Relvas – ano 2017, custo: 1 milhão 191 mil e 290 euros. O que é feito da Praça de Touros? Soluções para a Praça de Touros Carlos Relvas passados cinco anos?

Acordo com a AICEP – Global Parques em 2017 para estacionamento de camiões TIR até 2026, quais os custos até ao presente momento para o município?

IMAPARK – 2019, custo: 4M e 400 mil euros. Continua votado ao abandono.

Wake Park Manteigadas – 2019 mereceu uma declaração de interesse público – uma área de 269400 m2.

Que é feito dos impactos positivos, significativos a nível socio económico, na economia local, nos postos de trabalho, no comércio local, como apregoava a decisão aprovada pela CDU na Câmara Municipal e nesta Assembleia?

Foram estas algumas das opções políticas e financeiras tomadas anteriormente, às quais outras se poderiam acrescentar e que o atual executivo continua sem dar respostas, mas que se lamenta sempre que se discute orçamentos da falta de dinheiro.

As opções são sempre políticas, por isso perguntamos o porquê destas opções e não o de construir uma nova Biblioteca Municipal, prometida desde 2013, pela então Presidente Dores Meira, que dizia então que: *“as novas instalações da biblioteca são uma peça fundamental na estratégia que a Autarquia tem delineado para a reabilitação urbana do Centro Histórico e da frente ribeirinha da cidade”*.

Concebido pelo atelier “Jordana Tomé, Vítor Quaresma, Filipe Oliveira”, com coordenação do arquiteto Joaquim Duque Duarte, o projeto e proposta vencedora, foi premiada então com 12 mil euros, representa um investimento que respeitará o limite traçado no concurso de 3,2 milhões de euros, sendo que o projeto de construção rondará os 300 mil euros. Estamos a falar de números de 2013.

Por isso perguntamos se para além do outdoor colocado em tempo de eleições em 2021, passados 8 anos, se a nova Biblioteca Municipal vai ser construída ou não passou de mais uma promessa eleitoral da CDU, eleição atrás de eleição autárquica.

Perguntamos quanto tempo mais vamos esperar pela resolução efetiva da Praça de Touros, como espaço multiusos, também prometido?

Perguntamos porque se gastou 4 milhões de euros no IMAPARK, que está quase votado ao abandono?

Perguntamos porque não se aposta na construção de uma Mediateca Municipal?

Perguntamos o porquê de se ter gasto 6 milhões de euros nos exemplos citados e quais os custos reais ao longo destes 5 anos de inação sobre estes espaços destes executivos?

Em resumo, perguntamos se os pressupostos e custos inicialmente previstos se mantêm ou se, por erros de políticas e de opções, vão ter custos acrescidos com consequências para futuros orçamentos municipais?

Vivemos momentos difíceis de aumento de pobreza generalizada por políticas governamentais erradas que continuam a pôr em causa uma vida com direitos e de dignidade para quem trabalha, sejamos capazes a nível local, com políticas e gestão correta dos bens públicos, minorar estas dificuldades.

Não chega todos os discursos feitos em datas festivas de que nada de errado e apenas com o trabalho deste executivo é que Setúbal avança.

Os setubalenses e azeitonenses merecem esta reflexão e que quem os governa seja capaz, de reconhecer os erros cometidos e colmatar esses mesmos erros.

Luís Maurício (CH) – Hoje, dia 19 de setembro de 2022, estamos aqui reunidos e presentes para debatermos o estado em que se encontra o Município, fazendo um balanço de um ano após as eleições legislativas que ocorreram em 30 de janeiro deste ano.

Fazendo então um balanço, pouco ou nada mudou, pois é necessário mudar ideias e vontades, é preciso trabalho e competência, sendo preciso resolver os problemas dos setubalenses.

O Executivo tem agora uma verdadeira oposição que sabe trabalhar, que apresenta Propostas, que defende uma melhor qualidade de vida para todos os setubalenses. Essa Oposição é o Partido Chega. Este ano, conseguiu-se baixar o IMI e o IRS, duas importantes bandeiras do Partido Chega. Os ditos defensores do Povo – a CDU - votaram contra esta baixa nos impostos, o que claramente não se entende. Podemos afirmar que “a CDU já não é o que era”, diz o povo e com razão.

O Grupo Municipal do Partido Chega, através da minha pessoa, trabalhou seriamente para resolver o problema da Herdade da Comenda. Um problema que não vemos solução e que nem o Executivo trabalha para conseguir uma melhor solução.

Continuamos a trabalhar no sentido de um melhor estacionamento dos veículos automóveis, uma vez que este Executivo não vê como prioritária esta ação. Trata-se da vida dos munícipes, dos setubalenses.

As nossas forças de segurança, que trabalham por turnos, ficaram com mais uma despesa ao fim do mês para pagar, o que mexe com o orçamento da família.

Devemos ter um estacionamento controlado e tarifado em zonas vermelhas, mas temos de dar alternativas a todos aqueles que não podem pagar estacionamento em parques construídos para o efeito. É preciso assim ter uma rede de transportes públicos que funcione, que possibilite aos cidadãos deslocarem-se por um valor justo, sem mais acréscimos.

Vemos que a rede de transportes em Setúbal está muito pouco funcional. Há queixas e reclamações e este Executivo não olha para elas.

Neste ano, o Executivo da Câmara de Setúbal foi, certamente, o mais falado pelas piores razões, não só pela população, como pelos Media.

Vejam, contratou esta Câmara CDU, o Assessor mais caro de Portugal, um militante do PCP, residente em Loures, Vereador sem Pelouro a fim de coordenar um Grupo de Trabalho, pelo valor de 6 mil euros por 12 meses (4 meses + 8 meses) segundo o relatado pela Revista Sábado, o que não deixa de ser curioso e muito polémico.

O Grupo Municipal do Partido Chega, através da minha pessoa, entende como boa a medida de regresso dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento à gestão pública municipal, e assim a reativação dos Serviços Municipalizados, a 18 de dezembro deste ano, um dia após o contrato de concessão com a Águas do Sado terminar.

O problema é que o Município não acautelou os devidos procedimentos e agora está-se perante um conflito e uma dívida de 30 milhões das Águas do Sado ao Município.

Por fim, e não menos importante, a polémica dos Refugiados Ucrânicos. Ninguém quer assumir culpas, nem o anterior executivo nem o presente.

Foi dito que o processo foi arquivado, mas foi omitida a existência de um outro processo, que avançou com o Ministério Público, em que estão a ser reunidas provas para constituir um processo-crime contra a ex-autarca e o atual Presidente da Câmara Municipal.

Este processo deu origem a uma comissão temporária, a fim de se saber o que se passou realmente com os Refugiados Ucrânicos. Esta comissão tinha o prazo de 60 dias para apresentar um relatório. Que conste: esta comissão reuniu uma única vez a fim de discutir que entidades e instituições deveriam ser ouvidas por esta mesma comissão.

Por proposta do Partido Chega, adiou-se as reuniões com as referidas entidades e instituições, por estas estarem indevidamente preparadas, para melhor se poder organizar os trabalhos e todas as questões essenciais ao processo.

Passaram-se os 60 dias e nenhuma Instituição ou entidade foi ouvida por esta comissão, o que obriga a que numa nova Assembleia Municipal sejam dados novos poderes legitimados à referida Comissão Temporária.

Acresce dizer que o PSD se uniu à CDU a fim de dizer mal do PS, do seu Governo, da sua governação.

Não se juntou para trabalhar, mas sim para maldizer, o que não deixa de ser cómico, pois dois partidos que se odeiam mutuamente, agora uniram-se para dizer mal, não olhando para o Município e sim para a governação do PS. Não interessa a ambos os partidos, o trabalho no Município de Setúbal.

Temos que o balanço é negativo, pois este Executivo tem demonstrado negligência no tratamento dos processos e tem provocado enormes polémicas nacionais.

O Partido Chega, através do seu Grupo Municipal e da minha pessoa, afirma que continuará a trabalhar, sempre a favor do Município e dos setubalenses.

Nuno Carvalho (PSD) – É evidente que este debate e este formato que hoje aqui se realiza, creio que até pelas intervenções que aqui temos assistido, está mais que comprovado que a sua riqueza e a sua pluralidade em muito ajudam aquilo que é a vida democrática em Setúbal. Como é evidente, vários temas aqui já foram abordados, são temas que preocupa todas as forças políticas inclusive o Partido Social Democrata.

Aceitamos, como é óbvio, é que cada um dos temas tenha uma abordagem diferente de cada partido. Podemos ter os mesmos objetivos, mas temos claramente meios diferentes que colocamos ao dispor da população para resolver esses problemas. Mas haverá, com certeza, aqui um tronco comum em todos estes aspetos e esse tronco comum, cuja palavra aqui foi várias vezes dita de uma forma indireta, mas não de uma forma tão expressa como devia ter sido dito por todos os partidos que antecederam o Partido Social Democrata, é a palavra rendimento.

A verdadeira necessidade de falarmos de inflação, é a perda de rendimento, a verdadeira necessidade de falarmos de transportes públicos, é a perda de rendimento, a verdadeira necessidade de falarmos de habitação, a verdadeira necessidade de falarmos de saúde e de recurso a privados, toda ela vai desembocar no momento em que as famílias estão claramente aflitas com a crise inflacionista que atinge a Europa toda, onde Portugal, evidentemente, não é exceção.

Neste primeiro aspeto, o primeiro tema que creio que é fundamental abordar, é se o Município de Setúbal também não devia ir mais, além. Além daquilo que é o pacote que foi apresentado pelo Governo, tal como fez Lisboa, tal como fez Cascais, e pensar, de facto, que medidas é que se pode aplicar para mitigar estes impactos. Quando verificamos que a rede de transportes públicos tem, efetivamente, uma deficiência de funcionamento que prejudica a alternativa da utilização da viatura e, portanto, prejudica o rendimento das famílias cada vez que usam o automóvel. Quando verificamos que a habitação no nosso concelho é um problema crítico, porque não só é quase impossível sair de casa antes dos 30 anos, somos dos países da Europa onde saem mais tarde de casa e, infelizmente, o concelho de Setúbal não é exceção. Também verificamos que famílias que estão bem estabelecidas hoje pensam duas vezes em aumentar a sua família, pensam duas vezes como é que conseguem manter a sua família nas habitações que atualmente têm. Este é um problema crítico que, nos tempos que se avizinham, pode-se tornar ainda maior e uma resposta de habitação pública é fundamental para combater este problema.

É evidente que há aqui outros dois temas que são estruturais, mas que têm uma conjuntura muito própria, a primeira, falemos de educação e falemos daquilo que é a própria condição do parque escolar que existe no Município de Setúbal. Seria importante perceber se os desafios que agora todos teremos, enquanto órgãos municipais, para ajudar naquilo que é o processo da educação no nosso concelho, com esta descentralização de competências, se esse desafio está devidamente acompanhado pelo pacote financeiro do Governo. Mas é, também, fundamental perceber se o Município de Setúbal está a ser afetado, como de resto, as notícias deram conta, pela ausência e pela falta de professores, como parece ser o caso. É importante perceber se o Município de Setúbal não irá sofrer, como sofreu no passado, naquilo que são os serviços que são prestados à população. Nos serviços de saúde que são prestados à população se não irá sofrer com os mesmos problemas que sofreu, agora que se aproxima a época de gripes, pela ausência de profissionais e é crucial darmos aqui uma palavra de apelo para que o nosso concelho não volte a ser notícia por razões que levam crianças a nascer fora do nosso concelho, por razões que levam os nossos médicos a demitirem-se.

Todos estes temas fazem parte do estado do município, porque temos que fazer a análise, também, daquilo que é o estado das famílias, o estado das empresas e quando pensamos nas empresas do nosso concelho, temos que olhar para o pequeno comércio e para o aumento do custo dos alimentos, para o aumento do custo da energia e como são fundamentais vários estabelecimentos de restauração no nosso concelho que atrai milhares de pessoas, vários fins de semana seguidos, que são um dos diamantes, um dos pilares que ajuda a erguer o turismo no nosso concelho. É fundamental que o município olhe para eles, olhe para os instrumentos que tem ao seu dispor na derrama, no regulamento de taxas e verifique como é que os consegue ajudar no que é o seu papel, no que são as suas possibilidades. Do mesmo modo, as indústrias que se fixam no nosso concelho e que têm um forte peso, no que diz respeito àquilo que é a pegada energética na sua operação diária, se também não deveremos ou conseguiremos de alguma forma mitigar esse impacto e ajudar a que não existam situações que levem a paragens e que levem ao *layoff*. Todo este esforço é fundamental para o progresso do nosso concelho. É certo que episódios como os que aconteceram dos refugiados, mancham o concelho de Setúbal, mas é certo que temos muitas razões para nos orgulharmos do nosso concelho.

Registamos, como é evidente, aqui o que foi a intervenção inicial do Sr. Presidente, mas também estou certo que pensará, tal como nós, que há um caminho muito longo para traçar no concelho de Setúbal e que há muito mais a fazer por parte do atual executivo e que há uma responsabilidade significativa dos executivos anteriores naquilo que é a herança que a atual gestão tem. E o caminho que Setúbal tem que fazer é um caminho de potenciar o seu desenvolvimento económico e social, porque os setubalenses e azeitonenses merecem muito mais e devem ter muito mais apoio do Município de Setúbal, especialmente numa altura de crise inflacionista como esta.

Paulo Lopes (PS) – Passado praticamente um ano da tomada de posse do atual executivo, e a pouco tempo de apresentação e votação do próximo orçamento municipal para 2023, impõem-se uma análise e avaliação do trabalho efetuado pelo executivo, nomeadamente do Sr. Presidente da Câmara e dos seus vereadores da CDU.

E se há cerca de quatro meses, em maio, apresentámos neste órgão, uma moção de censura à ação política do Sr. Presidente e do Executivo CDU, tendo como base quatro temas centrais que marcaram de forma negativa e indelével os primeiros meses do seu mandato, hoje vemos que tudo continua na mesma, que nada mudou, temos apenas mais do mesmo.

Temos hoje um executivo minoritário, cego e surdo, fechado em si mesmo, que não consegue criar pontes de diálogo com a oposição, revelando uma postura autoritária e por vezes mesmo prepotente, que só fala com a oposição quando e como quer, apenas nos momentos de maior aflição e quando já está encurralado num beco sem saída.

Um executivo CDU que teima em rejeitar qualquer proposta da oposição, independentemente da sua relevância e importância para o concelho, apenas e só por puro preconceito ideológico,

Um executivo CDU que parece promover e desejar mesmo, o chumbo do próprio Orçamento municipal, para se vitimizar perante a opinião pública, apenas e só, como forma de justificar as suas próprias incapacidades em resolver e antecipar os problemas dos setubalenses e azeitonenses.

À Setúbal maquilhada e das rotundas mais bonitas, expoente máximo da futilidade, do efémero e das más escolhas de aplicação dos fundos municipais, sucedeu uma Setúbal cinzenta, adiada e parada no tempo.

Anuncia-se mais Setúbal, mas ao invés temos menos Setúbal.

E daqui lanço o desafio, para que na discussão do próximo orçamento municipal para 2023, estejam disponíveis para o diálogo e para a introdução de propostas da oposição que dê um novo impulso reformista ao concelho.

Temos um executivo comunista cansado, com uma liderança isolada, com falta de visão, ambição e estratégia, a quem falta vontade e espírito reformista, e que se traduz em menos investimento municipal.

Faz-se apenas uma gestão do dia-a-dia e mal, basta vermos o estado da higiene e limpeza urbana a que chegou alguns arruamentos do concelho, adiam-se decisões, faltam respostas aos problemas criados pelo próprio executivo, afinal onde param os projetos amplamente prometidos e anunciados pela Câmara ao longo dos últimos anos? O novo Parque Verde da Várzea, a requalificação do IMAPARK e da Praça de Touros num espaço multiusos, comprados por milhões de euros pelo município há mais de três anos e que continuam ao abandono, que é feito do Terminal 7 e da Nova Biblioteca Municipal, prometidos pelos executivos CDU e apresentados em bonitas maquetas há 10 anos, mas cujos projetos não saíram do papel?

A todas estas promessas por cumprir, temos ainda de acrescentar a tão necessária conclusão da rede de saneamento básico, que em 20 anos de governação CDU ainda está em falta em diversos pontos do concelho, nomeadamente nas freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, União de Freguesias de Setúbal, na Anunciada e Azeitão.

Temos hoje um executivo comunista que aplica uma desastrosa política de mobilidade em Setúbal, que faz desesperar qualquer cidadão que tenha que se deslocar no nosso concelho, independentemente do meio de transporte.

A obsessão pelo estacionamento tarifado, introduzida de forma abusiva em áreas meramente residenciais ou sem pressão, com um aumento das tarifas e do número de lugares pagos em mais de 500%.

As passeadeiras que desapareceram da rede viária da cidade, colocando em causa a segurança de peões e automobilistas.

As ciclovias desertas, as trotinetas elétricas que desrespeitam todas as normas do código da estrada e que continuam sem qualquer fiscalização, pondo em causa a segurança dos seus utilizadores, dos peões e dos automobilistas.

E a tudo isto acrescem os graves e inaceitáveis incumprimentos da nova concessão de transportes públicos rodoviários pela Transportes Metropolitanos de Lisboa, e que continua há três meses sem melhorias, que colocam em causa o serviço público de transportes no concelho;

Não obstante, reforçamos a ideia do conceito aprovado por todos os concelhos da AML, ser de vital importância para o município e a mobilidade de toda uma região e preconizar uma verdadeira revolução na forma como nos deslocamos e vivemos.

Neste sentido, e porque o problema é demasiado grave e já não se resolve com moções, nem com cartas de reivindicações, a Bancada do PS, apresentou já ao Sr. Presidente da Mesa, uma proposta a ser discutida na próxima Assembleia Municipal, dia 30 de setembro, para realizarmos uma audição ao 1º Secretário da Comissão Executiva Metropolitana de Lisboa, assim como do Presidente do Conselho de Administração da Transportes Metropolitanos de Lisboa, com vista a prestar os devidos esclarecimentos sobre os referidos problemas e efeitos lesivos que tem tido sobre os setubalenses e azeitonenses.

Temos hoje um executivo municipal que ignora e desrespeita os direitos e as reivindicações dos seus trabalhadores, que ficam desde logo evidentes pelas decisões judiciais que fizeram vencimento contra a Câmara Municipal de Setúbal, sendo recorrentes as greves e manifestações dos Bombeiros Sapadores e as suas reivindicações nas reuniões de Câmara e Assembleia Municipal, denunciando conflitos laborais e que a todos nos deve deixar preocupados.

Em suma, são demasiados e deveras preocupantes os factos que apenas ao longo de um ano de mandato ocorreram.

A tudo isto não podemos esquecer que Setúbal foi ainda notícia e o centro da atenção mediática pelos piores motivos, durante várias semanas consecutivas, pela forma politicamente insensível e incompetente como lidou com o processo de acolhimento de refugiados ucranianos.

Dos relatórios já conhecidos, foram identificadas várias irregularidades, aguardamos serenamente o desfecho final de todas as iniciativas em curso, no entanto impunha-se um reconhecimento dos erros políticos cometidos, pelo executivo ao longo deste processo, em vez de se atirar as culpas para terceiros, que têm o dever político e cívico de escrutinar e fiscalizar a ação da câmara

Por tudo isto, entendemos, que Setúbal merecia muito mais. Mais investimento, mais diálogo, mais coragem reformista, mais visão e ambição estratégica, mais competência, mais futuro e menos passado. Em suma, mais PS e menos CDU.

E se dúvidas houvessem, a prova é que é graças ao PS, que a redução da carga fiscal é hoje uma realidade e uma ajuda muito importante para a poupança das famílias setubalenses e azeitonenses.

A transmissão on-line das reuniões de Câmara é igualmente uma conquista que reforça a transparência e o escrutínio democrático dos eleitores sobre o executivo, bem como a criação do Conselho Municipal da Juventude, que não só vem cumprir a lei que o executivo CDU propositadamente desrespeitava, como reforça a democracia participativa.

Foi igualmente sob proposta do PS que foi aprovada uma recomendação ao executivo de alteração ao novo Regulamento Municipal de Estacionamento Tarifado que ainda se encontra por cumprir, assim como o acompanhamento da implementação da concessão do estacionamento tarifado, por parte desta assembleia.

Por tudo isto, e aqui chegados, os setubalenses e azeitonenses sabem que Setúbal e Azeitão, merecem muito mais e que para lá chegar é preciso que Setúbal solte as amarras deste passado que nos governa, para ser finalmente aquilo que merece, Setúbal uma Capital do Futuro!

João Luz (CDU) – Conhecemos parte substancial do retrato que acabou aqui de ser feito, é um retrato muito trabalhado e muito editado em programas informáticos para o efeito, mas que não tem correspondência nenhuma com a realidade. A realidade de Setúbal é bem diferente como atestam as populações.

Melhor do que qualquer um de nós, as populações do concelho de Setúbal têm avaliado o estado do município e têm sido claras na sua apreciação ao longo dos últimos 20 anos. Há cerca de um ano, as populações do concelho atribuíram uma expressiva vitória eleitoral à CDU que venceu em todos os órgãos autárquicos do concelho de Setúbal. Essa vitória não acontece por acaso e é fruto do reconhecimento do trabalho realizado e da confiança no trabalho apresentado e nos protagonistas para o concretizar.

As populações do concelho sabem que é com a CDU que contam para o desenvolvimento deste território, para a melhoria das condições de vida e para as defender dos que sistematicamente têm maltratado esta terra e as suas gentes.

Na nossa opinião, não se pode olhar para o estado do município sem olhar ao contexto e ao ponto de partida. No espaço de 20 anos, a CDU transformou um concelho triste e desanimado num território dinâmico e apostado no futuro onde vale a pena viver. Tudo isto aconteceu equilibrando contas municipais e organizando os serviços de forma a cumprirem a sua missão, enfrentando uma significativa redução dos fundos comunitários disponíveis, uma crise económica e financeira agravada pelas políticas de austeridade, vários simulacros de investimentos públicos e estruturantes para a região que nunca se concretizaram, uma pandemia mundial e atualmente uma crise inflacionista. Hoje, não podemos falar do estado do município sem referir o grave aumento do custo de vida, a insistência em políticas de baixos salários, a preferência pelo existencialismo e a propagação da precariedade que atingem populações do concelho ao mesmo tempo que se verificam acumulações de lucros obscenos por parte dos grandes grupos económicos, designadamente nas áreas dos combustíveis, das energias e alimentares. É neste âmbito, de aumento generalizado dos preços, que também atinge o município com os preços das empreitadas, das matérias-primas, da energia e dos combustíveis a aumentar, que a oposição optou por retirar receitas ao município, beneficiando uma minoria, mas prejudicando a maioria dificultando a prestação do serviço público, a promoção do investimento autárquico e o apoio às camadas mais desfavorecidas.

Aliás, em matéria financeira, sem ir muito lá atrás para não desenterrar as sobejamente conhecidas consequências da gestão PS, não podemos deixar de destacar os seguintes aspetos: ao contrário do que é feito crer o município já vinha a promover uma descida progressiva e sustentável da taxa de IMI, em 2020 e 2021, anos atípicos devido à pandemia, verificaram-se perdas de receitas, taxas, destinadas a fazer face à crise através de várias isenções decididas pelo município. Apesar disso, em 2020, primeiro ano em CAPE, o passivo da Câmara Municipal reduziu cerca de 30 milhões face a 2019, já adaptado a este sistema contabilístico. Não tendo sido apreciadas as contas de 2021 nesta Assembleia Municipal, cremos que o nível de endividamento se terá mantido e a Câmara Municipal continua a assumir os seus compromissos e a investir cumprindo o programa eleitoral da CDU.

A capacidade de endividamento do município tem-se mantido em níveis confortáveis e para a realização de investimentos têm continuado a ser aproveitados todos os apoios possíveis, nomeadamente fundos estruturais. Para o sucesso desta política muito tem contribuído a colaboração e a participação das freguesias e o envolvimento do movimento associativo e da população em geral.

Este executivo, que tomou posse em final de 2021, reafirma assim a sua orientação de investir e garantir a qualidade dos serviços que presta às populações e estamos certos que irá conseguir, apesar das dificuldades financeiras a que está sujeito, provocadas internamente pela imposição da descida irresponsável de receitas, IMI e IRS, e externamente pela inflação galopante iniciada na pandemia e agravada em muitos casos artificialmente com a guerra na Ucrânia.

É neste quadro que afirmamos que cá estaremos para superar as dificuldades e resolver os problemas sem diminuir uma grama na qualidade do papel com que trabalhamos para servir as populações do concelho e ainda seremos capazes de continuar a substituir-nos aos que fazendo declarações de amor a Setúbal apenas a desprezam e maltratam. Cá estará a CDU na gestão do município a fazer o que sucessivos governos se recusaram a fazer. Só para referir algumas das mais significativas, como é o caso das intervenções no Convento de Jesus, no Forte de São Filipe, em estradas nacionais, na disponibilização de terrenos e na construção de Centros de Saúde, entre muitas outras. Cá estará a CDU na gestão do município a dar resposta aos problemas que vão ser criados e estão a ser criados com a transferência de encargos para as autarquias. Quando o município passar a ser definitivamente o responsável por áreas subfinanciadas e em muitos casos degradadas pelo abandono a que foram votadas por vários governos

como acontece, por exemplo, com o Serviço Nacional de Saúde, vítima da política de direita de sucessivos governos que desinvestiram e desvalorizaram carreiras, abrindo portas ao negócio da doença e que é hoje, infelizmente, bem visível em Setúbal com milhares sem médico de família, com serviços a encerrarem por falta de meios humanos, com o Centro Hospitalar sem condições de prestar cuidados médicos, com os Centros de Saúde incapazes de dar resposta às necessidades.

Sim! O desafio é grande, mas, à semelhança do sucedido, noutros momentos é com as populações, com o movimento associativo e com os trabalhadores, e permitam-nos aqui destacar e saudar em particular os das autarquias locais do concelho, que iremos superar todas as dificuldades e continuar Setúbal.

Neste primeiro ano de mandato, o município tomou já uma decisão histórica de grande significado e alcance, decidiu recuperar a gestão da água e do saneamento para a esfera pública, terminando a nefasta concessão decidida pelo PS em 97, que fez deste serviço público essencial um negócio em que as populações perderam sempre. Entre todas as alternativas possíveis, esta é a única que permite um controlo democrático da gestão deste recurso e a sua colocação ao serviço do interesse das populações e do desenvolvimento do território. Esta é a solução que permitirá colmatar as insuficiências ainda verificadas, decorrentes da concessão, promover o investimento público capaz de garantir um serviço com a cobertura total do território, a renovação de redes e garantir a excelência do serviço prestado com elevados níveis de qualidade.

Nos tempos mais próximos, com a exigência da resolução urgente dos problemas criados pelo operador de serviço de transportes públicos urbanos, uma vez criadas as condições não deixaremos no Plano Metropolitano de nos debater pela progressiva gratuitidade dos transportes públicos, afirmando, também, em Setúbal, uma visão de uma cidade para todos mais sustentável e liberta da pressão do veículo individual. A captação de novos investimentos geradores de emprego e a afirmação de Setúbal como centralidade no plano regional e nacional continuam a ser objetivos para os quais se desenvolve uma atividade concreta de valorização e promoção do território.

Neste mandato, perante a confirmação do fracasso das políticas liberais de habitação, o município aproveitando fundos disponíveis, definiu estratégia e prepara-se para uma intervenção visando resolver graves carências e promover o acesso à habitação condigna a todos. Na educação, o Município de Setúbal, cidade educadora, continuará o seu compromisso na defesa e construção da escola pública ficando o início deste ano letivo já marcado pela procura da superação de inúmeras falhas e carências tornadas visíveis no processo de transferência de competências em curso.

Nos domínios da cultura e do desporto continuaremos apostando na diversificação e na democratização do acesso à criação artística e à prática desportiva, bem como na criação de novos públicos afirmando o concelho como um território eclético, apostado na formação integral dos indivíduos. Ao longo dos mandatos da CDU, o movimento associativo, desportivo e cultural sabe que conta com o município para, sem pressões de cariz partidário, apoiar o desenvolvimento da sua atividade e por todo o concelho criaram-se espaços, construíram-se sedes e campos para as mais diversas modalidades e apoiou-se a realização de eventos e provas. Os jovens do concelho de Setúbal e as suas diversificadas formas de associativismo sabem que continuam a ter espaço no município para serem ouvidos e participarem na vida coletiva sem que tal tenha como condição prévia e necessária um registo e a adoção de uma determinada forma legal. Apesar das imposições legais e dos constrangimentos à participação juvenil criados pela figura do Conselho Municipal de Juventude, que a oposição considera em Setúbal um modelo de virtudes, a CDU não deixará de afirmar espaços de participação onde cabem todos e onde a participação é efetiva e real. Os jovens do concelho sabem que é com a CDU que contam para combater as políticas de precariedade, de baixos salários ou de elitização do ensino. A CDU no Município de Setúbal continuará a estar junto das populações promovendo a sua participação real na identificação e resolução dos problemas, ao lado delas os eleitos da CDU, entre muitas outras coisas, continuarão a debater-se pelo usufruto Parque de Merendas da Comenda, por um serviço de transportes públicos que sirva realmente as necessidades, por um Centro Hospitalar de Setúbal capaz de cumprir a sua missão e por uma travessia fluvial para Troia que não constitua uma barreira. Temos muito para fazer, temos um programa para cumprir, Setúbal exige de nós um compromisso sério e empenhado com o futuro e com a concretização da visão que submetemos a sufrágio eleitoral.

Ao contrário de quem braceja muito, mas não apresenta ideias nem soluções, ao contrário de quem muito pragueja, mas não reconhece erros e promove políticas de empobrecimento deste concelho e das suas gentes, a CDU continuará a levar avante a concretização de um projeto de transformação profunda do concelho, visando o seu desenvolvimento em harmonia com o património cultural e ambiental existente e a construção de uma cidade sem muros nem ameias como cantava Zeca Afonso. Vamos continuar Setúbal!

Presidente da Mesa – Fizemos a primeira ronda de intervenções ordenada e vamos passar agora à fase do debate generalizado. Para não ser desordenada, uma vez que as restantes intervenções feitas, e era esse o seu objetivo, consistiam em depoimentos e tomadas de posição de cada uma das bancadas, mas também mescladas de interpelações ao executivo, começaria por dar a palavra ao executivo, ao Sr. Presidente ou quem indicar, e depois o debate seria com os pedidos de inscrição que procuraremos fazer alternadamente tanto quanto possível.

Presidente da Câmara – Como referi na minha intervenção inicial, naturalmente que este é um momento importante para nós, também do executivo, avaliarmos a forma como cada força política e partidária representada na Assembleia Municipal vê a atividade do executivo e perspetiva o futuro.

Também não era de esperar que fosse muito diferente, mas podia sê-lo, não o foi, uma grande parte das intervenções são orientações fortemente ideológicas e que estão num mundo diferente daquele em que nós vivemos. Sobre isso somos todos livres, vivemos em democracia e este debate serve exatamente para isso, cada um expressa a sua forma de estar na vida e o seu entendimento relativamente ao futuro. Somos livres de o fazer, agora não me peçam que comente as posições ideológicas de cada uma das forças que aqui entreviei e que, no fundamental, centrou a sua intervenção nessa perspetiva. A liberdade é de cada um que utilizou o seu tempo para dizer aquilo que pensa e aquilo que espera.

Naturalmente que registei um conjunto de questões que considero muito importantes de serem tratadas aqui, não na perspetiva em que elas foram apresentadas, mas exatamente do ponto de vista de quem tem a responsabilidade de gerir este município, este território e que está comprometido há mais de 20 anos com os setubalenses e azeitonenses. O resultado das últimas eleições foi uma demonstração bem clara de que a grande maioria dos setubalenses e dos azeitonenses continuam a apostar na política, no trabalho e a dar confiança a quem ganhou as eleições. Ganhou as eleições em todos os órgãos autárquicos deste município, que não haja dúvidas sobre isso, porque, às vezes, como vimos aqui nalgumas intervenções, é que ganhámos as eleições em todos os órgãos autárquicos, mas deveríamos andar a bater às portas e a pedir se tinham umas ajudas. Ao longo destes 20 anos, recorreremos sempre às ajudas quando necessário, quando sentíamos que era importante no sentido de beneficiar a população, de beneficiar o nosso território, de procurar ter força para exigir a quem tem responsabilidades maiores para que os setubalenses e azeitonenses não tivessem tantas penalizações, como tem acontecido, por exemplo, na saúde e que é um exemplo que trespassei em todas as intervenções que aqui foram feitas. Lamentavelmente é esta a situação que os setubalenses e os azeitonenses passam por força de sucessivos governos e, naturalmente, que este tem ao longo destes últimos anos, por maioria de razão, maior responsabilidade sobre a situação em que se encontra o Serviço Nacional de Saúde. Todos os equipamentos e o quadro de pessoal, designadamente dos médicos e dos enfermeiros e de um conjunto mais alargado de outros profissionais da saúde que foi debatido e que a Câmara Municipal tomou em conjunto, no caso do Hospital de Setúbal, com os outros municípios aqui da península que são servidos também por este hospital.

Ainda no caso da saúde, já agora vou a um caso concreto. O trabalho, o empenhamento, a dedicação que este executivo tem tido nesta matéria, como sabem, foi apenas referido aqui um Centro de Saúde, o Centro de Saúde de Azeitão, mas, como sabemos, praticamente todos os centros de saúde deste município estão com grandes dificuldades de acessibilidade a quem os procura. De acessibilidade, falta de horários de funcionamento adequados, falta de profissionais de saúde para receber quem precisa. Todos sabemos que a competência, a responsabilidade é do Governo, é do Estado, se assim quiserem, mas o que aconteceu foi que foi a Câmara Municipal que deu os passos, podem dizer que não fizemos muito alarido, podem dizer que parece que passámos no intervalo da chuva, mas o que é um facto, é que o Centro de Saúde de Azeitão está em construção. E está em construção, porque sendo uma competência, uma



responsabilidade do Estado Central, a Câmara Municipal assumiu responsabilidades financeiras, e não são tão pequenas como isso, na obra que está ali a decorrer. A Câmara Municipal assumiu os projetos da especialidade, porque o Estado disse que não tinha mais dinheiro e se não se avançasse com os projetos da especialidade não havia centros de saúde e as ameaças vinham logo a seguir. Naturalmente, que tivemos de ceder um terreno, para quem não tem a noção, estamos a falar de milhões de euros, estamos a falar de milhões de euros. À frente vem o terreno, vem os projetos da especialidade, porque não havia, vem os arranjos exteriores, vem o acompanhamento da obra e vem o lançamento do concurso, tudo isto é feito pelos serviços da Câmara Municipal, acompanhado pelos serviços e financiado pela Câmara Municipal. O Estado paga zero deste investimento. Zero, porque o resto é financiado por fundos comunitários.

Senhoras e senhores deputados, não ficamos por aqui, é que a Câmara Municipal disponibilizou, também, um terreno para o Centro de Saúde de São Sebastião e um terreno, como os senhores muito bem sabem, há muitos anos que está disponível para o Centro de Saúde do Bairro do Liceu, é assim que é conhecido. Há tantos anos que ele é prometido, mas, sobretudo reivindicado. Relativamente ao Centro de Saúde de São Sebastião, para quem não acompanha, a Câmara Municipal está a desenvolver os projetos para a construção do Centro de Saúde de São Sebastião e esperemos, como nos foi prometido, que quando sair o segundo aviso que a câmara possa avançar para que seja construído o Centro de Saúde de São Sebastião. Mas também estamos à espera que nos seja garantido que haja financiamento para o Centro de Saúde do Bairro do Liceu, porque estamos disponíveis para avançar com os projetos, lançar o concurso, acompanhar a obra e fazer os arranjos exteriores. São estas, até agora pelo menos, as exigências do Governo para que estes investimentos se façam em Setúbal. Pergunta-se, de quem é a responsabilidade, a competência, quem é que recebe os impostos neste país para construir estes equipamentos em Setúbal ou em qualquer outra parte do país?

Senhoras e senhores deputados, como eu disse, não fazemos muitos alaridos, fazemos apenas o que é necessário. Não me posso alargar muito, porque não tenho muito tempo, mas um outro exemplo, o caso da Estrada Nacional 10-4, que foi desclassificada sem qualquer consulta ao município, porque os municípios só servem para quando se precisa e vão bater à porta. A Estrada Nacional 10-4, foi retirada do plano rodoviário nacional e a responsabilidade a partir daí é do município. Naturalmente que, em conjunto com as empresas da Mitrena, fizemos várias reuniões com as Estradas de Portugal, ainda eram as Estradas de Portugal, com os Ministros e os Secretários de Estado e foram só promessas, promessas. Quando tomei posse recebi um telefonema da Sra. Presidente da CCDR que me disse: *“Senhor Presidente tem 15 dias para decidir se quer ou não quer os 2 milhões de euros para construir a estrada, porque se não quiser eles vão para outro lado.”* É assim que os municípios são tratados. Naturalmente que tivemos que ponderar a situação e ver se seria de aceitar os 2 milhões e assumir o resto do financiamento da estrada ou se deixávamos ir os 2 milhões. Não sei o que é que os senhores deputados, na mesma situação, fariam, mas decidimos aceitar os 2 milhões. Mandámos fazer os projetos e vamos ter de pagar do orçamento da Câmara Municipal, sem considerar os investimentos que as empresas vão ter de fazer na ligação das empresas à estrada que vai ser reconstruída, requalificada e a Câmara Municipal vai pagar aos preços a que foi feito o projeto, vai pagar 1 milhão e 600 mil euros do seu bolso. Como é que um Estado que assume responsabilidades, que faz leis, que diz que as autarquias só recebem as estradas quando estiverem requalificadas e depois somos confrontados com estas situações, se não aceitássemos os 2 milhões de euros não havia requalificação da estrada. Foi-me dito aqui, numa reunião, por um administrador da NAVIGATOR, que para a NAVIGATOR passam naquela estrada, por dia, 400 camiões. Não podemos deixar ao desbarato esta criação de riqueza no nosso território.

Senhoras e senhores deputados, antes de fazermos muitas considerações sobre muita coisa, era importante que avaliássemos a situação em que a Câmara de Setúbal se encontra, e não só, uma boa parte delas, senão todas as câmaras municipais deste país.

Vou ter de avançar muito rapidamente, para não dizerem que não respondi, mas responderei mais à frente sobre algumas questões. Sobre a Praça de Touros e sobre o IMAPARK, naturalmente que há considerações diferentes, compreendemos, sobre a Câmara Municipal ter adquirido estes dois equipamentos e agora se estar numa situação de recuperar, requalificar aqueles equipamentos, e que serão precisos muitos milhões de euros e os senhores deputados sabem disso muito bem. Não temos os



milhões ali na gaveta ao lado, também os fundos comunitários, por imposição que nos foi feita, foram reduzidos em 50% para a Área Metropolitana de Lisboa e na comparticipação foram reduzidos para 40% e é neste quadro que a Câmara Municipal assumiu a aquisição daqueles dois equipamentos que consideramos que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho e da nossa região, é essa a expectativa. Mas temos de negociar, temos de ver quem são os parceiros que possam, designadamente no caso do IMAPARK, com a Câmara Municipal a desencadear projetos que sejam de interesse municipal, mas também de interesse regional. É esse o caminho que vamos dar e todo este trabalho está a ser feito e isto não se faz de um dia para o outro, porque os senhores nas intervenções que fizeram parece que são só facilidades.

Relativamente à biblioteca, dizer que fica aqui o meu compromisso que a Biblioteca será construída antes do final deste mandato. Esse descrédito, acho que ele faz um bocado ricochete, exatamente por aquilo que acabei de dizer, da demonstração, do esforço, do empenhamento, da dedicação e da concretização das obras que fazemos neste concelho. Algumas pessoas que estão aqui, era melhor que não expressassem muito, porque tudo lhes poderá cair em cima com o ricochete que as questões têm neste caso concreto,

Quanto à questão dos transportes, parece que há aqui forças políticas que não têm nada a ver com a responsabilidade dos transportes e com o que está a acontecer. Temos afirmado que consideramos que a criação da Carris Metropolitana foi um passo fundamental na solução dos transportes e da mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa. Temo-lo afirmado e consideramos e continuamos a afirmá-lo que consideramos que foi uma medida revolucionária que o Conselho Metropolitano tomou ao colocar o preço dos passes como estão, à possibilidade de todos os municípios desta Área Metropolitana poderem circular com o seu passe em toda a Área Metropolitana de Lisboa a preços bastante reduzidos. Também, como aqui alguém disse, foi aprovado já em todos os órgãos municipais da Área Metropolitana a necessidade de ainda reduzir mais o impacto do custo dos transportes, designadamente para os jovens até aos 18 anos e para os que têm mais de 65 anos. Espero que o Conselho Metropolitano venha oportunamente a tomar uma decisão nesse sentido. É assim que estas coisas se fazem, a Câmara Municipal de Setúbal não pode decidir, ao contrário de algumas afirmações que aqui fizeram, sobre as questões da Carris Metropolitana, porque, como sabem, a Carris Metropolitana resulta da constituição de uma empresa que assumiu a responsabilidade de promover concursos públicos internacionais, houve operadores que concorreram e ganharam os concursos e esses operadores, no caso de Setúbal, é o que temos aqui. Ao contrário, também, do que aqui foi dito, ainda hoje tive uma reunião ao mais alto nível com o operador e com a entidade Metropolitana que tem a responsabilidade da promoção deste concurso e que gere estes sistemas.

Senhoras e senhores deputados municipais, este executivo não está parado, não sabe estar parado, este executivo tem projeto, este executivo move-se no sentido de defender até ao máximo das suas aptidões, do seu conhecimento, das suas capacidades, de tudo aquilo que seja em benefício de Setúbal, dos setubalenses e dos azeitonenses.

Relativamente ao estacionamento tarifado, quero também dizer que, ao contrário de recomendações, etc. e de uma grande irresponsabilidade, este executivo tomou a iniciativa de junto de quem ganhou o concurso de entrar em negociações no sentido de podermos encontrar soluções mais adequadas à nova realidade da nossa cidade. Não podemos pôr em causa aquilo que foi o concurso público internacional, isso não se pode pôr em causa como os senhores deputados sabem, mas às vezes parece que não sabem. Até nem tenho problemas em escrever e fazer projetos de recomendação.

Efetivamente não posso alargar muito mais e, por isso, ficamos por aqui, e terei oportunidade de fazer uma intervenção final de acordo com o que os senhores deputados decidiram e é isso que farei. Peço desculpa, mas o tempo é limitado, mas creio que ficou bem claro que há determinação, há capacidade e há realização de obra a serviço de Setúbal, dos setubalenses e dos azeitonenses.

Presidente da Mesa – Vou fazer aqui uma observação. Senhora deputada Eunice Pratas, senhor deputado Marco Costa é preciso saber estar onde estamos e estamos numa sessão da Assembleia Municipal, não estamos numa esplanada de café.

As intervenções feitas até agora não foram interrompidas por ninguém e cada um tem direito à sua intervenção e esses apartes tão persistentes são perfeitamente desadequados do momento e é válido para todos, mas estão a ter um comportamento ostensivo e é preciso não ter, porque estamos numa sessão da assembleia.

Rui Lamim (PSD) – Vou falar sobre dois temas e o primeiro tem a ver com a mobilidade na cidade de Setúbal. Setúbal há 20, 30, 40 anos atrás era uma cidade onde se circulava de uma maneira muito fluida e tal deixou de acontecer. Uma boa razão é que as pessoas tiveram a capacidade de comprar o seu próprio automóvel, realizar o seu desejo de mobilidade, mas existem dois problemas. Um dos problemas é que nas cidades e nesta nossa cidade não podemos ter todos o seu carro e daí surge, e muito bem, a implementação do passe social e de um novo operador de transportes. O que não é correto é que a introdução deste novo operador não esteja a aliviar o tráfego e não esteja a garantir a fluidez deste mesmo tráfego na cidade. Alguns dos problemas vêm detrás, vêm de décadas atrás e derivam do facto de Setúbal ser o que é, temos o Viso lá em cima, onde é difícil de chegar, porque as ruas são estreitas, estou a falar dos autocarros, e vai-se espalhando na cidade, é quase como se fosse um dedo com espaços abertos pelo meio e onde não existe interligação. É algo que podia ter sido visto já há bastante tempo, é algo que podia ter sido começado a planear já há bastante tempo e que acho que ainda hoje não está nos planos do futuro e devia estar, porque necessitamos de tal. Necessitamos de vias que possam ligar os vários pontos da cidade e isto é olhar para a cidade à *la long*, isto é o estado do município, mas podemos olhar, também, a pequenina coisa. A pequenina coisa é que as pequenas intervenções que estão a ser feitas no espaço urbano com a restrição, a diminuição dos tamanhos das vias é caótica e é contrária até à utilização do transporte público. Experimentem a colocarem-se no passeio do cruzamento entre a Avenida Alexandre Herculano e a Mariano de Carvalho e ver o que as pessoas têm que fazer quando passa um autocarro, o trânsito para. Meus senhores, minhas senhoras, quando estreitamos uma via não estamos a prejudicar seriamente os serviços que são de índole pública, imaginem uma ambulância que para à porta de um prédio para recolher alguém, entope a via. A recolha do lixo, todas as outras coisas que têm a ver com a logística, andamos a estreitar vias de uma forma inconsistente e acreditem, isto vai ficar em ata, daqui a uns anos vamos estar a abri-las de novo. Vamos alargar as vias, porque não é possível estarmos a viver com vias de grande circulação, vias de ligação com esta configuração.

A estrada dos Arcos é mais uma, uma via longa, ampla que poderia ligar até à rotunda do Casal da Figueira, está ali completamente estrangulado, não se percebe, mas alguém há de corrigir o erro de fundo. A parte de cá, em que ficou completamente estreito, acham que poderá retirar trânsito da cidade? Acham que isto é uma boa atitude para poupar gasolina, aumentar a fluidez, aumentar a competitividade económica da cidade e diminuir a poluição? É assim que os transportes públicos vão funcionar corretamente? É assim que eles vão chegar a horas, é assim que vamos retirar cerca de 10% do trânsito se tivermos transportes escolares a funcionar corretamente? Sim, porque em Lisboa, se verem um estudo que foi feito, os transportes escolares a funcionar corretamente retiram 10% do trânsito da cidade. Aliás, temos um gravíssimo problema relativamente aos horários, à frequência, à inexistência ou à falta de fiabilidade desses mesmos horários, porque as pessoas que trabalham têm que entrar às horas certas e os miúdos têm que chegar a horas às aulas, e isto não está a funcionar de todo e é necessário que funcione.

Agora, um outro ponto que tem a ver com aquilo que é efetivamente ver a realidade e estarmos aqui com os pés no chão e que tem a ver com os refugiados de guerra. Isto é um outro tema completamente diferente e é para colocar um ponto ou uns vários pontos nos is. Ao contrário do que o Sr. Presidente afirmou no seu discurso do passado dia 15, no dia da cidade, no Fórum Luísa Todi e aqui outra vez é que aquilo efetivamente prejudica a imagem da cidade e o bom nome de Setúbal, não são aqueles que abordaram a situação da receção dos refugiados de guerra, que esses sim cumpriram o seu dever quer nos órgãos políticos, quer nos jornais, mas aqueles que depois de alertados para esta mesma situação a ignoraram. O facto de a terem ignorado deu azo a que tal acontecesse com maior gravidade.

O que aconteceu foi que, em democracia representativa, foi a empresa livre a funcionar. Era nosso dever, e fizemo-lo numa reunião de câmara por via do vereador do PSD, mas não tendo feito nada ou ter ignorado estas questões, o executivo prejudicou a imagem da cidade e só reagiu depois de uma primeira página do Expresso, já demasiado tarde e com grave prejuízo para a imagem de Setúbal.

Recordo que a Inspeção-Geral de Finanças encontrou irregularidades que podem constituir crimes com uma possibilidade de violação da lei da proteção de dados pessoais e abuso de poder pela autarquia na forma como contratualizou os serviços com a EDINSTVO.

Este assunto não está, infelizmente, encerrado, ainda está aberto e já o devia estar e não é falando sobre isto que criamos má imagem, se há um problema devemos resolvê-lo e já não falo daquilo que era a falta de sensibilidade social na receção.

Flávio Lança (IL) – Gostaria de dizer aqui e dirijo-me ao Sr. Presidente da Câmara, que até fiquei emocionado pela forma como estava a defender as eleições autárquicas. Ninguém aqui tem dúvidas que a CDU ganhou as eleições, isso é óbvio e acho que isso nem sequer está em causa, o que me entristece é que na realidade quem ganhou as eleições foi a abstenção com 58%. Não estaria muito contente com isto, porque há 58% dos setubalenses que decidiram não se levantar da cadeira para virem decidir quem é que ficaria a gerir o município. Gostava de deixar aqui esta nota.

Já agora que estamos aqui a falar de problemas específicos do município, acho que é isso que nos traz aqui, quero também deixar a questão do desporto nas escolas, porque o que também nos têm feito chegar é que, por exemplo, em Azeitão devido às condições que as escolas têm há crianças que não fazem desporto e que chegam à 2ª classe e nem uma cambalhota aprenderam a fazer. Deixo aqui mais este tema para o Sr. Presidente colocar na sua lista e, provavelmente, tentar endereçar e resolver este problema.

Luís Maurício (CH) – Fiquei, como o deputado Flávio, emocionado com o que o Sr. Presidente falou deste primeiro ano da CDU, foi um primeiro ano brilhante, mas tenho aqui umas pequenas questões para colocar ao Sr. Presidente. A primeira é, como é que o Sr. Presidente vai resolver o problema dos 30 milhões? Ainda hoje, as Águas do Sado fizeram o comunicado.

Depois vão ser atribuídas umas novas habitações sociais, umas novas casas, e gostaria de saber se o Sr. Presidente vai dar as casas sempre aos mesmos, se vai haver uma lista e quem vai fiscalizar essas habitações que vão ser entregues?

O Sr. Presidente já falou, já respondeu a uma questão que lhe ia fazer sobre se ia ajustar os estacionamento, é uma questão que é bastante importante, porque como temos uma rede de transportes, vamos dizer assim, muito fraca, precisamos de um estacionamento brilhante para ajudar a fraca rede de transportes. Por fim, gostava que o Sr. Presidente esclarecesse, porque surgiu novas informações sobre o processo dos refugiados, qual é a veracidade do que veio a público e como é que está esse processo e o que é que pode falar sobre ele.

Ilídio Ferreira (PS) – Venho falar de dois assuntos, um deles é sobre a Herdade da Comenda, que já foi abordado aqui. Tem sido a posição da CDU e do Sr. Presidente referir-se ao problema da Herdade da Comenda apenas ao Parque de Merendas. Em nosso entender, existe esse problema, mas o problema é mais vasto que esse, o que está em causa, em nosso entender na Herdade da Comenda, é o desrespeito pela Lei, nomeadamente pelo Regulamento do Parque Natural da Arrábida e o desrespeito pelas instituições públicas nacionais.

A nossa comissão que tem feito um conjunto de reuniões, comissão que foi criada pela Assembleia Municipal, e tem assistido nas reuniões, com um conjunto das entidades, a respostas dúbias e fracas. Isso preocupa-nos em particular, as posições por parte da câmara e do Instituto da Conservação da Natureza, que são as duas entidades que têm maiores competências relativamente a essa área e mais capacidade de intervenção para repor a legalidade naquilo que tem sido a ilegalidade cometida pelos proprietários da Herdade da Comenda. Preocupa-nos, porque é mau em democracia que as nossas instituições transmitam a imagem de que são fortes com os fracos e que são fracos com os fortes. Ao fim de cerca de dois anos deste processo da Comenda, o que temos vindo a verificar é que as instituições têm revelado uma grande fraqueza.

A Comissão solicitou ao Sr. Presidente da Câmara, em 19 de julho, uma reunião para definir uma metodologia de trabalho e fê-lo depois de ter procurado ter um conjunto de informações da Câmara e elas terem levado tempo a chegar e, nalguns casos não terem chegado, e simultaneamente solicitou ao Sr. Presidente a indicação de um interlocutor ou interlocutores que permitissem um melhor desenvolvimento

do trabalho da comissão, quer no acesso a documentos, quer relativamente à interlocução com os serviços camarários. Esse e-mail de 19/07 não teve resposta nenhuma do Sr. Presidente, pergunto se o Sr. Presidente pensa ou não receber a comissão e se pensa ou não nomear interlocutores para essa comissão? É que se o Sr. Presidente não o fizer, não está a cumprir com a Lei 75/2013 do Regime Jurídico das Autarquias Locais e com o Regimento da Assembleia Municipal.

Segunda questão, relativamente à mobilidade a CDU tem tido uma prática ao contrário daquilo que diz e daquilo que foi definido no Plano de Mobilidade Sustentável de Transportes de Setúbal, aprovado por unanimidade em abril de 2016. Das quatro vertentes de que constavam ou para o que apontava esse plano de mobilidade e que rapidamente digo, era a realização de um conjunto de infraestruturas estruturantes, a consolidação da hierarquia da rede viária, intervenções pontuais para melhorar a circulação e a organização de ofertas de estacionamento, a CDU começou pelo fim, começou exatamente pelo estacionamento ou pelo menos tem valorizado muito mais o estacionamento do que as outras componentes.

Relativamente ao estacionamento quando o próprio plano apontava várias intervenções nesta área, o que vimos foi a criação de estacionamento tarifado num contrato que é ruinoso para o concelho e para a câmara. E é ruinoso, porque aponta para um prazo de 40 anos, estamos a comprometer, pelo menos, duas gerações, para além da nossa. É ruinoso, porque passa os lugares tarifados de 1.487 para 8.300, a maior parte deles é em bairros residenciais, é ruinoso, porque as condições financeiras do contrato não são favoráveis para o município se comparadas com as que foram no contrato de 1994 e as de um concurso aprovado pela CDU em 2016 que depois não teve continuidade.

Nesta matéria o executivo CDU diz uma coisa e pratica outra. Andou a dizer que adiou a implementação do estacionamento tarifado até haver uma resposta eficaz de transporte público, mas, nesta altura, em que eles próprios reconhecem que os transportes públicos estão piores do que há meses atrás, estão a instalar mais parcómetros. Em outubro de 2018, a câmara disse, no seu site, que os 161 lugares a criar entre a cerca pequena e a cerca grande nas traseiras do Convento de Jesus seriam gratuitos. A Presidente da Câmara na altura reafirmou novamente, em agosto de 2020, falando em 200 lugares, agora já estão lá colocados parcómetros e o estacionamento já está a ser pago. Diz que pretende que os passeios sejam devolvidos aos peões, mas obriga-os a andar pelas ruas ou pelos estacionamentos que estão vazios, porque os passeios estão ocupados pelos carros, apregoa defender a melhoria da acessibilidade e mais segurança para quem tem maiores dificuldades, como idosos, crianças e pessoas com mobilidade reduzida, mas as condições que cria é no sentido contrário, obriga-os a andar pelos passeios, a atravessar ruas sem passadeiras, a conviver com trotinetes que circulam nos passeios quando não deviam e que são utilizadas por irresponsáveis que, em muitos casos, não deveriam utilizar esses veículos, porque o fazem sem cumprir o código de estrada.

Em conclusão, estamos bem pior no que à mobilidade diz respeito. As estradas estão mais complicadas, as passadeiras estão, na sua grande maioria, apagadas, os utilizadores de transportes públicos estão pior servidos com grandes atrasos nos autocarros, quem necessita de se deslocar para o seu trabalho, para levar ou trazer os filhos à escola, para fazer as suas compras ou ir aos serviços públicos têm de pagar estacionamento, em grande parte, na baixa da cidade. Os peões têm cada vez menos passeios disponíveis para circular, a segurança de circulação para peões, em especial para quem é mais vulnerável, é cada vez menor. Há apenas uma entidade que está melhor, a Câmara Municipal que recebeu 4 milhões de euros na assinatura do contrato de estacionamento e está a receber mensalmente 50,02% das receitas desse estacionamento tarifado. Acima da melhoria da mobilidade, da segurança e da qualidade de vida dos setubalenses, a CDU colocou a sua vontade de fazer receitas a qualquer preço com o estacionamento tarifado.

Vítor Rosa (BE) – Depois da intervenção do Sr. Presidente do executivo, tenho que voltar a tocar na questão dos transportes, porque na edição do “Setubalense” o Sr. Presidente, após a reunião com o concessionário, disse que esperava respostas até ao dia 16 e o que é certo é que até agora ainda não nos disse se houve ou não respostas para dar aquilo que aconteceria a partir do dia de hoje.

Mais, o Sr. Presidente disse que iria convocar uma reunião com a população no dia 20, essa reunião vai acontecer, com que fins ou já não vai acontecer? O concessionário, entretanto, já deu as respostas? É que o Sr. Presidente a nada disto respondeu há pouco e, por isso, retorno ao mesmo tema.

Nuno Costa (Presidente da Junta de Freguesia de São Sebastião) – Dar aqui algumas notas do que é a perspetiva que temos sobre a qualidade de vida no território de São Sebastião e para temos a perspetiva, de facto, que a qualidade de vida neste território de São Sebastião, nesta freguesia tem melhorado significativamente ao longo dos últimos tempos. Dar esta perspetiva e, como não é possível falar em tudo, salientar aqui algumas questões concretas que achamos que tenham contribuído para isso.

A primeira, desde logo, que gostaríamos de salientar é a questão da democracia. Participamos conjuntamente com o município em programas essencialmente municipais, de participação popular e que muito tem contribuído para a elevação da qualidade de vida das pessoas, são elas que decidem, são elas que participam na implementação daquilo que são as suas decisões e assim é uma forma de corresponder, de facto, às legítimas expectativas dos cidadãos. Falo, por exemplo, do programa municipal “Nosso bairro, nossa cidade”, mas falo também de variadíssimas comissões e associações de moradores que vão trabalhando diariamente connosco, com as autarquias, com a Junta de Freguesia, com a Câmara Municipal no sentido de definirem o que querem para o seu futuro e ajudam, também, em muitas ações a concretizar. É óbvio que o que queremos mesmo é que esta realidade se estenda a todos os bairros da freguesia.

Temos um desiderato grande numa freguesia em que isto é verdadeiramente um desafio, que é o exercício das nossas competências com proximidade. São Sebastião é uma freguesia com 53 mil habitantes, portanto, esta proximidade, muitas vezes, é relativa, mas qualquer das formas lançámos mão de alguns projetos, muitos que têm a ver com ferramentas digitais para nos aproximarmos dos nossos fregueses, mas também lançámos mão de um projeto que achamos verdadeiramente ambicioso e que tem a ver com a nossa presença física no território. Em São Sebastião, acho que as pessoas beneficiaram muito destas ferramentas que desenvolvemos numa verdadeira freguesia digital, mas os diferentes bairros são muito diferentes, temos perspetivas muito diferenciadas de trabalho com o conjunto da população e, portanto, achámos que era preciso, também, aproximarmo-nos fisicamente de diversas áreas do território de São Sebastião. Por isso, lançámos mão de um projeto que estamos a concretizar, que implicava construir um novo polo operacional, que está feito na zona de Montebelo, um novo auditório que também trazia uma perspetiva de descentralização de ações culturais e de participação cidadã, uma nova sede que está em curso a sua preparação, era para este mandato. Este projeto era para concretizar em dois mandatos e estamos a concretizar. Deixar uma perspetiva de uma sede e duas delegações neste território que não sendo muito grande, tem uma imensa área urbana e, portanto, é esta a visão que estamos a querer concretizar e estamos a dar passos significativos para que isto se concretize.

Esta visão de proximidade levou-nos a fazer um caminho com o município no que diz respeito à transferência de competências, que julgamos que beneficiou muito a população em determinados aspetos e salientaria aqui dois ou três, na questão da requalificação, por exemplo, do parque escolar. Esta perspetiva de proximidade que fizemos com o município, para isso foi preciso haver instrumentos de delegação de competências e agora de transferência de competências, mas o que é certo é que hoje o parque escolar está inteiramente requalificado, há um imenso trabalho diário a concretizar, só este ano já investimos mais de 100 mil euros, mas é um trabalho que é diário, é um trabalho cuja avaliação que podemos fazer no parque escolar do 1º ciclo, leia-se, estou a falar dos últimos anos de trabalho, está inteiramente requalificado. Só para termos uma ideia, não vou falar dos últimos 20 anos, mas dos últimos 8, em que tivemos um investimento de 1 milhão e 500 mil euros no nosso parque escolar.

Uma das áreas em que também podemos, de facto, salientar como muito positiva neste nosso trabalho de proximidade, teve a ver com as acessibilidades e mobilidade pedonal na freguesia. Sabemos que, no passado, não muito distante, havia a perspetiva de recolher as taxas quando existiam obras ou operações urbanísticas e o município depois não concretizava essas infraestruturas e, portanto, partimos de um patamar muito lá em baixo. Tivemos que lançar mão de uma empreitada verdadeiramente ambiciosa para que as pessoas deixassem de sair de casa e colocassem os pés na lama e construir passeios, rampas, corrimões, escadas, foi um dos nossos maiores objetivos nestes últimos anos e continua a ser. Também

do um número relativamente aos oito últimos anos, estou a falar de dois mandatos, em que investimos 1,2 milhões de euros e estamos a falar de uma freguesia e isto deve dar bem nota daquilo que são as nossas prioridades e preocupações.

Também gostaria de salientar aqui um trabalho feito na área do acompanhamento da população sénior, dos nossos idosos, que tem a ver com um trabalho que fizemos desde o ano do envelhecimento ativo e solidariedade entre gerações. A partir dessa data lançámos, de facto, inúmeros projetos e o mais significativo foi o nosso projeto “maioridade”, já lá vão 10 anos, e que visa cumprir um objetivo singelo, porque a nossa ação é sempre circunscrita, mas fazer parte de um número significativo de instituições que contribuem para o facto de a qualidade de vida, que pensam e concretizam isso, porque a qualidade de vida é para ser levada até ao último dos nossos dias. Diariamente vi inúmeras atividades, da dança à música, pintura, caminhadas, passando pelas artes plásticas, natação, etc., são atividades que desenvolvemos diariamente e que contribuem, achamos nós e acham também as pessoas que participam e a avaliar pelo que dizem, para a melhoria da qualidade de vida no território.

Deixava aqui só duas ou três preocupações, porque, de facto, o estado do município vai para além daquilo que é a nossa influência, mas dizer o seguinte, já aqui foi falado da questão da falta de professores. Julgo que é uma questão importante que devia preocupar muito mais, mais do que rirmos com isso devia ser, de facto, uma preocupação muito séria e que devíamos evitar resolver desta forma, aqui já foi dito até pelo PSD, julgo eu. Muitas vezes o Governo resolve os problemas desta maneira que é, têm falta de professores o que é que está em cima da mesa para resolver isto, passam para os municípios e assim a responsabilidade passa para outro e vão resolvendo os problemas.

Também deixava aqui duas notas de preocupação e já estou a ultrapassar o tempo. Em primeiro lugar, a verba que parece estar destinada à manutenção do parque escolar do 3º ciclo e do secundário, é uma preocupação, porque não vai ser possível fazer face às exigências e deverá ser uma preocupação de todos. Também já foi dito aqui a questão do Centro de Saúde de Bairro Santos Nicolau, que também devia ser uma prioridade, as grávidas vão para o 3º andar, os mais velhos têm que subir a escada até ao 1º, mas o que é certo é que há um problema grave que importa resolver e rapidamente.

Manuel Fernandes (PS) – Compete-me falar sobre relações de trabalho e aquilo que se entende como precariedade existente na Câmara de Setúbal. Importa referir, desde logo, que em Setúbal como em qualquer outro território, em qualquer outro concelho, a Câmara Municipal é um dos principais, senão o principal empregador da região e, por isso, a todos os títulos aquilo que é da sua responsabilidade em termos de relações de trabalho ultrapassa em muito o que é a responsabilidade de outras entidades que também atuam no mesmo território. Importa, então, observarmos o que tem acontecido e uma vez que quando se fala no estado do município e quando se pretende refletir acerca do estado do município em todas as suas vertentes e variáveis, importa referir aquilo que se passa, no que ao campo das relações de trabalho com o maior empregador da cidade, diz respeito.

Falemos do processo de recrutamento de pessoal para a Câmara de Setúbal, que ao longo dos anos teve principalmente dois capítulos em momentos diferentes. No primeiro capítulo, primeiro deu-se a restrição do recrutamento de trabalhadores para a câmara, condicionada pelo processo de reequilíbrio financeiro, que tinha como objetivo fazer reduzir os custos fixos de operação. Esta condição foi negociada e aceite pelo executivo da CDU em 2003 e começou a ter efeitos práticos a partir de 2004. Este processo teve como consequência a redução do número de contratos em funções públicas, no quadro de pessoal da autarquia, mas pouco impacto financeiro na despesa com pessoal. Verdadeiramente o que aconteceu foi que os sucessivos executivos municipais a partir de 2004 foram contratando trabalhadores em contrato de prestação de serviço e acrescentando assessorias nos vários departamentos, sendo que a redução de despesa com pessoal foi afinal um logro.

Num outro momento, já mais à frente, encostados à política da troika o executivo municipal teve uma gestão semelhante, com a necessidade de reduzir estruturas orgânicas nas câmaras municipais aconteceram novas restrições de recrutamento de pessoal. A gestão municipal nessa altura voltou aos trabalhadores com contratos em prestação de serviço, ainda que estes trabalhadores dependessem de uma hierarquia e tivessem pré-definido um horário de trabalho. A isto se chama, em linguagem corrente, falsos recibos verdes. Ainda que estes trabalhadores dependessem de uma hierarquia sobrava assim

precariedade na Câmara de Setúbal resultante de uma gestão que contornou um compromisso assumido pelo próprio executivo em 2003 e contornou uma lei a partir de 2012. O resultado foi o esperado, a suposta redução da despesa nunca aconteceu e a precariedade na Câmara de Setúbal disparou. Em 2016, já através da Lei 7A/2016, de 30 de março, foi criado o programa PREVPAP que, muito sucintamente, se refere à regularização dos vínculos precários na Administração Pública. Este programa era uma oportunidade para o executivo resolver um problema, por si criado, beneficiando de um programa da responsabilidade da Administração Central do Estado para esse mesmo efeito.

Ao abrigo deste programa foram integradas várias centenas de trabalhadores precários no quadro de pessoal da autarquia, ainda assim o problema da precariedade não ficou resolvido. A precariedade na Câmara de Setúbal continuou e continuou por opção do próprio executivo municipal, como chegou a ser assumido pelo próprio Sr. Presidente da Câmara em sessão pública, aliás, mais recentemente, o Sr. Presidente chegou mesmo a referir que os trabalhadores não tinham contrato em funções públicas por opção dos próprios trabalhadores.

A esmagadora maioria dos trabalhadores que têm falsos recibos verdes na Câmara de Setúbal, são técnicas operacionais, área laboral onde as qualificações académicas não abundam e onde crescem as dificuldades numa candidatura a lugares do setor privado. Será assim difícil compreender que estes trabalhadores não aceitassem a estabilidade laboral que poderia trazer um contrato em funções públicas quando o preenchimento de vagas no setor privado é praticamente impossível. Torna-se, ainda, incompreensível que seja a própria autarquia a descartar estes trabalhadores. Aliás, muitos já foram para o desemprego sem direito a apoios sociais, porque permaneceram na autarquia com falsos recibos verdes e uma vez no desemprego outra dificuldade é acrescida a estes mesmos trabalhadores, não têm o mesmo tipo de apoio que um trabalhador desempregado por conta de outrem.

Torna-se ainda incompreensível, então esta situação, o Partido Socialista fez, ainda no ano passado, um requerimento onde solicitou o número de trabalhadores com falsos recibos verdes, ainda existentes na autarquia, e quantos trabalhadores nessas condições que tinham sido despedidos sem ter oportunidade de regularizar os seus vínculos de trabalho, ficando somente a conhecer o desemprego. Este requerimento ainda hoje permanece sem resposta e já lá vai perto de um ano, mas o problema da precariedade não fica pelos trabalhadores da autarquia, chega também ao corpo dos Bombeiros Sapadores. Este conjunto de trabalhadores teve também oportunidade de demonstrar e por várias vezes a sua insatisfação perante os gravíssimos acontecimentos que se sucedem na própria corporação. Para além dos processos disciplinares, a última vez que expressaram organizar uma manifestação onde publicamente acusaram o executivo municipal, vai se lá saber, de assédio, perseguição e falta de condições de trabalho, denunciando mesmo alguns episódios de abusos laborais. A todas estas situações desconhece-se uma firme resposta dos responsáveis políticos no executivo da CDU.

A precariedade na autarquia setubalense tem sido uma realidade ao longo do tempo, os vários executivos municipais da gestão CDU têm convivido e aplicado o trabalho precário por opção e por repressão, o que já de si é estranho, falamos da CDU, se compararmos a prática existente com a retórica política da própria CDU. Mas mais estranho ainda se torna quando a todo este contexto laboral, existente na câmara e que é indesmentível, uma vez que os factos são demasiado evidentes até mesmo pelos processos que estão pendentes e denunciado pelos próprios trabalhadores ao longo dos anos, é que não se tenha ouvido sequer uma palavra da própria bancada da CDU que a cada Assembleia Municipal traz aqui moções e protestos sobre situações de precariedade existentes nos setores empresariais fora do contexto da Câmara Municipal de Setúbal. Ou seja, para a bancada da CDU trazer 4, 5, que são sempre importantes nem que fosse um problema de precariedade já era grave, mas aquilo que se passa com centenas e centenas de trabalhadores e o que se passou ao longo de todos estes anos não mereceu uma palavra da bancada da CDU, é estranho, mas é retórica ao invés da prática política.

Jerónimo Lopes (CDU) – Quero começar exatamente por dar uma palavra relativamente ao nosso Serviço Municipal de Bombeiros e Proteção Civil e que é uma palavra de valorização. De facto, reconhecendo a excelência deste serviço que temos aqui no nosso concelho, dirão que não poderia ser de outra forma até considerando aquilo que é o Parque Natural da Arrábida, o que é também por outro lado a Mitrena e o que isto significa em termos de resposta ou de risco e de necessidade de resposta a alguma ocorrência

para além das naturais zonas de habitação quer da cidade, quer de Azeitão, quer das Praias do Sado e quer de Gâmbia, mas o que é facto é que assim é. Há uma coisa que gosto de referir e que também nos valoriza e que assisti numa das suas edições de forma muito intensa, refiro-me não só pelo valor do evento, que o tem e é muito, a Conferência Internacional sobre Segurança, Riscos e Cidadania, mas porque aí se vê também aquilo que muitos especialistas nessa área, não só nacionais como internacionais, a forma como vêm e valorizam o pioneirismo em algumas áreas do nosso serviço municipal e a capacidade e a excelência que aqui temos.

Mas falemos de mobilidade, referir que o Plano de Mobilidade e Transportes de Setúbal se começou a desenvolver há alguns anos e, ao contrário daquilo que já aqui foi dito e também contrariamente a uma ou outra intervenção, creio que aqui o PS e o PSD teriam muita dificuldade em entenderem-se e fazerem uma moção ou uma recomendação conjunta. É que ainda o Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal estava a ser estudado e desenvolvido já as intervenções no terreno tinham começado. E começaram exatamente pelos modos suaves, pelo alargamento dos passeios, pelo perfilamento das ruas no sentido de permitir maior e mais amplo espaço para a circulação pedonal, pelo rebaixamento das passadeiras que foi de forma muito alargada ainda durante esse período e que depois o que se seguiu ou que se tem vindo a seguir e que, naturalmente, terá que ter continuidade foi nesse sentido. O Marquês de Pombal promoveu avenidas largas, século XVIII, século XIX, o futuro não é aquilo que já aqui foi dito de as famílias continuarem a ter duas e três viaturas para transporte individual. Aliás, já não é hoje, em grande parte, o presente e é preciso nas cidades ser capaz de conciliar aquilo que são os modos suaves, o transporte público, o usufruto pelos cidadãos também da área disponível com a circulação automóvel. É isso que tem estado a ser feito e que, naturalmente, continuará a ser feito e aquilo que se verifica nalguns casos, prejudicado pelo volume de obras no terreno, que têm que ser feitas, não podemos ao mesmo tempo dizer que fazem falta e criticarmos as que estão no terreno, mas o sentido é este e continuará a ser esse o trabalho.

Já agora referir que as trotinetes são um problema, mas não passem esse problema para a autarquia, é um problema do Código da Estrada e do cumprimento do mesmo e julgo que todos temos essa consciência. Círculo bastante a pé, não só para a utilização dos transportes públicos que, também, uso para vir para baixo, para a cidade e confronto-me, como muitos se confrontarão, com a utilização desregrada de trotinetes e de bicicletas, também, nalguns casos. Mas é o cumprimento do Código da Estrada e é preciso que as autoridades competentes para esse efeito, se calhar, façam uma prevenção rodoviária nestas e noutras matérias, que não existe há muito tempo, para sensibilizar, educar e onde tem que ser autuado quem, de facto, não cumpre e põe a sua segurança e a dos outros em risco.

Quero, ainda, referir que, aqui nesta vertente não só da mobilidade e circulação, como também da segurança, o programa “Arrábida sem carros”, que tem vindo a ser desenvolvido ao longo dos últimos anos com muito êxito, pese embora aquilo que foram sendo as reações e as dificuldades que foram levantadas à volta dele, mas que continua a ser desenvolvido, a ser melhorado no sentido de garantir que as populações de Setúbal e quem nos visita tenha acesso às praias em condições de segurança para delas poder-se usufruir. Isto coloca aquilo que tem sido nos tempos mais recentes, mas nos últimos anos, a existência de algo que Setúbal era carente, o que é, de facto, uma visão dum ordenamento do território que projeta o presente para o futuro. Ao longo do desenvolvimento da revisão do Plano Diretor Municipal, muitos foram os estudos estratégicos e os planos estratégicos que foram sendo desenvolvidos e que têm dotado Setúbal dessa visão para que quem intervém no terreno, sejam os particulares, sejam as instituições públicas, possam intervir e poderia aqui referir os planos de pormenor, etc., etc.

Isabel Conde (PSD) – Para esta bancada é prioritário proporcionar aos cidadãos condições dignas de vida como fator determinante na prevenção contra a doença. A saúde é um dos mais importantes fatores de integração e coesão sociais, mas também de produção de riqueza e de bem-estar, uma política saudável leva a uma vida saudável.

No nosso município, a dinamização de um estilo de vida saudável passa pela acessibilidade de todos a respostas e a equipamentos de saúde e Setúbal pertence à Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis desde 2002. A construção de um município saudável é um dos objetivos que perseguimos com consciência de que a promoção da saúde depende de comportamentos e de atitudes individuais e também de aspetos

de dimensão coletiva, nomeadamente, de questões relacionadas com as políticas públicas. Infelizmente, temos assistido a um contágio da degradante e extremamente grave situação da saúde do nosso país. Infelizmente, as notícias repetem-se e de tanto as ouvirmos quase nos esquecemos de que a saúde em Setúbal está com pulseira vermelha.

Relembrando abril de 2021, o Bastonário da Ordem dos Médicos reclama obras no Hospital de Setúbal, após reunião com os diretores de serviço e unidades médicas do Centro Hospitalar de Setúbal. Agosto de 2021, Diretor de Obstetrícia do Hospital de Setúbal demite-se após o encerramento das urgências por falta de profissionais durante o fim de semana. Ainda em agosto, o Hospital de Setúbal reconhece dificuldades na contratação de médicos para as escalas das urgências, mas garante que o serviço está a funcionar normalmente. Em setembro, o Diretor do Centro Hospitalar de Setúbal demite-se por falta de condições, em outubro de 2021 o Governo anuncia que vai recrutar 10 médicos para o Hospital de Setúbal e fazer obras de ampliação. Em outubro foram 87 os diretores que se demitiram em bloco, pois a situação dos recursos humanos era crítica. Infelizmente, continua a falta de respostas de recursos, continuam as desesperantes horas de espera no serviço de urgência, continua o tempo de espera por uma consulta ou por um exame, continua a falta de acessibilidades para quem vive mais distante, nomeadamente nas juntas de freguesia mais distantes. Face aos factos, constatamos que a situação problemática da saúde merece um atendimento imediato e prioritário, no entanto, e, infelizmente, temos assistido a uma relativização dos sintomas por parte do Governo e por parte deste executivo como se de uma situação pouco ou nada urgente se tratasse, como se a saúde estivesse numa situação de pulseira verde.

Excelentíssimos senhores, conscientes das competências desta Câmara Municipal para um país que se pretende mais justo e moderno, para uma cidade que, segundo o discurso do Sr. Presidente no passado dia 15, é uma das 10 melhores cidades do país para se viver e é uma marca de referência a nível nacional e internacional, esta bancada pretende esclarecimentos objetivos acerca do que foi feito neste último ano, o que mudou ou melhorou na resposta da saúde aos setubalenses e o que está planeado neste âmbito para este município para o próximo ano.

Mário Aranha (PS) – Como infelizmente, vários colegas meus da bancada do Partido Socialista já evidenciaram, o estado do município é mau. Não dizemos isto com especial satisfação e muito menos por luta política, basta falarmos com qualquer cidadão do concelho, nos estabelecimentos comerciais, nas paragens de autocarros, com amigos, conhecidos nas redes sociais, a análise é praticamente unânime e é igual ao do PS Setúbal. Basta um passeio pelo concelho para constatar o que é evidente, o concelho passou de um estado de completa estagnação para um preocupante estado de regressão. Os sinais são demasiado evidentes e saltam à vista, desde ervas daninhas que crescem nos passeios, as passadeiras apagadas, o regresso de bairros de lata, etc., etc. De facto, a única coisa que mexe na cidade é a instalação de parquímetros e a consequente penalização diária dos munícipes.

Anos e anos de gastos em propaganda explícita ou implícita na defesa da famosa política botox, já não conseguem esconder os maus resultados da gestão CDU, uma política que privilegia impostos máximos para serviços mínimos, que dá primazia nos gastos supérfluos de hoje e no desprezo pelo investimento no amanhã, obviamente, que está votada ao fracasso. Nem na própria eficiência, agilização a máquina camarária é investimento, é uma autarquia cada vez mais ineficiente e que consome mais recursos dos cidadãos, quando esses recursos deveriam ser usados em mais investimentos ou no apoio a clubes ou instituições do concelho.

Obviamente, que o estado do município não pode ser bom quando apenas cerca de um terço do orçamento é canalizado para melhorar o presente e o futuro, mas ainda é pior quando o parco investimento é gasto em obras intermináveis e de duvidosa utilidade social ou pura e simplesmente é desbaratado em rotundas e mamarrachos inúteis. O bom investimento em quantidade e qualidade sente-se na qualidade de vida dos cidadãos, tanto de forma material como imaterial, significa impostos mais baixos, uma CMS digitalizada e amiga dos cidadãos, das empresas, efetiva no combate às alterações climáticas, com mais parques verdes e incubadoras de empresas ou de equipamentos desportivos. A abrupta falta de investimento tem um significado concreto na vida das pessoas, por exemplo, na sobrelotação de instalações desportivas, porquanto o último grande investimento nesta área remonta, pasme-se, a 2008 com a inauguração do Pavilhão Municipal de Aranguêz. A falta de investimento

transformou o Parque Urbano da Várzea numa verdadeira obra de Santa Engrácia, sucessivamente prometida e nunca terminada. Desde 2008, objeto de cartaz em período eleitoral, vídeos e apresentações públicas, a última das quais remonta a 2018, onde com pompa e circunstância foi anunciada em milésima versão do projeto que finalmente estaria terminado em 2020, uma obra, portanto, sem prazos, sem orçamento, onde a única coisa que prospera são canaviais e colónias de mosquitos.

A escassez de investimento verifica-se, por exemplo, na situação absolutamente terceiro-mundista da falta de saneamento básico que continua a afetar centenas de famílias na Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra ou em Azeitão. A CMS desistiu destes cidadãos, talvez porque as dezenas de fossas sépticas não estão em sítios turísticos ou estão fora das vias principais de trânsito, estes nossos concidadãos sofrem fortemente pela escassez de investimento. É devido à política errada de secundarização das despesas de capital que, por exemplo, os jovens, as classes médias e as pessoas mais frágeis enfrentam dificuldades na procura de habitação, que é um problema fortemente agravado no nosso concelho, porque esta gestão se notabiliza pelo triste desempenho de zero casas construídas de habitação com custos controlados ou habitação social. Obviamente que a falta de investimento municipal não cria fatores de atratividade para o investimento privado que cria riqueza e emprego.

Desde o terceiro trimestre de 2021 que todas as estatísticas, sobre a economia portuguesa, evidenciam um dinamismo do investimento assinalável, tanto que, no primeiro trimestre de 2022, o investimento em volume registou o nível mais elevado desde o segundo trimestre de 2010, mas como qualquer cidadão pode constatar este dinamismo que se verifica em Portugal está a passar completamente ao lado do nosso concelho, tal é a completa ausência de investimento empresarial relevante.

Existem, infelizmente, várias outras constatações objetivas do mau estado do nosso concelho, os números não mentem. No período de 1991 a 2001, nos 18 concelhos da Área Metropolitana de Lisboa fomos o nono concelho que mais cresceu em termos populacionais, mas no período de 2011 a 2021, de acordo com os últimos Censos, já com 20 anos de poder de CDU, constata-se que fomos apenas o décimo concelho que mais cresceu. O que os números nos dizem é uma evidência, com a CDU não só não melhorámos, como até perdemos a atratividade como concelho para as pessoas aqui residirem.

De forma crua e quase dolorosa, para qualquer setubalense de gema ou adotivo, o indicador que resume cabalmente o definhamento do nosso concelho e concomitantemente o falhanço das políticas da CDU de Setúbal é o último estudo sobre o índice de poder de compra concelho, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística em dezembro de 2021, referente a dados de 2019. O INE, através da análise de 16 variáveis, como por exemplo, salários líquidos per capita, valor patrimonial de habitações, levantamentos de multibanco, etc., tenta terminar uma classificação para as pessoas entenderem o campeonato económico dos cidadãos de cada concelho. Em 1993, foi a data da publicação do primeiro estudo, estávamos em 13º lugar a nível nacional, com os dados de 2001 verificámos que mantivemos o 13º lugar, no último com dados de 2019, o concelho caiu para 20º lugar. Volto a repetir, Setúbal estava em 13º lugar em 1993, 13º em 2001 e 20º lugar em 2019, o que é que isto significa? Significa que relativamente a outros concelhos do país, Setúbal perdeu relevância económica e o bem-estar económico dos nossos cidadãos, também, piorou. Com estes dados estatísticos, de facto, não há propaganda que consiga resistir a estas evidências, por isso não nos conformamos com este mau estado do município. Setúbal tem todas as condições naturais, tem recursos humanos, tem um Politécnico que é o melhor do país, tem tudo para ambicionar bem mais do que 20º lugar, por isso, o PS lamenta o estado atual do concelho e continuará, como tem feito sempre, a apresentar propostas concretas para a melhoria efetiva dos cidadãos e da economia de Setúbal.

Vanessa Silva (CDU) – O contexto em que hoje estamos a fazer esta abordagem ao estado do município é marcado pela abertura do ano letivo de 2022/2023 e esta é uma abertura que está longe de ser tranquila, tendo em conta que existem inúmeros problemas com a colocação de professores tão necessários a que o ano letivo decorra com a estabilidade e a qualidade que é exigida à escola pública.

Apesar das expectativas que o Governo do PS criou, na verdade em torno da recuperação das aprendizagens perdidas durante o período mais intenso da epidemia, continua sem reforçar as escolas do crédito de horas que é uma condição fundamental para que esta recuperação das aprendizagens aconteça. E a imposição de transferência de competências para as autarquias, com a crescente e assumida

desresponsabilização do Estado, constitui um fator de agravamento das desigualdades e do comprometimento da universalidade da escola pública que a Constituição consagra.

Estes elementos que estão hoje em cima da mesa, no quadro do exercício de competências por parte do município, num quadro de transferência de encargos e não de competências de todo em todo atabalhoado que decorre desde 2019 sem que a legislação e portarias específicas, previstas no Decreto-lei 21/2019, tenham sido aprovadas, tem agora uma tentativa de resgate, de lavagem de rosto com o acordo assinado entre a Associação Nacional de Municípios e o Governo, que deixa a nu a real intenção do Governo de passar a responsabilidade do subfinanciamento crónico das escolas para os municípios, ou seja, um processo sem os meios necessários.

Veja-se que o compromisso que foi assinado já traz um conjunto de matérias assumidas, que estão umas previstas na lei, mas não foram concretizadas, nomeadamente as portarias de transportes escolares, as portarias do rácio de pessoal para as escolas, as portarias sobre o financiamento do funcionamento, recuperação e manutenção do parque escolar e vêm agora dizer que se fixará um novo custo referencial para o financiamento das refeições escolares, com um valor máximo de 2,75 euros, que ficará muito abaixo dos custos do aumento do custo de vida que já hoje está identificado. Aliás, vem também assumir que há um conjunto de matérias ao nível do financiamento que vão ser garantidas e, que, afinal, não estavam garantidas no início do processo.

As verbas que são transferidas atualmente continuam com um nível de opacidade absoluto. Desconhecem-se, por vezes, ao que é que correspondem, com que fórmulas são apuradas e não são coisas que apenas o Município de Setúbal diz, são coisas que os vários municípios têm vindo a dizer, incluindo vários municípios do PS. As verbas transferidas são insuficientes, não consideram encargos vários, nomeadamente ao nível dos trabalhadores integrados nos quadros da autarquia, e aqui nesta autarquia foram 536 trabalhadores que não têm o financiamento para o conjunto do seu trabalho desenvolvido. A Câmara de Setúbal paga o trabalho extraordinário ao contrário do Ministério da Educação, porque têm equipamento de proteção individual para os seus trabalhadores e porque, naturalmente, há aspetos de saúde ocupacional, medicina do trabalho que o Ministério da Educação não tem para os funcionários públicos que são enquadrados neste ministério, aliás, como outros da Administração Central, mas que a Câmara Municipal de Setúbal assegura aos seus trabalhadores.

Sobre as questões das obras de manutenção e conservação, vem agora anunciado a ideia de que passará a haver cerca de 30 mil euros, em média, ao invés dos 20 mil euros que estava previsto no regime transitório, enquanto não houver portaria do Decreto-lei 21/2019, mas se formos usar os valores que são referenciados na área da saúde, este valor passaria a 100 mil euros, portanto, aquilo que está estabelecido já hoje com o reforço, é menos de um terço do que aquilo que é previsto para a saúde.

Depois temos um conjunto de matérias que importa aqui sublinhar. Está prevista uma lista de requalificação de escolas secundárias, de 2º e 3º ciclo, que refere cerca de 450 escolas, mas deixa de fora, por exemplo, no nosso caso os pavilhões gímnodesportivos das escolas que não os têm. Também deixa de fora a construção de novas escolas, nomeadamente, a escola de Azeitão e é urgente que se criem programas de financiamento e requalificação, senão daqui a uns anos, vamos dizer que foi o município que não fez o investimento quando, na realidade, o parque escolar foi transferido sem o financiamento adequado.

Naturalmente, que não é só de matérias de equipamento que se faz o trabalho do município na área da educação, há, de facto, um empenhamento constante enquanto cidade educadora, nomeadamente uma participação ativa e empenhada na rede das cidades educadoras e na rede das cidades de aprendizagem da UNESCO e há um elemento distintivo do trabalho da CDU nesta Câmara Municipal, que são as boas relações e práticas de articulação, de colaboração, de parceria com os agrupamentos de escolas, de escolas não agrupadas, com as Associações de Pais e com os agentes no território. É exemplo, a conferência anual de Educação de Setúbal, que já este ano decorreu com cerca de 400 participantes, e são exemplos, também, o “Há festa no Parque” e muitas outras iniciativas que constituiu o projeto educativo que o município desenvolve.

É importante, também, aqui referir a articulação que é feita com as juntas de freguesia no quadro dos seus territórios e que permite levar mais fundo a requalificação de escolas, mas também esta relação com a comunidade que é traço distintivo. O município esteve bastante empenhado, realizando um conjunto

alargado de vistorias, relatórios sobre o estado de conservação dos equipamentos que são transferidos para os municípios, garantindo aspetos de preparação do processo de transferência de competências que o Ministério da Educação não assegurou, nomeadamente ao nível de assegurar apoios e complementos educativos, como a Ação Social Escolar, refeitórios escolares, programa de leite escolar, escola a tempo inteiro, atividades de enriquecimento curricular, transportes escolares, educação inclusiva que, naturalmente, ocuparam uma parte significativa do desenvolvimento do trabalho neste mandato. Mas ainda assim não esqueceu a realização de cerca de 120 intervenções, pequenas obras e reparações no conjunto das escolas. Também não esqueceu a constituição da Comissão de Acompanhamento da Transferência de Competências na Área da Educação com o conjunto de reuniões realizadas, nem tão-pouco esqueceu o desenvolvimento do processo de revisão da Carta Educativa ou a disponibilização de mais duas salas de Jardim de Infância e mais três salas do 1º ciclo, estando a preparar ainda a continuação do alargamento do 1º ciclo em mais de 24 salas e mais 8 nos Jardins de Infância. Existem um conjunto de projetos, como o Programa Municipal de Educação pela Arte, o Programa Escola Azul, o Projeto Musicando que levariam muitíssimo tempo aqui a colocar e que constituem um conjunto alargado de iniciativas que dão corpo a um projeto educativo com a comunidade na relação com a cidade e com este território que queremos cada vez melhor.

Fazer uma ligeira abordagem a uma questão que aqui está colocada, que não poderia deixar de referir, e que tem a ver com esta ideia da precariedade como uma coisa que caiu aqui na Câmara de Setúbal. Em 2001, quando a CDU ganhou as eleições, a Câmara de Setúbal estava falida e não era falida de acordo com nenhum conceito que a CDU tivesse inventado, era falida de acordo com aqueles que são os critérios identificados na legislação à data. Estava falida, teve de se fazer um procedimento, um Contrato de Reequilíbrio Financeiro que tinha cláusulas, algumas eram negociáveis, mas todos sabem que a redução do número de trabalhadores eram cláusulas obrigatórias a essa data e nesses contextos históricos.

A seguir houve a troika, e não foi só a reestruturação e o emagrecimento das estruturas dirigentes das unidades orgânicas das câmaras, foi obrigatório não recrutar, foi obrigatório diminuir o número de trabalhadores no conjunto das câmaras municipais e não foi só em Setúbal. O que Setúbal fez, assim que foi possível, foi regularizar os vínculos de emprego que tiveram de ser feitos à luz desse contexto, regularizou-os, usou o PREVPAP, que não foi criado para a Câmara de Setúbal, foi criado para o conjunto da Administração Pública Central e Local, e que ainda hoje em dados da DGAI se identifica claramente que continua a haver 95 mil empregos precários na Administração Pública Central. Não estamos a falar de algo descontextualizado, estamos a falar de um contexto concreto que aconteceu no nosso país e que também aconteceu em Setúbal, mas que teve por força da ação da CDU uma intervenção a partir do primeiro momento para que fosse possível corrigir e garantir a valorização do trabalho e dos trabalhadores.

Eunice Pratas (PS) – Antes de fazer a minha intervenção, gostaria apenas de corrigir algo que foi dito como que iria ser o ricochete, mas a verdade é que o Centro de Saúde de Azeitão teve 50% de financiamento pelos fundos comunitários e 50% de investimento pelo Ministério de Saúde. Não foi apenas a Câmara Municipal que investiu no mesmo e quando ouvimos falar de 0% de investimento por parte do Estado e que quem fala irá ter o ricochete, agora gostava de ter respostas a este ricochete, porque fui corrigida numa atitude na Assembleia Municipal quando o Presidente da Câmara Municipal de Setúbal faltou à verdade. E a verdade é apenas esta.

Continuando a intervenção sobre o que venho falar, em 2010 a Assembleia Geral das Nações Unidas consagrou o saneamento básico como um direito humano essencial, porque o seu papel é essencial ao desenvolvimento socioeconómico numa região, tanto como na sua importância para a proteção ambiental e na saúde pública das populações. Uma vez que é do interesse local e o poder local tem competência para organizá-lo e prestá-lo, o município é o responsável pelo serviço, mas em 2022 vemos zonas no nosso município que ainda não têm saneamento básico.

Vimos recentemente na imprensa local a presença do Presidente da Câmara Municipal de Setúbal e o Presidente da Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, na vala da Mourisca, numa manifestação popular, muito sensíveis e preocupados. E devem, mas devem ficar preocupados com aquela situação, mas também devem ficar preocupados com aquela zona e outras zonas do nosso município que não têm saneamento básico e não ter saneamento básico, também, causa um impacto ambiental e também tem

efeitos nos lençóis freáticos e na água potável do nosso município. Devemos, também, ficar preocupados quando na Quinta do Garim tem uma entolheira a céu aberto e uma zona de barraca com lixeira acumulada e que esta Bancada Municipal do Partido Socialista já apresentou requerimentos e sobre o qual ainda não teve uma resposta. Também devemos ficar preocupados com isto, mas ao que parece as preocupações são sobre aquilo que não temos responsabilidade. Quando temos problemas como a desbaratização e a desratização no nosso município e conseguimos ver em passeios noturnos, nos quais as temperaturas aquecem, ratazanas e baratas em que já assisti e, também, assistimos à acumulação de montes de lixo nas nossas ruas, mas em relação a isto continuamos a não estar preocupados.

Continuamos, também, a não estar preocupados com a insuficiência da higiene nas nossas praias, que ao acumular lixo, acumula lixo nas areias, os quais vão para o nosso Rio Sado e para o mar e depois temos outra poluição ambiental e outros impactos ambientais que não vale a pena aqui esmiuçar. Temos, também, terrenos por desmatar em perigo de incêndio. Num período de seca severa que temos neste momento no nosso território nacional, vemos, também, regas a funcionar no nosso município quando devíamos estar em poupança de água e existem regas a funcionar enquanto chove. Consigo testemunhar isto, nomeadamente, na Rua 1º de Agosto, na freguesia na qual habito. Também assistimos à não esterilização dos animais errantes do nosso concelho que contribuiu para a proliferação de zoonoses como outras doenças e patologias. Assistimos a tudo isto em 2022, de Gâmbia a Azeitão e todos estes problemas com impacto no ambiente do nosso município e na saúde pública. Mas a ironia é que num concelho governado pela CDU e com um Presidente dos Verdes, de um Partido Ecologista de Portugal, existirem problemas que se arrastam no tempo e em Setúbal com verdadeiros impactos ambientais e na saúde pública. Depois vemos na imprensa local, e não só, tanta sensibilidade e tanta preocupação com certas matérias, mas que é uma sensibilidade seletiva, porque nas questões que são responsáveis e que são da competência da Câmara Municipal de Setúbal, como o saneamento básico e higiene urbana, existir uma tal omissão de preocupação e uma total insensibilidade e que os munícipes hoje exigem respostas e ações. Exigem respostas para a conclusão da rede de saneamento básico no nosso concelho. Maiores cuidados existirão com a nossa saúde pública e higiene urbana, uma maior ação a todas as ações do município sobre o seu impacto ambiental, nomeadamente, a preocupação com as regas e com a desbaratização e com a desratização, porque as alterações climáticas não são o futuro, são o presente deste nosso planeta e porque há municípios que, em 2022, ainda aguardam por um direito básico, como o nome indica, o saneamento básico.

Francisco Cabral (PSD) – Como também falta uma voz mais jovem, também para os jovens dirijo a palavra a esta assembleia, parte daquilo que tem sido a continuação da crise Covid, do período de guerra que tem adensado sobretudo a crise social que temos vivido no nosso país e sobretudo, também, no nosso município e que muitas vezes acaba por afetar aqueles que são mais frágeis, criando assim aquilo que é um ciclo de pobreza. A partir desse ponto, permitam-me que avance para aquele que, talvez, é o principal elevador social e que corre o risco de estar estragado ou estagnado que é a nossa escola. Falo em particular, dentro do nosso concelho ou dentro do nosso município, do ensino primário e aquele que, também, acaba por ter mais impacto no desenvolvimento dos nossos jovens e das nossas crianças.

A bancada da CDU falava de Setúbal, enquanto uma cidade educadora, mas, de facto, muitos dos nossos parques escolares não se encontram em condições, como também já foi aqui referido. Mas uma cidade educadora que, também, é incapaz de acolher os seus jovens e crianças forçando ao desdobramento entre turnos dentro das escolas primárias e naquilo que se trata de solidariedade intergeracional, estamos a cometer uma atrocidade sem nome afetando o impacto do desenvolvimento dos nossos jovens e crianças. Permitam-me, também, observar que aquela que se diz a geração mais bem preparada de sempre e que não consegue sair da casa dos seus pais, a estratégia local de habitação não tem sido capaz, de facto, de tirar os jovens e servir os jovens e os jovens casais naquilo que são as suas necessidades de construção de família e de empoderamento pessoal, precisamos de mais.

Permitam-me, também, ir para aquela que é a realidade do plano nacional, mas também dentro da Área Metropolitana de Lisboa, porque não precisamos de mais propaganda e embustes como aquele que é o Plano Nacional para o Alojamento no Ensino Superior promovidas pelo Governo do Partido Socialista.

Também estamos aquém daquilo que toca no combate objetivo das alterações climáticas. É urgente lutar por uma cidade que seja neutra em carbono até 2030 e, de facto, não conseguimos ir lá com as visíveis dificuldades apresentadas naquilo que tem sido a implementação da Carris Metropolitana, a ausência de infraestruturas ou até mesmo o fraco planeamento dos planos de mobilidade leve.

Por fim, permitam-me novamente que dirija a palavra à bancada da CDU, naquilo que toca ao Conselho Municipal de Juventude, proposta apresentada pelo PSD aqui mesmo nesta assembleia. De facto, implementar este órgão é cumprir a lei e custa olhar com alguma dificuldade que a CDU não repare nisso, implementar este órgão é, também, aumentar a representatividade dos jovens e aumentar a sua participação democrática.

Luís Custódio (Presidente da Junta de Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra) – Algumas questões que penso que são de grande importância. Falou-se muito aqui na questão dos transportes públicos e acho que se deve falar, mas é bom termos a noção de que se há aqui responsáveis, esses responsáveis são a empresa Alsa Todi, que é privada, e que assumiu perante os transportes metropolitanos algo que sabia que não conseguia cumprir. Isto é mau, é muito mau. Temos feito reuniões praticamente todas as semanas com a Câmara Municipal e os Transportes Metropolitanos e até já fizemos uma proposta à empresa para nos dizer qual era a capacidade, em termos de percentagens, da quantidade de transportes que eles conseguiam fazer. Era preferível se não conseguissem fazer os 100%, que fizessem 90%, fizessem 85%, mas que as carreiras que fossem assumidas, fossem cumpridas, porque só assim se conseguiria criar credibilidade e depois, de uma forma gradual, que se fosse atingir os 100% ou até passar mesmo essa percentagem.

Esta tem sido uma questão que se trouxe aqui a querer responsabilizar o município sobre isto, mas é bom percebermos que esta empresa não opera só no Município de Setúbal, opera noutros municípios do concelho de Setúbal e que muitos deles não têm gestão CDU.

Também se falou aqui nos TST, mas o que ouvimos dizer, principalmente de Almada, onde os TST estão a laborar, é que também não estão a trabalhar bem e até sabemos, e julgo que os senhores deputados também sabem perfeitamente, que na margem norte já há adiamentos para que estes transportes possam vir até começar só em 2024. É bom que todos possamos abordar isto de uma forma muito séria, uma vez que é muito mau o que está a acontecer, não só para o concelho de Setúbal, mas para os transportes públicos em geral, porque deu-se um salto muito importante com o passe Navegante e havia um objetivo claro nisto e esse objetivo, infelizmente neste momento, não está a ser cumprido, não por culpa do Município de Setúbal, mas por culpa de um sistema que não está a funcionar. Não está a funcionar por várias razões e um dos argumentos é a falta de motoristas e acreditamos que possa ser isso e por isso termos feito a proposta, caso não tenham capacidade para garantir os 100%. Vamos discutir quais os que se conseguem cumprir, mas o que ficar decidido tem que ser cumprido, porque as pessoas não podem ir para as paragens e ficarem lá 1, 2 e 3 horas e os transportes não aparecerem.

Valorizar muito aqui algo que julgo ser uma das maiores obras que a CDU conseguiu construir desde que chegou a Setúbal em 2002, que na altura foram os protocolos de descentralização de competências e agora as transferências de competências. É bom referir esta questão, porque no ano passado só cerca de 30% dos municípios, a nível nacional, é que fizeram a delegação de competências para as freguesias e não tenho dúvidas nenhuma em afirmar que o Município de Setúbal está na linha da frente na transferência de competências para que não haja aqui cidadãos de primeira e outros de segunda. Quando cheguei à Junta de Freguesia, em 1998, a nossa freguesia não tinha uma pessoa a varrer em toda a freguesia e a nossa freguesia, neste momento, é uma freguesia como todas as outras que tem este tipo de serviços que são fundamentais para a qualidade de vida.

Também dizer aqui que fizemos uma manifestação popular, porque fomos obrigados a fazê-la, porque, infelizmente, está a acontecer algo muito grave no Estuário do Sado e é bom que todos tenham presente o que pode estar em causa, esperamos que isso não venha a acontecer, mas poderá estar em causa aquilo que aconteceu há 30 anos atrás, que foi deixar de haver ostras e deixar de haver um conjunto de outras coisas. Da parte da Junta de Freguesia não há aqui qualquer ressentimento em relação ao Centro Empresarial e Comercial da Sado Internacional, a verdade é que, desde maio, que a APA foi informada que estão a fazer descargas ilegais para o Estuário do Sado.

Passem pelo café Baía, passem por lá para perceberem onde é que a vala escoa, como é que está aquela lama, hoje estava negra, com um cheiro insuportável e pode estar em causa os muitos milhões de investimentos, principalmente, na produção das ostras no nosso Estuário do Sado. É uma situação muito grave e tentámos fazer tudo e mais alguma coisa, tanto a junta como a Câmara Municipal, para que houvesse uma intervenção da parte da APA junto da empresa. A empresa Sado Internacional não quis receber a APA, só a recebeu quando foi notificada pela GNR, mas continuam a fazer as descargas ilegais. Há aqui uma passividade muito grande.

Em relação ao saneamento básico, acho que não há nenhum Presidente de Junta que fique satisfeito ou que esteja satisfeito por ter uma parte da população que não tem saneamento básico.

Mas já agora lembrar que a maior obra de saneamento básico na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra foi feita pela CDU. Posso dizer aqui que foi a obra de abastecimento público e saneamento básico a Gâmbia, em que foram feitos 3 quilómetros de rede de saneamento básico, duas estações elevatórias, uma ETAR e 11 quilómetros de saneamento básico, isto foi feito. É verdade que, ao longo destes últimos anos, o saneamento básico devia ter avançado, não vou ser eu aqui a fazer promessas, nem de perto, nem de longe, o Sr. Presidente da Câmara já várias vezes, publicamente, afirmou o que está planeado para este mandato para a Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra. Deixo esta questão aqui para o Sr. Presidente da Câmara, para depois poder falar sobre ela, mas deixo aqui esta questão de grande preocupação em relação àquilo que está a acontecer no Estuário do Sado e esperamos que aquela situação seja resolvida muito rapidamente, porque é uma situação muito, muito grave.

Luís Maurício (CH) – Senhor Presidente vai ser a última questão da bancada do CHEGA. Isto é uma matéria e uma bandeira do CHEGA muito forte que é a segurança e no último ano no concelho de Setúbal aumentou 9% na criminalidade geral e 10,8% na criminalidade violenta. Sabemos que isto é um problema da Administração Interna, da falta de efetivos, de esquadras fechadas, mas gostaríamos de saber se o Sr. Presidente já começou a pensar na videovigilância, que, também, é uma bandeira nossa. Se começarmos a discutir se era bom para o concelho de Setúbal começarmos a pensar em pôr câmaras de videovigilância para tentar combater este nível de criminalidade violenta, porque 10% é um número muito elevado e torna a cidade de Setúbal muito mais insegura.

Flávio Lança (IL) – Quero voltar aqui a referir o tema dos transportes, porque tenho ouvido aqui algumas intervenções e se é verdade que com o não cumprimento do contrato não é uma responsabilidade do executivo, é efetivamente do operador, mas o executivo não se pode desresponsabilizar, porque também tem responsabilidades, uma vez que fez o contrato de concessão. Acredito que tenha colocado cláusulas no contrato se não houver cumprimento e acho que é importante discutirmos, porque há aqui uma responsabilidade do município. Há uma responsabilidade do operador? Sim! O operador não cumpre e se o operador não cumpre o que é que fazemos depois de passar esta concessão? Nada! Não falamos com o operador para ele tentar cumprir? Acho que temos que ir um bocadinho mais longe, porque à medida que o tempo passa, o problema passa a ser incontrolável e tem que haver um limite. Se, numa primeira fase, o bom senso e a conversa fez sentido, a partir de determinada altura temos que perceber quais são os instrumentos que o executivo tem para assegurar que o contrato é cumprido.

Já agora aproveito e pegando aqui nas palavras do CHEGA, do Luís Maurício, relativamente à segurança, gostaria de saber, porque efetivamente a segurança é um tema importante no município e estamos a ver um conjunto de casos a acontecer, se o Executivo está a pensar desenvolver contactos com o Ministério da Administração Interna para o regresso de policiamento de proximidade de patrulhas, patrulhas a pé.

Maria João Palma (PS) – Dando continuidade a avaliação que fazemos do estado do município em 2022, o Partido Socialista entende que a perda de maioria absoluta da CDU foi um fator determinante para que importantes conquistas pudessem ter sido alcançadas neste primeiro ano de mandato e que há anos estavam vedadas aos setubalenses e azeitonenses, reféns de um executivo para quem a maioria foi sempre e é sinónimo de teimosia e poder absolutos.

Por mérito da oposição, nomeadamente do PS, a redução da carga fiscal é uma realidade e uma ajuda muito importante para a poupança das famílias setubalenses e azeitonenses, sobretudo perante o contexto inflacionário que fez subir o nosso custo de vida.

A transmissão online das reuniões de câmara é igualmente uma conquista que reforça a transparência e o escrutínio democrático dos eleitores sobre o executivo, bem como a criação do Conselho Municipal da Juventude que reforça a democracia participativa, além de garantir que a lei é finalmente cumprida e não pode ser motivo de orgulho para ninguém, muito menos para o poder local democrático estar mais de 10 anos à margem da lei, só porque dela se discorda.

Assim, fica claro que o papel da oposição não se resume simplesmente a opor-se ao executivo e às suas decisões, pelo contrário, a oposição exerce igualmente uma função de representação de interesses e aspirações da maioria dos eleitores setubalenses e azeitonenses que nela confiaram o seu voto, de preparação e deliberação de projetos, de controlo e fiscalização do executivo, inclusive uma função tribuniária, isto é, de porta-voz das aspirações de grupos e ideias que estão sistematicamente excluídos de soluções vigentes. Não obstante, o papel indispensável da oposição para a prática institucional democrático em Setúbal, onde o executivo do município é liderado pela mesma força política há mais de 20 anos, há manifestamente uma falta de cultura e do espírito democrático, onde o pluralismo político-partidário e comunicacional não é bem-vindo e onde as naturais divergências de opinião são interpretadas como clivagens insanáveis por via do diálogo e negociação, encontrando-se o seu papel formal bastante debilitado e em casos mais extremos têm-nos, inclusive, conduzido à descredibilização da política e dos políticos.

O executivo tem que criar condições para o diálogo, cooperação e construção de consensos sobre determinadas matérias de superior interesse para a nossa comunidade. Com efeito, em Setúbal, a relação cordial entre executivo e oposição tem-se revelado particularmente difícil ao nível do funcionamento da democracia local, acabando por gerar situações de abuso de poder, que se traduz num total desrespeito pela oposição e seus direitos, nomeadamente expresso na falta de respostas aos requerimentos e solicitações das bancadas, das comissões, recusa de articulação e análise das várias propostas apresentadas, ausência de informações indispensáveis e fundamentais no site da autarquia e muito mau frequente recurso a discurso propagandista.

Por tudo isto, a título de efetivo balanço, apresentamos esta reflexão baseado no direito de oposição, porque não só permite que se levantem questões normativas relevantes sobre a organização e funcionamento da nossa democracia local, como também permite identificar um conjunto de práticas negativas nos órgãos autárquicos municipais que revelam desprezo e descuido na aplicação da lei que consagra o estatuto do direito da oposição e que fazem com que os direitos transformem em meras cortesias de quem manda, o qual não podemos em momento nenhum admitir.

Simão Calixto (CDU) – Hoje traz-nos aqui, de facto, o debate sobre o estado do município, o qual, também, não pode ser dissociado da realidade em que vivem os jovens setubalenses. Como já aqui foi dito, o ano letivo está a começar e continuam os sérios problemas da escola pública, a falta de professores, funcionários e condições das nossas escolas. Mas também importa dizer que esses problemas não começaram ontem, são décadas de políticas de direita pelos sucessivos governos de PS e PSD que nos colocaram nesta situação e que agora a transferência de encargos só agrava.

Importa, também, perguntar para quando o financiamento adequado por parte do Governo para fazer obras, por exemplo, na Escola Secundária do Bocage ou o financiamento adequado para construir a Escola Secundária em Azeitão, ou o financiamento adequado para a construção do Pavilhão da Escola Secundária Dom Manuel Martins. São estas e muitas outras perguntas que se ouvem aos estudantes na porta das escolas todos os dias e são estas as perguntas que continuam a não ter resposta por parte do Governo do PS.

Em situação semelhante, encontram-se os estudantes do Ensino Superior, onde foi possível durante quatro anos consecutivos baixar as propinas das licenciaturas, graças à intervenção do PCP e dos Verdes na Assembleia da República. Agora de mãos livres o PS nem esse compromisso é capaz de assumir, os estudantes e as famílias precisam do fim das propinas. Sobre alojamento a mesma coisa, são milhares de estudantes deslocados que não têm onde ficar, onde anda o Plano Nacional de Alojamento Estudantil?



Que diz o Governo do PS aos estudantes que não têm residências públicas e se quiserem ficar a estudar terão que se sujeitar a pagar 300 euros por uma despensa. O subfinanciamento do Ensino Superior não pode continuar a ser a regra e é preciso investimento. Tal como os estudantes do Instituto Politécnico de Setúbal que precisam de ir para as aulas sem que lhes chova dentro dos corredores, também precisam de um refeitório maior no campus de Setúbal ou de um refeitório a funcionar no campus do Barreiro e que o edifício da Escola Superior de Saúde seja construído. São estas e muitas outras perguntas que os estudantes fazem todos os dias à porta da sua faculdade e são estas as perguntas que continuam há anos sem resposta e agora, concretamente, sem resposta por parte do Governo do PS.

Os jovens setubalenses que trabalham, também precisam de aumentos salariais, do fim da precariedade e dos horários desregulados, precisam de políticas de defesa dos seus direitos à família, ao descanso e ao lazer, porque os jovens que lutam na Carl ZEISS contra os despedimentos, pela redução de horário e aumento de salários ou os trabalhadores da Lisnave que lutam contra o banco de horas ou na LAUAK que também lutam por aumentos salariais ou ainda os enfermeiros que lutam pela progressão nas carreiras e aumentos salariais, precisam que o Governo tome medidas de combate à inflação, impeça os despejos e o aumento das rendas. Como é que é suposto pedir aos jovens, hoje, para constituírem a sua família se não sabem a que horas é que vai sair do trabalho amanhã? Ou como é que é possível que se peça aos jovens que saiam da casa dos pais se não arranjam trabalho com salários dignos e que só as rendas são metade desse salário? Ou como é que se pode pedir aos jovens que participem na sua associação, se têm que trabalhar jornadas de 12 horas? São estas as questões que tiram o sono a muitos jovens e que continuam sem resposta por parte do Governo e que temos a certeza que não se resolvem com uma esmola de 125 euros, mas que se resolveriam com a taxação dos lucros excessivos e a redistribuição da riqueza que eles produzem.

Cabe ainda, se calhar, falar sobre os transportes públicos. A nova operação, de facto, representa uma revolução na Mobilidade Metropolitana. Não tem estado a funcionar, também é um facto, os estudantes e os jovens precisam de transportes de qualidade que não obriguem ao recolher obrigatório e nesse sentido, tenho a certeza que a Câmara Municipal, também, já está a diligenciar para responsabilizar este operador. Ainda sobre o Conselho Municipal de Juventude, diria, como foi dito aqui nesta assembleia, que parece ter sido a grande conquista da juventude setubalense nestes últimos anos, como se fosse a maior preocupação dos jovens nesta cidade e neste concelho. Tenho para mim que não é verdade, tenho para mim que se formos perguntar às Associações Juvenis, aos jovens que participam nesta cidade o que é que eles, de facto, precisam, não é do Conselho Municipal de Juventude. Eles precisam é que as políticas que esta câmara tem desenvolvido continuem a ser desenvolvidas, porque precisam que continuem os programas de apoio ao Movimento Associativo Juvenil, precisam que continue a preparação com eles do m@rço.21, Festa da Juventude, precisam que o Fórum da Juventude de Setúbal continue a reunir, precisam que todos os programas que acontecem na Casa do Largo, e que são muitos e que podia passar aqui o resto da noite a enumerar, aconteça e continuem a acontecer. Precisam que sejam ouvidos, e têm sido ouvidos, e não é o Conselho Municipal de Juventude que vai resolver isso numa lei que está mal feita, que proíbe jovens de participar e que só dá voz ou voto na matéria a este ou aquele, a esta ou aquela associação que tem sede neste concelho. Posso dizer que registadas no RENAJ, neste concelho, são 7 associações, 5 das quais têm sede no Instituto Politécnico de Setúbal. Os senhores deputados estão bem a ver aquilo que seria a representação da Juventude em Setúbal, através do Conselho Municipal de Juventude. Sobre isto não direi mais, apenas que, também, é preciso valorizar o investimento que tem sido feito no desporto do nosso concelho, em que muitos jovens têm acedido, levando à prática a máxima de desporto para todos.

É por todo este trabalho que Setúbal é um bom concelho para se viver e para se ser jovem, falta só que o Governo do PS dê resposta aos problemas acima enunciados e vá de encontro às aspirações dos jovens, porque se assim fosse estaríamos bem melhor.

Natália Soares (PSD) – Vou focar aqui na visão global de gestão da cidade, porque há uma necessidade de fazermos uma ligação das variáveis na resolução de problemas atuais, isto é tudo muito matemático.

O problema é que falamos, queixamo-nos de tudo, é o mesmo quando vamos ali para a Ponte 25 de Abril, a pessoa sai do país e volta passado 20 anos e o problema continua na mesma e temos sempre o problema da Ponte 25 de Abril, falta de mobilidade e a existência de filas que nunca mais terminam.

É exatamente a mesma situação, ou seja, falamos na saúde, falamos nas escolas, falamos na falta de dinheiro, não temos um contrato como deve ser com a União Europeia, porque os salários continuam a ser baixos em relação ao resto dos países da União Europeia, o que não faz sentido. Portanto, há aqui muita coisa que não faz sentido, o que acaba por agravar a situação interna do país e sucessivamente nas cidades, mas estamos a falar de Setúbal e Setúbal deve ser uma cidade exemplar para o país.

Se estamos a começar do pequenino para o grande, temos que começar por uma cidade e sermos exemplares. Temos que falar, também, do turismo, requalificação das estradas e edifícios, na natureza, que muitas vezes também se esquece, portanto existe aqui uma ausência de estudos, os quais continuam a ser estanques e independentes uns dos outros.

A gestão de uma cidade passa por interligar todas estas variáveis, de modo a obter um resultado e soluções credíveis a longo prazo, não é dizer que vamos pintar passadeiras, como se estivéssemos ali na Disney e esquecermo-nos que a passadeira está logo a seguir à rotunda e que cria ali uma fila interminável para a rotunda e para a saída da mesma. Existem aqui situações muito pequeninas que têm que ser estudadas e os estudos devem ser interligados, não devem ser independentes.

Não havendo um plano global vai condicionar a atividade económica de uma cidade, obviamente, depois ainda vamos falar sobre o turismo, portanto, as pessoas quando vêm de fora, vêm de outras cidades mais evoluídas, cidades viradas para o futuro e claro que vão fazer um termo de comparação. Queremos mais turismo, sim, mas temos de trabalhar para isto, queremos uma cidade virada para o futuro, mas como é que podemos falar de uma cidade virada para o futuro quando as pessoas se queixam das trotinetes, quando foi uma ideia que foi colocada para avançarmos e regredimos. Avançamos e regredimos, andamos constantemente aqui a jogar ao ping-pong. Temos as trotinetes, temos que ter mobilidade para tal e resolver o problema e arranjar forma de as trotinetes andarem como deve ser e que saia uma lei, que sai uma regra que têm que usar capacete, não é queixarmo-nos. O problema foco é a falta de criação de uma de uma cidade ágil, de uma cidade futurística. Existem aqui incongruências nesta gestão e na aplicação de estudos para uma gestão da cidade ágil.

Gastam-se milhares em embelezar rotundas com flores plásticas e, no entanto, estamos a falar da natureza e vê-se aqui barbaridades de cortarem os braços às árvores, não há aqui podas constantes, cortam-se as árvores assim de uma forma brutal. Fala-se em natureza, fala-se na integração da natureza e esquecemo-nos que o embelezamento de uma cidade passa por integrar, também, a natureza na cidade. Isto, noutros países mais evoluídos, seria considerado um crime, porque estão a tirar oxigénio e, portanto, quero andar numa cidade, quero prevenir doenças e depois queixamo-nos que o hospital não tem vagas, ou porque existem muitas pessoas doentes ou porque os médicos não querem trabalhar ou qualquer outra razão, mas também não nos estamos a focar no problema base, que é prevenir doenças, mas cortam-se as árvores. É assim que se previne as doenças, na verdade, cortam-se os braços às árvores e metem flores plásticas nas rotundas e gastam-se milhares nas rotundas e esquecem-se do resto.

Setúbal parece estar como o país. Portugal é bom, mas falta um plano, Setúbal é boa, mas falta um plano, portanto, estamos a falar de um plano global, interligar as várias variáveis, meus senhores, isto é matemático, não tem nada que saber. Não vamos andar aqui a florear com plantas de plástico, quando não chegamos a lado nenhum.

Rui Canas (Presidente da União de Freguesias de Setúbal) – Podemos dizer que este último ano na União de Freguesias de Setúbal foi marcado pelo regresso à normalidade. O que quero dizer com isto? Quero dizer que, após dois anos em que realmente todos tivemos privados coletivamente e pessoalmente das nossas vidas e era importante retomar aquilo que era a vida antes do Covid. Essa foi uma preocupação que tivemos e procuramos juntamente, como é nosso apanágio, com as parcerias que temos no tecido social, no tecido associativo, no tecido educativo, junto das populações voltar a esta normalidade.

Foi com enorme prazer que voltámos a ter aquilo que tínhamos antes do Covid e nalguns casos conseguimos ir mais além. Conseguimos ir mais além, não por mérito apenas na União de Freguesias, mas por mérito, também e como já disse, de todos estes parceiros, de todas estas pessoas que deram de si para apresentar aos outros a possibilidade de voltarmos a ter uma vida que chamamos “normal”.

O Covid continua e continuamos ainda hoje a prestar apoios na área do Covid a pessoas que precisam, ao domicílio, a um conjunto de serviços e também aos efeitos, aos impactos negativos que o Covid teve em muitas famílias e em muitas outras situações. Julgo que seria importante qualquer dia termos um estudo que nos desse, se calhar, números em relação a esta realidade, porque cada um de nós conhece a realidade que está perto e na qual sofreram os impactos. Mas era importante estes números existirem para que consigamos ter um entendimento mais global e até ter a estratégia mais assertiva em relação às intervenções que são necessárias.

Infelizmente, a seguir ao Covid veio a inflação, veio a guerra que está a causar ainda mais inflação e a incerteza, que é a pior coisa que pode haver para a inflação, é a incerteza, e também para a vida das pessoas, porque tudo aumenta e as pessoas não sabem até quando é que vão aumentar e quanto é que as coisas vão custar amanhã, o que cria algo muito mau na vida das pessoas, que é a incerteza.

Nada mais, nada menos do que transmitir alguma confiança, transmitir alguma normalidade à vida das pessoas para que elas procurem dentro dessa normalidade voltar a viver, voltar a acreditar e voltar também a enfrentar os problemas que vão voltar e que vamos ter aí, com certeza, e que já muito foram aflorados aqui nesta assembleia e vou-me abster de fazer comentários sobre eles.

Dizer que esta normalidade é voltar com os principais eventos que a junta dinamiza, ou próprios ou em parceria, mas também em todos aqueles que aconteceram aqui na União das Freguesias e que tiveram o selo, o apoio, a presença da União das Freguesias. Para nós é muito importante, é estar perto das pessoas, é estar perto daquilo que acontece, é poder acompanhar e poder estar, também, dentro das nossas possibilidades a dar esse apoio e conseguirmos continuar a concluir as obras. Felizmente o Covid nunca nos impossibilitou de fazer obra e de continuarmos este ano a desenvolver um conjunto de obras importantes que faziam parte do nosso plano de atividades e que já concluímos. Algumas são obras até de relevo, já nem falo das mais pequenas, que houve muitas, estou a falar fundamentalmente nas escadas da Varzinha, uma obra que já há muito tempo as populações nos pediam, estava com o piso completamente degradado e que foram todas feitas de novo. Estou a falar, por exemplo, da conclusão da obra do Largo Aquilino Ribeiro, a qual era uma obra importantíssima que ali estava, estou a falar, por exemplo, da 2ª fase dos pavimentos da Av. Homem Sampaio e Melo, estou a falar da 2ª fase da Rua do Casal das Figueiras que foi feita de novo. Entre um conjunto de outras obras, como, por exemplo, a obra e a intervenção grandiosa que tivemos aqui na Escola Conde Ferreira, que a transformou definitivamente num projeto que temos e que já começou com muito sucesso, que é o Centro de Recursos Educativos e Culturais naquela escola. São projetos que nos devolveram aquilo que consideramos a normalidade e que nos devolveram, também, estar perto das pessoas e acompanhar os seus problemas.

Continuamos a acompanhar de perto os anseios que muitas associações e outros agentes do território têm e procuramos encaminhá-los no sentido de terem mais parcerias, de procurarem e de encontrarem soluções para esses problemas, estou a falar, por exemplo, da procura de novas instalações. Estou a falar de dotar o Naval de um conjunto de condições e de obras que sofreu agora, desde a iluminação, o novo pavimento, etc., em que a União de Freguesias esteve muito presente para garantir condições da prática desportiva naquele recinto e que não eram suficientes. Estou a falar claramente, também, do parque de rãguebi, onde continuamos a dar uma ajuda no sentido de o dotar das infraestruturas necessárias para a prática da competição. São um conjunto de intervenções que achamos que eram importantes e que os agentes no território precisavam e que tínhamos que lhes fazer chegar. São um conjunto de ações que fizemos, mas também procurámos que a estrutura interna dos serviços da junta fosse correspondendo a estas necessidades, para isso assumimos a responsabilidade da varredura e limpeza urbana aqui da zona da cidade que faltava. Estamos-nos a preparar para o ano receber os espaços verdes, estamos a proceder a concursos para aumentar os recursos que precisamos para efetivamente efetuar estas tarefas, já adquirimos meios técnicos, materiais, de transporte, etc., para que todas estas situações funcionem e estamos a articular com os serviços para poderem dar uma resposta condigna a estas situações que são agora diretamente da nossa responsabilidade.

Também não nos esqueçamos das nossas escolas, do nosso parque escolar, o ano letivo já começou, aliás, hoje e ainda há pouco tempo demos uma volta por todas as escolas e chegámos à conclusão que elas estavam em condições de abrir e que todas as condições básicas estavam reunidas para que as escolas abram com sucesso e essa é a nossa responsabilidade em concreto neste processo.

Quero apenas comentar três ou quatro situações que, também, nos preocupam e muito e que são de carácter mais geral aqui na cidade, mas com uma grande incidência também na União das Freguesias, é a questão da saúde, a questão do hospital, das respostas e dos problemas do hospital que já todos conhecemos.

Quero-me focar fundamentalmente no Centro de Saúde da Beira-Mar, que é um Centro de Saúde que foi construído a pensar em 5 mil utentes e que, neste momento, tem 20 mil, e que 10 mil destes utentes não têm médico de família. São questões muito importantes que continuam e que não há respostas ainda para eles, esperemos que a construção do novo Centro no Bairro do Liceu venha efetivamente resolver isto, mas, com certeza, não vão ser só as instalações, vamos precisar de recursos fundamentais, de médicos, de enfermeiros e de todo um outro pessoal.

Esta questão dos transportes é uma questão que realmente nos preocupa, temos recebido queixas, reclamações que procuramos reencaminhar, temos estado em conjunto com as outras freguesias e com a Câmara Municipal a fazer aquilo que é possível fazer para resolver este problema, porque mais do que penalizar a empresa, mais do que atribuir responsabilidades, o que importa mesmo é resolver o problema. O que os setubalenses querem amanhã é que os transportes funcionem, não é se penalizamos ou se deixamos de pagar à empresa. É claro que essas situações poderão ter que se fazer, porque elas estão contratualmente previstas, agora o problema maior das pessoas é que querem ir para o trabalho, querem ir para a escola, querem deslocar-se na cidade e realmente a rede de transportes, neste momento, não garante os horários que estão efetivamente atribuídos. Esta é uma preocupação e garanto-vos que a União de Freguesias estará sempre ao lado das populações e também com as outras autarquias no sentido de resolver, dentro da medida do possível, e de fazer aquilo que podemos fazer, que é a pressão, continuar a ver, a estudar a neutralizar o problema e a fazer pressão para que esta situação se resolva.

Outra questão que, também, quero dizer-vos é que tivemos desde a primeira hora, sobre esta luta da Comenda, e não só, de todos os espaços que estão indevidamente fechados na zona da do Parque Natural da Arrábida, e que continuaremos também nesta luta para que as populações tenham, assim que possível, o usufruto necessário e real que deviam ter e que nunca lhes devia ter sido retirado.

João Silva (CDU) – Uma questão prévia à intervenção que tenho aqui para produzir, e que é uma questão muito rápida sobre saneamento básico. Há um conjunto de situações que se referem ao saneamento básico, isto é, não se pode dizer que num sítio onde os esgotos são recolhidos e são tratados em fossas sépticas que não têm saneamento básico, têm saneamento básico, as casas é que não estão ligadas a uma rede pública de recolha.

Estamos a fazer um balanço da atividade do município e gostaria de elencar um conjunto de trabalhos, iniciativas e de projetos, contrariando uma narrativa que por aí tem circulado, que mostram de forma inequívoca o enorme esforço que tem sido feito nos últimos anos em Setúbal no domínio do ambiente. Assim, por exemplo, nos serviços urbanos sublinharia para um reforço muito grande na melhoria da qualidade do serviço prestado como, por exemplo, a implementação da recolha seletiva de resíduos urbanos biodegradáveis, em porta a porta e em proximidade, abrangendo, presentemente, mais de 9 mil alojamentos. A revisão do regime de taxa de gestão de resíduos e investimento da respetiva receita arrecadada na melhoria dos sistemas, permitindo, por exemplo, o alargamento de zonas servidas por sistemas de deposição de resíduos urbanos indiferenciados em profundidade, a renovação da frota de recolha e a implementação de um sistema de recolha de resíduos de construção e demolição muito necessários.

No que diz respeito ao bem-estar animal ia sublinhar o alargamento da capacidade e dos serviços assegurados no CROAC, o aumento da taxa de adoção, o aumento muito grande da taxa de esterilização, designadamente a animais pertencentes a pessoas carenciadas, o novo regulamento de bem-estar animal e voluntariado no CROAC, o programa anual de desinfestações e de controlo da vespa asiática, assim como

o reforço da equipa do CROAC. Depois a continuidade do Plano Nacional de Vigilância Contra a Raiva e Zoonoses promovidos pela DGAV.

Já na área dos espaços verdes e gestão de arborização que, durante a gestão CDU, permitiu aos cidadãos de Setúbal e aos seus visitantes ganhos notáveis na vivência dos diversos espaços do município assim como na área da ação climática e eficiência energética. Sublinho a criação do Parque Urbano da Várzea com um conjunto de valências, nomeadamente, o seu funcionamento como bacia de retenção para o excesso de águas pluviais e a previsão já para o próximo outono/inverno da plantação de mais 1.290 novas árvores naquele espaço. O aumento da plantação na cidade de 1.153 árvores novas, a manutenção dos principais parques e jardins com meios próprios da autarquia, com ganhos económicos e de eficiência notáveis mantendo e melhorando a qualidade do serviço. O aumento da eficiência hídrica na rega dos espaços verdes, com redução dos tempos de rega durante o verão em cerca de 15 a 20% nos principais parques e jardins municipais, ao contrário do que foi dito aqui. A execução do plano anual de faixas de combustível florestal durante o ano de 2021, foram desmatados 352 hectares de terrenos municipais e 224 quilómetros de estradas e caminhos municipais.

Foi feita a requalificação da iluminação pública num conjunto de vias de comunicação na Avenida Luísa Todí, por exemplo, na placa central, nas ruas Henrique Cabeçadas, José Carlos Ary dos Santos, estrada da Cascalheira, Nacional 10, a substituição de mais de 3 mil luminários de vapor de sódio por tecnologia Led em Azeitão em parceria com a E-Redes. Há um conjunto de medidas muito extensas relativas ao Plano de Adaptação às alterações climáticas que me vou escusar de referir.

Vou terminar referindo algo que, também, já foi referido e que tem a ver com a passagem, finalmente a passagem, da gestão da água e saneamento em Setúbal para a gestão pública.

Eduardo Pinto (PSD) – Tenho pena que não esteja na sala, neste momento, o senhor jovem Simão Calixto, porque segundo percebi ele é contra o Conselho Municipal da Juventude e é contra as associações. Todos sabem o que é uma associação? Uma associação é um conjunto de pessoas que se junta em torno de um interesse comum, mas tirando isso foi dito pelo senhor Simão Calixto que a CDU é que está a fazer bem. Vocês sabem o que é isso? Isso é ditadura, isso é ditadura. Democracia é quando há associações, quando há conselhos, quando há intervenção de todas as forças.

Outra coisa que é muito incrível nesta assembleia é que não há um senhor de uma Junta de Freguesia ou membro da bancada da CDU que seja contra o estacionamento tarifado e da maneira que está a ser feito, meus caros amigos, o que é que vocês vão dizer aos vossos fregueses e a quem vota em vocês que tomam estas atitudes? É lamentável, mas enfim.

Avançando para o que me traz aqui, o estado do município, brilhante iniciativa, mas para isso lembro a este executivo que deve prestar toda a informação em tempo útil que é solicitada por membros e grupos partidários desta assembleia. Falo de informação financeira, administrativa, social, bem como a informação operacional que deve ser prestada mesmo sem ser solicitada, de forma periódica e um pouquinho mais curta.

Senhor Presidente da Câmara, no site do município classificou como populistas, demagógicas e irresponsáveis as medidas de redução do IMI e do IRS, referiu ainda que visam impedir que o executivo municipal ponha em prática o Programa de Desenvolvimento do Concelho com o qual venceu as eleições. Muito bem, depois dos relatos que ouvi aqui, ou já se esqueceram ou as coisas estão a correr bem, porque todos falaram que a CDU fez, a CDU fez, a CDU fez. Muito bem, continuam a fazer, pelos vistos o impacto não foi assim muito grande. Pergunto, também, se perante esta queixa, Sr. Presidente, se continua e se sente capaz de continuar a governar esta câmara? Gostava, igualmente, de saber se tem em seu poder uma estimativa ao resultado do impacto de tais medidas nas finanças da Câmara? Politicamente falando, até que ponto, Sr. Presidente, o tal impacto afetou o seu populismo que refere na sua intervenção no site da Câmara?

Indo direto a um tema que, também, nos preocupa e muito que é a segurança do nosso município, é sabido que já não existe representação no Conselho Municipal de Segurança com elementos indicados pelos partidos, por isso pergunto, que medidas estão a ser tomadas no sentido de conter o índice de criminalidade que, ao que parece, continua a aumentar e é um dos mais elevados do país?

Há bem pouco tempo, vou referir e lamento muito, foi assassinado de forma brutal um empregado de um bar, como penso que de todos saibam. A partir de certas horas da noite ardem contentores, ardem automóveis e assiste-se a vandalizações do alheio. Vai haver mais efetivos da polícia nas ruas? Não seria altura de, finalmente, se pensar em implementar a vídeo proteção, já que o termo videovigilância choca tanto os amantes da privacidade?

Falando ainda em segurança, o que é que se passa com os Bombeiros Sapadores, que pedem mais efetivos e meios para garantir a sua operacionalidade? Há mínimos para garantir os turnos e a operacionalidade, aliás, há regulamentos que espelham isso mesmo. Ao que consegui constatar nem 150 Bombeiros Sapadores existem, desejável seria não ter uma Companhia, porque com os elementos que estão lá não faz uma Companhia, mas era desejável que existisse um batalhão. Lembro nesta assembleia que devem ser garantidas condições a estas pessoas, tanto de carreiras como de promoções, que bem merecem, porque um Bombeiro Sapador não apaga só incêndios, se houver um problema na Arrábida, aqui ou ali, no que for, e para quem é conhecedor dessas matérias, um Bombeiro Sapador faz mais do que apagar incêndios. O senhor vereador está a sorrir, mas olhe que não estou a dizer mentira nenhuma, além de serem defensores da nossa segurança.

Outro problema que me preocupa é a relação Bombeiros Voluntários com Bombeiros Sapadores, o que é que se anda a passar? Se calhar o senhor vereador consegue explicar isso muito bem. É sem dúvida mais necessário um Bombeiro Sapador do que um animador cultural ou um decorador, mas ao que parece à câmara e dentro desse tal populismo que tanto vos afeta, falta bombeiros, mas não falta animadores culturais, nem falta decoradores pelo que se vê. São escolhas, são as vossas escolhas, não são certamente as nossas.

Outra preocupação que este grupo tem e penso que é de caráter geral, é que há muitos sem-abrigos na rua, inclusivamente estão acampados na rua, uns em caixotes, outros em tendas. Quando pensa, Sr. Presidente, em tirá-los das ruas? Tem algum plano para acabar com este flagelo?

Das passadeiras já muitos aqui falaram, por favor Sr. Presidente mande lá pintar as passadeiras. Sobre o estacionamento nem vou falar, porque já foi dito aqui muito e não vou repetir. Por fim, uma coisa que me preocupa e muito e que nos preocupa a todos, a Praia da Saúde ao pé do Terminal 7 que não se vê, teve lá uma placa efetivamente, mas já não se vê. Já se percebeu que é dos locais com mais frequência pelos setubalenses e que é um local perigoso para se tomar banho, seria altura de gastar algum dinheiro do Terminal 7 e melhorar a segurança do local.

Sónia Paulo (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Pela análise que vejo fazer das bancadas da oposição e utilizando os adjetivos referidos nesta noite, pergunto se estagnado não estará o olhar da oposição perante o trabalho da CDU neste município?

Agradeço o respeito enquanto tomo da palavra, uma vez que, desde as 19h00 que tenho respeitado cada uma das intervenções que aqui foram feitas.

Pergunto se, no que respeita à Freguesia de Azeitão, houve um olhar atento pela recuperação do património edificado feito nesta freguesia?

Questiono se foram tidas em conta, as acessibilidades e mobilidades suaves que o município e a Junta de Freguesia trabalharam, por exemplo, na construção de ciclovias ou passeios? Questiono se houve um olhar pelos espaços verdes criados e pelos espaços de lazer e recreio? Pergunto, ainda, se há conhecimento dos projetos educativos e da articulação que temos feito junto do movimento associativo e nas inúmeras iniciativas e investimentos que temos feito ao longo destes anos no apelo à prática desportiva e cultural? Pergunto, também, ainda que reconheça que a questão do saneamento é determinante e importante na minha freguesia e, por isso não está posta de lado, se têm visto reconhecido o trabalho feito por parte desta Câmara Municipal? Só aqui digo que, sem dúvida, fizemos um trabalho além do embelezamento de flores de plástico em rotundas.

Como acho que podemos estar aqui em aspetos que nos distanciam, vou preferir usar da minha palavra para os aspetos que nos juntam e que são aspetos básicos como a bancada do PS fez questão de referir. Em relação ao básico, falo da saúde, pergunto como estariam os azeitonenses se a Câmara Municipal não tivesse avançado com a direção do projeto da Unidade de Saúde Familiar? Pergunto, como estariam os azeitonenses se a Câmara Municipal não tivesse feito a oferta do terreno, não fizesse a elaboração do

projeto de especialidade com a responsabilidade de candidaturas a financiamento de fundos europeus? Neste momento, não diria aos azeitonenses que para o ano que vem teremos uma nova Unidade de Saúde Familiar, mas, e referindo-me mais uma vez ao básico, pergunto, se não terão os azeitonenses que agradecer àquilo que o PS acabou de chamar de teimosia e poder absoluto? Foi graças a esta teimosia e poder absoluto que a Câmara Municipal avançou com responsabilidades que seriam do poder central e refiro-me em particular à ampliação da oferta da Escola EB 1 de Vila Fresca de Azeitão, com duas salas, refiro-me ao básico da construção do Jardim de Infância de Vendas de Azeitão e refiro-me ao básico da construção de uma Escola de 1º ciclo e Jardim de Infância na Escola da Brejoeira. Em relação à Escola Secundária é uma preocupação sim, o que me preocupa mesmo é que é uma preocupação da Junta de Freguesia, é uma preocupação dos azeitonenses, é uma preocupação do município e pelo que me parece deveria ser uma preocupação de todos, inclusive da bancada do PS. Mas, neste pensamento mais PS, o que pergunto é se sabemos todos qual foi a votação dos deputados do PS na Assembleia da República relativamente à construção de uma nova Escola Secundária que serviria a maior parte da população de Azeitão? Recordo que o voto foi contra.

Podemos ainda recordar aos azeitonenses qual a proposta, a construção de quatro salas não chega, por isso, ao contrário do que possam achar que estão num decurso de divergência, o que quero é unir e ter a certeza que todos os eleitos terão como principal preocupação a construção de uma Escola Secundária em Azeitão.

Marlene Caetano (Presidente da Junta de Freguesia do Sado) – Apesar de termos que gerir aqui o tempo, não podia deixar de tomar a palavra para afirmar todo aquele que tem sido o trabalho feito pela Junta de Freguesia do Sado e todo ele muito acrescido, principalmente, devido ao contrato interadministrativo com a Câmara Municipal de Setúbal e a delegação de transferência de competências. Não podia deixar de valorizar aquele que é o trabalho diário das autarquias, aquele que é o trabalho nos espaços verdes, na higiene urbana que é levado todos os dias a cabo pelos nossos trabalhadores. Trabalhadores esses que se esforçam imenso em prol da melhoria da qualidade de vida e por manter a nossa cidade, mas para vocês parece que o trabalho destes trabalhadores não é valorizado ou que não é o suficiente, mas é com grande empenho que o fazem todos os dias e consideramos, na Freguesia do Sado, que o fazem de forma exemplar.

Também dizer que existem dois serviços nesta freguesia que são extremamente importantes para a população, que são a Caixa Geral de Depósitos e os CTT e que se não fosse pela luta da população, da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal de Setúbal, hoje, a população não teria estes serviços, porque estas medidas que o Governo tem tomado são para retirar todos estes serviços à população.

Termino para apenas dizer e afirmar que estaremos, também, ao lado da população e da autarquia na luta pela reposição do acesso a Praias do Sado.

Manuel Esteves (PS) – Hoje até era para não intervir, mas derivado ao que a minha Presidente de Junta está aqui a elevar tanto a responsabilidade e as competências que ela tem, assim como a câmara, tenho que lhe responder.

Senhora Presidente, a questão é que a senhora está lá para resolver os problemas dos azeitonenses e da sua freguesia, não está aqui para dar louvores e bater palmas à câmara, porque a câmara paga-lhe para as competências que a senhora tem lá para fazer, como a limpeza das estradas, que não faz, para fazer a limpeza dos passeios, que não faz, para fazer o restauro que a senhora falou e falou errado, é mentira. Temos chafarizes na aldeia antiga de Vendas de Azeitão e estão lá para recuperar e não têm água, só há um chafariz com uma torneira a deitar água e falta só uma torneira para um chafariz ter água, que é ao pé do seu local de trabalho, da sua Junta de Freguesia. Tem três contentores no meio da estrada a 100 metros da Junta de Freguesia e que ainda não viu e passa lá todos os dias várias vezes quando vai almoçar ou quando vai para a sua casa.

Depois vem para aqui falar nas coisas que fez em Azeitão. Azeitão, que eu saiba é tudo, não é só Vila Nogueira. Onde é que estão os jardins de Vendas de Azeitão? Onde é que estão essas tão brilhantes intervenções que a senhora tem feito lá? Nada! Em Vendas de Azeitão e em Pinheiros de Azeitão, também, e atenção, é que nós aqui estamos a ser muito castigados.

Digo-lhe com toda a franqueza, tem sido da CDU a pior presidência até hoje, a senhora não aparece, ninguém a conhece, a senhora não vai beber um café a lado nenhum, quando vai nem cumprimenta os munícipes que lá estão e vem para aqui dar lições aos azeitonenses... Não, não é isso, a senhora tem de se desdobrar, tem que sair do seu gabinete como a sua antecessora fazia, ir à estrada ver onde está sujo, limpar as sarjetas, tomar conta das águas. Digo-lhe mais, a senhora sabe que na Rua Alexandre Cardoso estão a fazer uma intervenção e o placar que lá está diz que gasta 30 mil euros de saneamento, de pluviais e que nem uma sarjeta lá está colocada. Pergunto, para onde é que vai essa água? O senhor vereador já lá esteve presente e já apresentei isto até à senhora vereadora numa reunião de comissão e nada ainda foi feito, porque passo por lá todos os dias e vejo. Veja lá o que é que vem para aqui falar, o que vem dizer e dobre-se sobre os seus problemas e sobre a sua responsabilidade.

Sónia Paulo (Presidente da União de Freguesias de Azeitão) – Pedi a palavra para fazer a defesa da honra. Primeiro dizer que não estava à espera que uma intervenção levasse a tanto burburinho, depois dizer que efetivamente lamento que as propostas de trabalho que o executivo da Junta de Freguesia tem denunciado, em reunião de executivo, que são públicas, e em assembleia de freguesia não sejam do interesse da população, isto em relação a este executivo. Em relação ao anterior, não mencionei aqui em situação alguma que era minha, Vendas de Azeitão com o Skate Park e a requalificação do Lar de Pinheiros. Dizer, também, que não fui eleita para beber cafés, fui eleita para trabalhar, estou há 10 meses e tenho mais 3 anos de mandato para mostrar porque é que a CDU foi a força eleita.

Vítor Rosa (BE) – É salutar termos toda esta juventude, nomeadamente ao nível de presidentes de junta de freguesia e trazer aqui algum do trabalho feito. Aproveito, também, e já agora referente à Freguesia do Sado pedir aqui à Sra. Presidente, já que se fez todo aquele trabalho na rua que liga desde a junta até à Igreja e mais abaixo, que fez todo aquele trabalho de pavimentação, olhe, também, para a Rua da Torralta, porque é um problema que, se calhar, dura há 40, 50 anos.

Em relação a Azeitão, dizer que não só em termos do trabalho da Junta de Freguesia e também da Câmara, os terrenos da Carmona em que estado é que estão e quais as suas consequências do ponto de vista ambiental e se a câmara e a junta, em conjunto, estão a pensar tomar algumas medidas relativamente a esta matéria. Porque tivemos relativamente ao processo da Carmona toda uma luta de moradores para a saída daquela indústria de Azeitão, o que é certo é que ainda continua a ter alguma atividade, os terrenos circundantes e todo o problema ambiental que daí deriva e a sua transição aqui para a SAPEC BAY.

Ainda relativamente a algumas das questões aqui faladas, era importante referir que quando se defende aqui a gratuidade dos transportes ou a tendência dessa gratuidade era aproveitar aquela proposta que foi apresentada pelo PAN, em Assembleia Municipal, e que até hoje continua sem ter resposta pelo executivo. Portanto, se tanto aqui o defendemos, e a bancada da CDU veio, mais uma vez, defender a gratuidade dos transportes era bom que pusesse na prática essa execução.

Para finalizar, acho curioso algumas das intervenções de outras forças políticas, nomeadamente do PSD, quando levanta aqui até a questão dos sem abrigo, é curioso esta contradição com a primeira intervenção do Nuno Carvalho quando falava dos rendimentos e da falta de rendimentos. Essas pessoas têm falta de rendimentos e quem teve e efetuou diversas políticas de falta de rendimentos neste país foi exatamente o PSD e, portanto, hoje estar aqui a exigir rendimentos e que a câmara, só por si, resolva problemas era bom que se refletisse sobre o passado e quem passou pelo Governo e com as medidas que levaram. Agora não temos chapéus...

Manuel Esteves (PS) – Não é para defesa da honra, é só para responder e para ficar bem claro aqui à Sra. Presidente da União de Freguesias de Azeitão, que, com certeza, quando a convidaram para presidente não foi para andar a beber cafés, mas quando teve na campanha eleitoral neles entrou e neles provou e muito, portanto, a senhora fica colada à Câmara, que é menos Setúbal e menos Azeitão.

Rui Lamim (PSD) – Voltando ainda a falar sobre os sem abrigos desta cidade, existe um que está atrás do Hotel Bonfim, existe um senhor novo na Praça de Portugal, às vezes há duas pessoas que dormem aqui no átrio deste mesmo edifício, existe e todo o mundo conhece aquelas duas tendas ali na estacada, existirá uma tenda nova para a banda do PUA. Temos aqui um problema social para resolver, o município é uma das entidades que tem a ação ou deve ter a ação sobre estas pessoas que vivem na rua por motivos vários e estamos num momento em que estas situações são previsíveis devido ao empobrecimento que temos sofrido, que a sociedade portuguesa tem sofrido nas últimas legislaturas. Vejamos as estatísticas, mas agora nos últimos momentos de uma forma bem mais agravada e considerando que o programa de apoio às famílias promovido pelo Governo é tardio, pelo menos tímido. Gostaríamos de chamar a atenção do município para este tema ou para este problema que é um problema que tendencialmente se irá agravar nos próximos tempos e que revela, também, a necessidade da existência de um programa de emergência social para combater o empobrecimento a nível do concelho.

Joana Tomé (CDU) – A bancada da CDU entende que o executivo tem, no que respeita à área da cultura e património, dado provas de um esforço contínuo e consequente pela imprescindível democratização e descentralização da cultura em Setúbal, assumindo-a como fulcral fator de emancipação, liberdade e solidariedade. É necessária uma política nacional que garanta o acesso de todos à fruição e criação de cultura, como consagrado na Constituição, é necessário uma administração e serviços públicos eficientes e libertos de burocracia ao serviço da população, é necessário 1% do Orçamento de Estado para a cultura, trabalho com direitos e um serviço público de cultura.

Aprofundar-se-á em 2023 a gestão e a programação dos diversos equipamentos municipais numa lógica da proximidade com a população e aquilo que são as suas necessidades e anseios. Mantém-se, deste modo, as parcerias com as juntas de freguesia, movimento associativo na forma de parcerias e protocolos com mais de 30 entidades de cultura no concelho, assim como entidades nacionais e internacionais. Dar-se-á continuidade, em 2023, ao apoio a estruturas locais de cariz profissional e não profissional nas Artes Performativas, visuais e multidisciplinares, dar-se-á resposta a questões prementes, à necessidade premente de novas sedes sociais, à capacidade de resposta e oferta, no caso particular da Academia de Dança Contemporânea de Setúbal.

Na área da música, concretizaram-se projetos como festivais, concursos, encontros, concertos nas mais diversas áreas a que se dará continuidade em 2023. Na área do Teatro, a programação municipal dos equipamentos culturais foi também reforçada com projetos de teatro local, nacional e internacional a que se dará continuidade em 2023. Há uma série de projetos de reabilitação em curso.

Por fim, foi iniciado em julho de 2022, o Plano Estratégico de Desenvolvimento Cultural de Setúbal a ser implementado pela Câmara com a participação da Universidade do Minho e dos agentes culturais do concelho de Setúbal, que será concluído e apresentado no 1º semestre de 2023. Setúbal é testemunho do insubstituível e rico potencial de realização do poder local, mesmo em condições tão adversas como as que temos enfrentado nos últimos anos de Plano Nacional, em proximidade dialógica com a população, de dinâmicas próprias e singulares que dá e continuará a dar uma resposta insubstituível.

Paulo Lopes (PS) – Tendo em atenção que as regras deste debate definem que o Presidente da Câmara encerra a sessão, gostaria de dizer que espero, das muitas questões aqui colocadas, que o Sr. Presidente possa ter a capacidade de síntese para poder responder, pelo menos à maioria.

Dizer, também, que gostei da intervenção dos presidentes de junta, apesar de discordar muito do seu conteúdo, mas saíram em defesa daquilo que foi o seu trabalho e discutiram efetivamente o estado do município nas suas juntas de freguesia, algo que a bancada da CDU não o fez, algo que a bancada da CDU tentou transformar este estado do município no estado da nação e, portanto, fugiu a este debate daquilo que é a realidade do Município de Setúbal. Porquê? Ficarà a dúvida. Se calhar, porque também não têm ainda a certeza do trabalho que está a ser realizado. Até ao fim do mandato, efetivamente, a Biblioteca vai ser construída, como foi dada aqui a certeza absoluta pelo Sr. Presidente da Câmara, esperemos que estejamos cá todos com saúde para inaugurar aquela Biblioteca, não um departamento, não vamos inaugurar uma salinha, vamos inaugurar aquela Biblioteca.

Também ficámos a saber que fossas sépticas são saneamento básico, fantástico, portanto, andamos aqui durante 40 anos a investir na rede pública desnecessariamente. Realmente há coisas fantásticas.

Para terminar, Azeitão no Coração já foi, neste caso agora é sem café, mas com chá que acho que fica sempre bem e estamos por aí.

Em relação à Praça de Touros, só queria aqui frisar algo que passou um pouco em *passant*, e que várias pessoas aqui referiram, o estado de abandono a que a Praça está, até este ano nem sequer se conseguiu realizar, penso eu, as marchas populares, porque não reunia condições para ser utilizado o edifício. Ainda há bem pouco tempo, pelo menos a Assembleia Municipal não tem conhecimento que haja um projeto neste momento para aquele edifício, mas lembro-me que ainda acerca de um ano e tal, 2 anos talvez, foi alterado a concessão, o concurso público da concessão de estacionamento tarifado que previa um silo, um parque de estacionamento subterrâneo junto à Praça de Touros. Aquele parque de estacionamento que está em frente ao Hospital, que é um parque muito necessário, porque serve o equipamento que mais tráfego gera dentro do concelho, que é o Hospital, com o argumento de que o projeto iria incluir tudo junto. Iria incluir a pessoa ou a empresa ou a futura concessão, se é por aí que a câmara quer ir, iria incluir a construção do parque de estacionamento juntamente com a exploração e a construção ou recuperação da Praça de Touros. Mas sobre a Praça de Touros nem uma palavra, o que quer dizer que não há projeto ou se há projeto nem sequer há uma viabilidade de aquilo se construir. Isso preocupa-me, porque retirámos o caderno de encargos para a construção de um estacionamento enterrado naquela zona a troco de nada, pelos vistos. A troco de zero. Foi uma concessão por 40 anos e foi a troco de zero que retirámos essa obra que vale uns milhões de euros, como todos sabemos.

Manifesto aqui a nossa preocupação sobre a falta de realização de investimento e sobre a necessidade de haver diálogo com a oposição. Os senhores ganharam, ganharam em todas as autarquias, mas não ganharam com maioria absoluta, foi assim que nasceu a geringonça, se bem se lembram. Bater a mão no peito e dizer aqui que “*nós ganhámos e, portanto, nós é que governamos*” é a antítese daquilo que ainda há bem pouco tempo defenderam, e bem, porque não havia um governo maioritário e o que vocês estão aqui a querer fazer na Câmara Municipal foi aquilo que o PS não fez quando governou com o apoio parlamentar do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda primeiro.

Vou terminar dizendo que reitero o apelo e o desafio, ao Sr. Presidente, para que se sente à mesa com os partidos da oposição, que aceite as propostas, aceite discuti-las e que não caia no papel da vitimização, para justificar as escolhas que os senhores querem fazer e que eventualmente podem não passar, porque os senhores não querem promover o diálogo entre os partidos, não tendo a maioria absoluta. Segundo as regras do jogo é isso que devem estar obrigados politicamente e por uma questão de princípio, porque foi isso que os senhores também fizeram há bem pouco tempo no país. Se querem ser conscientes com aquela decisão que tomaram, agora têm que dar abertura para que a oposição possa dar os seus contributos para que o orçamento municipal possa ser, também, aprovado com o voto favorável ou não. A responsabilidade, neste momento, é inteiramente do Presidente da Câmara e não da oposição, a bola está do seu lado Sr. Presidente.

Flávio Lança (IL) – Quero só referir, se por acaso exceder o meu tempo por alguns minutos, que em acordo aqui com o deputado Luís Maurício do CHEGA, consumirei um ou dois minutos do seu tempo.

Quero começar por dizer, e dirigir-me aqui ao Sr. Presidente, para apelar à sua sensibilidade para não sairmos do estado do município, e sei que vai terminar esta assembleia sem resposta sobre os transportes, mas vou insistir nisto, porque acho que os setubalenses merecem uma resposta, não é a Iniciativa Liberal, porque a Iniciativa Liberal representa os setubalenses.

Se, por motivos que desconhecemos, não pretender esclarecer o que o município irá fazer relativamente ao operador que ganhou o concurso, discordamos, mas segundo os princípios liberais que defende está no seu direito, apenas podemos pedir responsabilidade sobre esta sua decisão, porque consideramos que é uma questão de transparência.

Como quer que a oposição contribua para que o problema se resolva se o executivo não transmite informação? Já ouvimos o Sr. Presidente da União de Freguesias a dizer que o que importa é que os transportes funcionem e que está ao lado dos munícipes nesta luta. Ainda bem que estamos de acordo, é para isso que aqui estamos, mas cabe-nos questionar quando? Quando teremos os transportes a

funcionar como era suposto? Não deverá o executivo esclarecer os cidadãos? Qual é o plano da Câmara Municipal? Qual é o seu limite? Até quando vamos esperar?

E já que falámos de Azeitão e uma vez que as escolas começaram, tem havido um debate muito interessante sobre Azeitão, mas que medidas concretas vamos ter para o transporte escolar? Volto a insistir com Azeitão, que é um local onde existem alunos que estudam no outro extremo do município e onde os transportes têm mais limitações, qual é a resposta que vai ser dada às escolas e aos pais?

Nuno Carvalho (PSD) – Ouvimos aqui com muita atenção os diferentes pontos que foram debatidos e aquilo que é normal num debate deste género, que são um conjunto de críticas que são lançadas, com todo o respeito registamos as críticas que alguns partidos até tentam fazer ao PSD, que nunca governou o Município de Setúbal, mas faz parte da política, faz parte desta dinâmica que, também, assistimos.

A referência que o senhor deputado do Bloco de Esquerda fez ao PSD, não deixa de ser uma referência que registamos e que achamos curiosa, até porque, como disse o senhor deputado Paulo Lopes, houve uma geringonça e, de facto, essa geringonça não contou apenas com o PCP, contou, também, com o Bloco de Esquerda que nos últimos quatro anos ajudou a governar. Aliás, nos últimos 20 anos o PSD governou 6 anos e os restantes foram do Partido Socialista, mas houve 4 anos que foram, de facto, com o Bloco de Esquerda.

Há aqui um ponto interessante no que diz respeito a isto, que é a perspetiva que assistimos de alguns partidos, e aqui não é só o Bloco de Esquerda, mas ele também está incluído, de olhar para o momento em que vivemos e analisar apenas aquilo que pode ser feito de uma forma imediata, de uma forma curta, sem uma visão verdadeira para o município. Porque a visão que existe para o município, às vezes devemos inspirar naqueles que nos procuram e quando vemos que há um conjunto de pessoas que até residem no centro da cidade, franceses e pessoas de outras nacionalidades, ou vários turistas que nos procuram, ou o potencial logístico que existe alicerçado com o Porto de Setúbal e várias indústrias que se quer instalar no nosso concelho, de facto, isto são condições naturais que já cá estavam e isto representa o potencial do nosso concelho e é isto que faz com que o rendimento amanhã seja maior.

Naturalmente que respeitamos as visões de quem possa não achar que isto sejam coisas boas, há partidos, como o Bloco de Esquerda e não só, que têm uma visão diferente de desenvolvimento, mas achamos que o investimento que possa vir de fora permite criar emprego, o que é bom, porque isso aumenta o rendimento. Temos visões diferentes, respeitamos isso, mas a verdade é que o Município de Setúbal quer, de uma forma clara e evidente, é que haja desenvolvimento e que possamos aproveitar as condições naturais para o turismo, que possamos aproveitar as condições naturais da nossa indústria do ponto de vista logístico e que as duas consigam viver. Mas, também, quer, como é óbvio, que haja respostas que são cruciais e que aqui não podem faltar sobre os vários temas que foram mencionados, como a questão de estacionamento alicerçada à questão da mobilidade que é fundamental.

Aqui há um outro patamar que não pode deixar de ser referido, para lá da questão de estacionamento, é que o Município de Setúbal não pode ficar prejudicado e, creio que isto une todos os partidos, por estar na periferia da Área Metropolitana de Lisboa, e esse aspeto é fundamental. A ligação do Município de Setúbal a outras comunidades intermunicipais, como é o caso da ligação a Troia, que está excluída do passe social é algo que não podemos deixar de mencionar nesta Assembleia Municipal. Creio que até, se a memória não me falha, todos os partidos que tiveram prestação no mandato autárquico anterior, estão a favor desta bandeira e, portanto, isso não pode deixar de ser mencionado, tal como não pode deixar de ser mencionado aquilo que se passa com algumas linhas estruturais que estão fora do passe navegante, como é o caso da FERTAGUS, em que é fundamental haver uma solução. Aí temos uma posição diferente da CDU, que se preocupa fortemente com a ideologia do serviço, se é público ou se é privado, nós queremos é que o serviço ocorra. Em termos práticos, queremos que aqui exista uma atuação e uma resposta da parte do Governo no que diz respeito a um aumento de carruagens que permita que ele funcione corretamente e que exista uma atuação e uma conversa do Governo com a Área Metropolitana de Lisboa para que se consiga soluções como aquelas que aconteceram, por exemplo, em Leiria, no Entroncamento, em que pessoas que pretendam se deslocar fora da sua Área Metropolitana de Lisboa consigam aceder a um passe mais barato. Esse tipo de solução não existir no nosso concelho é injusto, é incorreto e deve ser corrigido e deve ser uma bandeira do nosso município.

Há aqui temas que nos devem levar a atuar, independentemente, de quem está no Governo e ouvi aqui demasiadas vezes essa palavra, de quem está no Governo, do Estado do Debate, do Estado da Nação, ou o debate do estado do município. A verdade é que há um conjunto de temas que não podem deixar de ser mencionados, especialmente quando vimos no passado que esses temas reúnem consenso e aqui não posso deixar de mencionar, mais uma vez, um tema que reúne consenso e que foi poucas vezes mencionado que é o estado da saúde no Município de Setúbal e, em particular, do Hospital de São Bernardo numa época onde as gripes vão voltar a pressionar os serviços. Quando ouço o Partido Socialista a dizer que os hospitais não são para isso, como ouvi agora, da parte do senhor deputado, acho que está incorreto, os hospitais são para cuidar da saúde das pessoas. Pode considerar que os Centros de Saúde, eventualmente, desempenham um papel complementar, sim, então digam isso, porque é isso que defende o Município de Setúbal. Não tenho dúvidas nenhuma que não haja aqui um deputado municipal que não queira que haja uma melhor saúde no Município de Setúbal e que não reconheça que a saúde, neste momento, está má. Senhor deputado, a saúde está má! Então é isso que nos une, não tenham complexos ideológicos no que diz respeito àquilo que temos que defender para o nosso município, porque estou certo que fazer um debate do estado do município sem mencionar estes temas, não é misturar alhos com bugalhos, com o que é nacional com o que é local, o Hospital de São Bernardo é bem local e serve os municípios de Setúbal e não está em condições de o fazer como deve ser para a época de gripes que aí vem. Portanto, percebem a minha questão perfeitamente quando menciono este tema.

Senhor Presidente, creio que, para além destes temas que temos aqui mencionados, será fundamental não esquecer novamente aquilo que é a política de habitação para o nosso concelho. Se houve uma lei que foi criada para garantir o direito à primeira habitação e se existe, neste momento, disponibilidade como foi anunciado para haver habitação pública e para haver construção de habitação pública, que se pense, e esta é a questão que deixo, naqueles que, neste momento, têm dificuldade para aceder à habitação. Não é justo que alguém que esteja a iniciar a sua vida, inclusive, neste momento, tenha que pagar o IMT, alguém que está a adquirir a primeira habitação nas condições que existem de especulação imobiliária e de pressão sobre os rendimentos, um casal jovem pagar impostos da forma como tem que pagar, é algo que tem que ser claramente repensado se não houver oferta de habitação pública.

A flexibilização de acesso à primeira habitação é algo que tem que passar pela habitação pública e que seja construída no nosso concelho e este é um apelo que deixo. Deixo este apelo com algo que é mais do que evidente para terminar, porque como estou a ouvir constantemente aqui a bancada do Partido Socialista, não vos posso deixar de dizer que é verdade que a CDU governa aqui há 20 anos, mas nos últimos 20 anos os senhores têm uma pegada neste país, e os senhores também deveriam saber assumir. Garanto-vos uma coisa, aquilo que vai acontecer com as pensões, o que vai acontecer com o flop das creches gratuitas quando as pessoas se forem inscrever e verem que os seus filhos de dois anos não podem ficar inscritos, é algo que, infelizmente, tem que ser compensado. Ainda bem que a Câmara Municipal de Lisboa compensa, ainda bem que a Câmara Municipal de Cascais compensa e ainda bem que os lisboetas abriram os olhos, agora o Sr. Ministro da Finanças, provavelmente, vai ajudar que os portugueses também abram os olhos.

Luís Maurício (CH) – Senhor Presidente, para finalizar vou louvar aqui a Iniciativa Liberal sobre a iniciativa do estado do município, acho que a falar é que nos compreendemos, a falar sobre as fragilidades do nosso concelho é que podemos melhorar e não ouvir o que ouvi dos Presidentes das Juntas a dizerem que isto está tudo maravilhoso, está tudo bom e falarem de algo como se tivessem no Estado da Nação, mas isto é o estado do município. O debate do Estado da Nação foi em junho, se quisessem estavam lá presentes, mas pintaram o país da Alice das Maravilhas, como fez aqui a Presidente da Junta de Azeitão que está tudo bem, que não há problemas nenhuns. Tem que haver um debate sério, porque a falar e a discutir os problemas é que podemos arranjar soluções e ao arranjar soluções é que se pode melhorar a vida para os setubalenses.

Julgo que este debate, que esta ideia da Iniciativa Liberal foi uma excelente ideia, e todas as forças políticas tiveram aqui a conversar e reparámos que temos muitos problemas para resolver, o Sr. Presidente vai estar, se calhar, aqui mais de uma hora só a responder a todas as perguntas que fizemos e queremos todos ser esclarecidos, porque há aqui perguntas que são fundamentais para cada força

política, uns mais sobre uns assuntos, outros mais sobre outros assuntos e vamos ficar a aguardar. Esperemos que este debate se faça todos os anos, porque todos os anos ao debatermos e ao fazermos esta democracia de trocar ideias, de procurarmos soluções para os problemas é tudo o que os setubalenses têm a ganhar.

João Luz (CDU) – Vou tentar ser muito breve, até atendendo ao tempo que temos disponível, mas para dizer que é interessante e registamos que o desconhecimento tem aquela característica de muitas vezes ser atrevido e aconselhamos, daqui desta bancada, a uma simples pesquisa na Internet sobre tecnologias de saneamento que certamente vão ter surpresas na bancada do Partido Socialista. Certamente vão ter surpresas para quem trabalha todos os dias nessa área.

O PS, é verdade que teve um governo minoritário e governou, mas governou sozinho. Governou sozinho e governou com uma forma particular, é que teve sempre na Assembleia da República quem de forma responsável e constante, num quadro de confiança, apresentou proposta e solução para o país, que é aquilo que os senhores aqui no concelho não fazem. Esta é a diferença fundamental, porque os senhores aqui no concelho enchem a boca com o diálogo e o consenso, mas o que verificamos em todos os momentos nas questões decisivas é que o Partido Socialista se furta a este diálogo e ao consenso. Apresenta sobre as questões centrais da vida do município aquilo que entendem ser as suas propostas e muito bem, mas não procura nem diálogo, nem consenso, faz isoladamente e à margem de todas as tentativas de procurar um contributo sério para a construção das soluções para o município. É esta a diferença fundamental entre nós, e é um contributo sério, responsável e credível que nos faz falta, faz falta a Setúbal, e os senhores dariam um importante contributo ao Município de Setúbal e a este concelho e às suas populações se alterassem radicalmente a postura que têm assumido, designadamente nos últimos tempos.

Só para terminar, relativamente aos transportes, era muito interessante ver o que é que a contratação pública dominada por princípios liberais, designadamente da concorrência, tem a ver com esta questão que estamos aqui a discutir em matéria de um concorrente que baixou preços para vir a concurso e ganhar esse concurso e agora não consegue cumprir esse contrato que assinou onde a contratação pública dominada pelos tais princípios da livre concorrência terem os resultados que tem.

Flávio Lança (IL) – Só para dizer que os princípios liberais nada têm a ver com isto, com a livre concorrência, com a baixa de preços, o tema aqui é o escrutínio que o executivo não fez à empresa antes de aceitar a concessão, esse é que é o problema, não é o tema de preço. Vejam as avaliações que a empresa tem antes de contratar, tem que ser, temos que avaliar a capacidade das empresas.

Presidente da Mesa – Estamos a entrar na reta final, vou só dar aqui uma nota ao senhor deputado Flávio Lança. Com mais liberalidade, menos liberalidade, mais estado, menos estado, concursos internacionais são concursos internacionais e é muito fácil dizer que está a funcionar mal, venha outro. Em concursos internacionais que levaram anos a preparar e a fazer, é uma circunstância, misturamos aqui um pouco. O senhor deputado Paulo Lopes puxou aqui a questão do Estado da Nação em paralelo com o estado do município, todos conhecem aquela frase famosa “*O homem é o homem e a sua circunstância*”. A frase não é essa, o que José Ortega e Gasset escreveu foi “*Eu sou eu e a minha circunstância, e se não salvo a ela não me salvo a mim*”, estava a falar de Espanha e nós estamos a falar de Portugal e Setúbal é em Portugal. É inevitável que cada município viva na sua circunstância, uma delas são os concursos públicos, outras são os procedimentos de recrutamento e esse problema é em Setúbal, como é em Palmela, como é em Almada, como é no Seixal, como é em todo lado, temos que saber relativizar, porque no final temos que retirar a utilidade deste nosso debate. Temos que retirar a utilidade e a utilidade é o sentido daquilo que o João Afonso estava a dizer, qual é o contributo que estamos a portar ao debate para as soluções do concelho no quadro do país? É inevitável.

Vamos entrar no capítulo final desta nossa primeira assembleia não deliberativa, pela primeira vez temos uma reunião do plenário da Assembleia Municipal em que o propósito não era deliberar coisa nenhuma, era avaliar o estado do município, fazer análises críticas, expor a perspetiva de cada um e, naturalmente, o

Executivo, como vinha logo na proposta inicial da adenda ao regimento, começaria por prestar contas e acabará por se justificar em relação àquilo que aqui foi colocado.

Senhor Presidente, para a intervenção de encerramento, tem a palavra.

Presidente da Câmara – Antes da intervenção final, permitam-me que dê aqui duas ou três notas sobre algumas questões que foram colocadas e de uma forma tão insistente que não posso deixar de dar resposta.

Senhor deputado municipal da Iniciativa Liberal, desde o início da sua intervenção que laborou num erro, é que a Câmara Municipal não tem competência para decidir sobre o operador de transportes públicos, a Câmara Municipal é apenas uma componente do Conselho Metropolitano, existe uma empresa Metropolitana que lançou um concurso público e é essa empresa que pode atuar sobre o operador. Era necessário que ficasse claro, também, esta questão para não haver dúvidas sobre a mesma.

Já agora dizer, também, para responder ao senhor deputado do Bloco de Esquerda que, insistentemente, a Câmara Municipal e os Presidentes de Junta têm tido reuniões e têm tomado posições públicas sobre o péssimo serviço que está a ser prestado por este operador, não só em Setúbal, como sabemos, mas o que nos importa aqui é Setúbal.

É verdade que marcámos um encontro com a população para o próximo dia 20 para dar conta do andamento deste processo, mas como a gravidade da situação é tão grande que entendemos desmarcar essa reunião pública para amanhã, aqui em Setúbal, e marcar reuniões em todas as Juntas de Freguesia para estarmos mais próximos das pessoas e podermos explicar melhor o que é que está aqui em causa para, pelo menos, não ir no erro que o senhor deputado, desde o início desta reunião, aqui manifestou.

Outra questão que o senhor deputado colocou e outros senhores deputados também colocaram relativamente à segurança e ao entendimento diverso que cada um tem sobre a matéria. Naturalmente, senhores deputados, que a Câmara Municipal e o Presidente da Câmara não podem estar despreocupados com o problema da segurança e quero aqui deixar a informação de que na próxima quarta-feira vou ser recebido pela Sra. Secretária de Estado da Administração Interna para tratar de assuntos que têm vindo a ser tratados e que tenho tratado publicamente, alguma parte deles, outros não o posso fazer, trato-os na Conselho Municipal de Segurança.

Relativamente às passadeiras, há coisas, como costumamos às vezes dizer, que não correm tão bem como gostaríamos, e, de facto, é verdade, as passadeiras já deviam ter sido avivadas, não se fez, assumimos o erro, mas quero-vos dizer que está a decorrer um procedimento para contratar uma empresa para pintar todas as passadeiras na envolvente dos estabelecimentos de ensino. Infelizmente, os procedimentos não correm com a celeridade que muitas vezes gostávamos, mas espero que, durante o mês de outubro, esta situação fique resolvida. Também vai ser avançado uma contratação mais alargada para as passadeiras do município que estão num valor associado na ordem dos 500 mil euros.

Quanto à falta de saneamento, aqui não assumimos a responsabilidade senhora deputada. A responsabilidade, como tive a oportunidade de explicar e demonstrar às populações relativamente à falta de saneamento, designadamente na Gâmbia e em São Sebastião, tem a ver com o facto de o Partido Socialista ter privatizado a água há 25 anos e finalmente vai terminar agora esse contrato e o compromisso que assumi com essas populações foi que, a partir de março do próximo ano, vão iniciar as obras de regularização do saneamento nestas duas localidades. É este o compromisso, é este o trabalho que fazemos senhores deputados e não é andar a atirar pedras só porque é importante darmos nas vistas, e a atirar pedras para todos os lados.

Quanto à Comenda, senhor deputado Ilídio Ferreira, em primeiro lugar quero-lhe pedir desculpa e dizer que amanhã eu próprio vou marcar a reunião que o senhor, que a comissão pediu há algum tempo. No entanto, quero-lhe dizer, como tive oportunidade de dizer na reunião que tive com a comissão, que há dificuldades que a Câmara Municipal identificou na resolução deste problema e que tem a ver, por um lado, com uma certa inércia da administração e o senhor deputado enunciou algumas, mas há outras e que foram todas consultadas e com reuniões tidas por mim e há uma certa inércia dessa administração relativamente a este assunto. Tive oportunidade de explicar e pedi até para ficarem ali as questões na reunião sobre as dificuldades em avançarmos com o processo, com uma empresa que tem todos os meios financeiros e outros à sua disposição e que a Câmara Municipal não tem assim tantos meios para

desperdiçar. É um caminho que está a ser seguido e que, por isso, mantenho o mesmo compromisso que assumi com os setubalenses e que assumi já na Câmara Municipal e aqui na Assembleia Municipal. Farei tudo o que estiver ao meu alcance e da Câmara Municipal de Setúbal para que o Parque da Comenda volte a ser usufruído pelos setubalenses em particular. Quanto às outras questões que não são relativamente ao parque, há todo um conjunto no processo, um dossier enorme de todas as iniciativas que os serviços municipais tomaram e dos processos e dos timings que são necessários, portanto, à controvérsia toda com não sei quantos gabinetes de advogados que a empresa tem e que respondem às iniciativas que os serviços municipais tomam. Quero aqui dizer que não é um assunto encerrado, antes pelo contrário, é um assunto que assumo com toda a determinação e que tudo o que estiver ao meu alcance será feito para que os setubalenses, em particular, possam vir a usufruir do Parque de Merendas da Comenda. No fundamental era este conjunto de questões que tinha aqui para salientar e agora sim passarei então à intervenção final.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados municipais, no final deste debate onde todos tiveram oportunidade de expressar a sua opinião e visão sobre a atual gestão municipal e perspetivas futuras para o desenvolvimento da cidade e do concelho, ficaram claros vários aspetos.

Ficou claro que há quem se limite a criticar, há quem tenha ideias e propostas amplamente desfasadas de uma realidade que é Setúbal e Azeitão e também quem, além de criticar, como forma de se tentar afirmar, continua a ter propostas que relembram tempos passados de uma má memória.

Senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, Setúbal está num caminho de trabalho e de transformação que é reconhecido como positivo por quem aqui vive, por quem nos visita, por quem aqui trabalha e por quem aqui investe. É verdade, nem tudo é bem feito, há coisas que não resultam tão bem como desejaríamos, é verdade, há muito ainda por fazer e por melhorar, é verdade, nem tudo o que foi feito é consensual. Mas, também, é verdade que para quem assistiu a este debate ficou certamente com uma ideia muito clara, há aqui quem tem muito trabalho realizado, quem conhece e estuda esta realidade e tem um projeto de trabalho que tem como objetivo central construir um futuro melhor para Setúbal, para os setubalenses e azeitonenses e já demonstrou, ao longo dos últimos 20 anos, estar de alma e coração empenhado na sua concretização. Há aqui quem dá provas de ser capaz de fazer mais cidade e construir mais Setúbal.

Este executivo municipal assumiu, em outubro passado, o enorme desafio de continuar o caminho de modernização e desenvolvimento de Setúbal iniciado há duas décadas pelos executivos municipais em que eu próprio assumi responsabilidades de vereador. Honramo-nos hoje de todo o progresso que foi possível promover nesta cidade e em todo o concelho, honramo-nos hoje todos os que fazem parte deste executivo municipal e com responsabilidades de gestão atribuídas em conjunto com todos os presidentes das juntas de freguesia do concelho de estarmos a desenvolver um trabalho que, não temos dúvidas e apesar das dificuldades já enunciadas e previsíveis, continuará a orgulhar setubalenses e azeitonenses de viverem neste município.

Setúbal, como afirmei no passado dia 15 de setembro, dia de Bocage e da cidade, é uma marca de referência a nível nacional e internacional, seja pelos nossos golfinhos, pela Arrábida ou pelo extraordinário património histórico construído como o Convento de Jesus ou o Forte de São Filipe. A força da marca e da notoriedade de Setúbal deve-se em muito, insisto, ao que tem sido feito ao longo destes últimos 20 anos pela nossa cidade e pelo nosso concelho. Daqui resulta uma capacidade de atração que é consequência do enorme esforço de investimento público municipal que atraiu e continua a atrair novos investidores de forma crescente.

Continuamos, entretanto, a promover investimento dirigido à recuperação, manutenção e promoção do nosso património natural e cultural, mas também à qualificação do espaço público e à realização de eventos com grande capacidade de atrair ao concelho novos públicos.

Hoje somos uma cidade melhor, somos um concelho melhor, deixámos de ser a cidade sombria, deprimida e sem orgulho. Dificilmente poderá haver quem defenda que a cidade e o concelho não se transformaram positivamente, esta realidade é, aliás, confirmada por Centros de Estudos independentes, baseados em dados estatísticos que revelam que Setúbal é uma das 10 melhores cidades do país para se viver. Estamos perante o resultado de anos de gestão municipal virada para os munícipes e para a qualificação e valorização de todo o concelho.

Apostámos fortemente na requalificação do nosso património histórico, qualificámos a nossa rede viária, atraímos investidores em várias áreas. Uns dirão que só se fez o que era obrigação fazer, outros ainda dirão que qualquer um teria feito o mesmo, a verdade é que o que foi feito foi o resultado do trabalho de um conjunto de homens e mulheres que tomaram em mãos a complexa tarefa de refazer Setúbal, de fazer mais cidade.

O ano de 2022 ficará marcado, na vida do nosso concelho, pelo retorno dos serviços de abastecimento de água à gestão pública, depois de 25 anos de gestão privada em resultado de opções erradas tomadas por quem governou esta autarquia em mandatos anteriores. O retorno destes serviços, que nunca deveria ter deixado de ser público, à esfera da gestão municipal permite, finalmente, a adoção de medidas há muito esperadas e alterações significativas na formação dos preços da água no nosso concelho. Permitirá, por exemplo, que avancemos finalmente para a ligação de vários núcleos habitacionais nas freguesias de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e em São Sebastião à rede pública de saneamento.

Este foi um compromisso que assumi há dias perante populações daquelas áreas e que é importante que se reconheça, tardou demasiado, exclusivamente em resultado de opções da empresa privada concessionária do abastecimento de água.

O controlo público e democrático da água será finalmente retomado em Setúbal, corrigindo um erro praticado há 25 anos, um erro que teve responsáveis por muito que agora haja quem queira ocultar essas culpas.

A partir de 2023, ao mesmo tempo que daremos continuidade a um conjunto de ações em curso, iniciaremos novo ciclo de iniciativas necessárias ao nosso concelho que foram alvo de análise estratégica e planeamento nos últimos meses. Neste momento, temos já em andamento uma vasta operação na área da habitação que resolverá vários problemas neste domínio. A garantia de uma habitação condigna para quem escolheu Setúbal para viver, tem sido, como já afirmei publicamente, prioridade permanente para quem é responsável pela gestão da Câmara Municipal de Setúbal há mais de 20 anos. Por isso, após a criação do programa 1º direito, decidimos elaborar a nossa Estratégia Local de Habitação e avançar com 20 operações de reabilitação e construção de nova habitação pública, envolvendo um investimento global superior a 190 milhões de euros com financiamento do PRR.

São esses os compromissos que têm connosco. Estamos a elaborar projetos, já adjudicamos algumas obras, porque o dinheiro está garantido, continuamos a elaborar projetos para que esse dinheiro, esse compromisso e esse investimento seja garantido, é isso que esperamos.

A nossa autarquia garantiu, por outro lado, a execução de 100% dos projetos aprovados no âmbito do POR Lisboa 2020 para o concelho. Estamos a cumprir com todo o rigor a missão de executar estes projetos nos prazos estabelecidos e estamos já a trabalhar para candidatar a novos financiamentos comunitários a construção de uma escola na zona da Quinta da Amizade.

A Câmara Municipal de Setúbal continuará a demonstrar a sua capacidade na apresentação de candidaturas a fundos comunitários e na respetiva execução, porque por estes dias arranca um novo ano escolar, destaque que a Câmara Municipal disponibilizou neste ano letivo mais duas salas de jardins de infância e mais três para o 1º ciclo do ensino básico. Continuamos, igualmente, empenhados na construção do novo Centro Escolar Barbosa do Bocage que permitirá expressivo alargamento da rede educativa e que dentro de um ano e meio estará disponível para poder ser usado pela nossa população escolar aqui no centro da cidade.

No cumprimento da firme vontade de qualificar e aumentar a oferta das escolas, a autarquia vai continuar a exigir junto do Governo a construção de uma nova escola vocacionada para o 3º ciclo do ensino básico e para o ensino secundário, uma escola que sirva, em particular, a comunidade escolar de Azeitão e territórios limítrofes.

Trabalhámos intensamente nas últimas duas décadas para transformar a cidade e o concelho. Uma transformação em que apostámos primordialmente na melhoria das condições em que eram prestados serviços municipais à população do concelho e depois na qualificação do nosso território, fosse por via da melhoria da mobilidade urbana e da requalificação do espaço urbano, fosse por via da criação de mais e melhores equipamentos sociais e culturais no concelho. Não vou aqui referenciar, porque os senhores deputados são conhecedores de quantos são e do esforço financeiro que foi feito para o recuperar.

Chegou agora a hora de aprofundar uma nova fase do trabalho municipal, uma vez que continua a haver necessidade de investir no património histórico e cultural, como é o caso do já anunciado investimento na recuperação e requalificação da casa Luísa Todí, uma das prioridades de investimento para ser a criação de mais condições para que os nossos agentes culturais, sociais e desportivos possam ter melhores condições para desenvolver as suas atividades em benefício das populações e de Setúbal. A Câmara Municipal irá a curto prazo disponibilizar os primeiros espaços destinados àqueles objetivos. Acredito que com melhores condições para desenvolver a sua atividade, o nosso movimento associativo dará um contributo ainda maior para crescermos enquanto comunidade cultural de referência, que já hoje somos.

Tema marcante na vida das autarquias em 2022, é o tema da descentralização de competências. No dia em que assumimos as transferências de competências para o município nas áreas da educação e da saúde, no dia um de abril, a Câmara Municipal de Setúbal clarificou publicamente as razões que invocou para as aceitar sob protesto, porque do que se trata é de assumir responsabilidades e para lhe chamarmos competências era necessário que as responsabilidades viessem acompanhadas dos devidos meios humanos e financeiros para as exercer. Importa, contudo, que fique igualmente clara a nossa disponibilidade para reconhecer o benefício para as populações de mais e novas competências poderem ser assumidas pelos municípios. Nunca estivemos foi de acordo com a forma como foi projetado este modelo de transferência de competências para os municípios. Foi assim que, em um de abril de 2022, fomos confrontados com uma situação em que por lei fomos obrigados a aceitar as transferências do Governo nas áreas da educação e da saúde, já que na área da ação social o próprio Governo reconheceu as dificuldades, aceitou prorrogar o prazo das transferências nesta matéria para o início de 2023.

Consideramos que a transferência de competências promovida pelo Governo não serve os interesses das populações de Setúbal e coloca em causa a sustentabilidade financeira, os recursos humanos e patrimonial do município. Na área da saúde, este processo agrava ainda mais o acesso dos cidadãos aos serviços públicos, em particular, quando sabemos que, no nosso caso concreto, herdámos Centros de Saúde que não respondem de forma alguma às necessidades das populações. Falo, por exemplo, do Centro de Saúde do Bairro Santos Nicolau, situado num edifício de habitação e sem as exigidas condições de acesso o que é agravado pelas características das populações daquele bairro. Não podemos, pois, neste contexto assinar os autos de transferência na área da saúde, uma vez que estes não correspondem de todo à realidade no terreno a variadíssimos níveis, no número de trabalhadores, nos equipamentos e seu estado de conservação e nas instalações.

O Governo tem de garantir a transferência de recursos financeiros, humanos e patrimoniais adequados para as autarquias de forma a permitir que estas possam efetivamente exercer as novas competências e desta forma prestem um serviço de qualidade às populações.

A atividade do município é vastíssima em áreas como o ambiente, a cultura, o desporto, o planeamento urbano e territorial e o turismo, entre outras. Num tempo limitado como é o desta reunião, estou certo de que ficou bem marcada a diferença entre quem conhece e tem propostas realistas e adequadas à realidade e quem neste debate não foi além de um sentido crítico, por vezes bem apurado, mas sem propostas realistas e adequadas à nossa realidade.

Todos estamos sempre a tempo de aprender, a não ser que não estejamos disponíveis. Pela nossa parte, fica a garantia de termos estado atentos ao debate.


Na preparação do orçamento municipal para 2023, a nossa preocupação maior será garantir uma situação de equilíbrio financeiro nas contas do município e garantir, também, condições financeiras para avançar com projetos estruturantes que continua a afirmar Setúbal como referência a nível nacional e internacional e a garantir uma cidade e um concelho onde dá gosto viver, trabalhar e investir. Este é o nosso foco, os setubalenses e azeitonenses podem continuar a contar connosco, muito obrigado.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Presidente da Mesa pôs à votação a aprovação da ata em minuta, a qual foi aprovado por unanimidade.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão quando eram vinte e três horas e cinquenta e um minutos do dia dezanove de setembro, de dois mil e vinte e dois.

Esta ata foi aprovada por unanimidade, na sessão de ordinária de dezasseis de dezembro de dois mil e vinte e dois, contém cinquenta e quatro folhas, todas numeradas e rubricadas pelo Presidente e pelo Primeiro Secretário da Mesa.

O Presidente da Mesa da Assembleia,


Manuel J. Pisco Lopes

O Primeiro Secretário da Mesa,


Eusébio Manuel Candeias

Transcrição da gravação áudio e composição por: Helena Cabrita Rosa.

Redação das minutas e revisão do texto integral por: Eusébio Manuel Candeias, Primeiro Secretário da Mesa.